

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Cenas da Política:
Uma Etnografia do Plenário do Senado Federal**

Michel Fontenelle Alcoforado

Brasília - DF
2010

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**Cenas da Política:
Uma Etnografia do Plenário do Senado Federal**

Michel Fontenelle Alcoforado

Orientadora: Prof^a Mariza G.S. Peirano

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da
Universidade de Brasília para
obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora:

Mariza G.S. Peirano (DAN/UNB- presidente)

Antonádia Monteiro Borges (DAN/UNB)

Márcia Anita Sprandel (Senado Federal)

Brasília – DF
2010

Agradecimentos

O temor de esquecer algum nome e a dificuldade de transpor a fluidez dos sentimentos para a rigidez do escrito fazem desta seção um grande enigma a ser resolvido. Talvez, a melhor solução para esse problema seja aceitar que muitos não serão lembrados e que as palavras jamais alcançarão a complexidade da imensa gratidão que tenho por todos que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Nos anos em que por lá estive, travei contato com o melhor que uma universidade pode oferecer aos seus alunos. Agradeço aos professores pelos ensinamentos e desafios apresentados nos cursos que frequentei. Agradeço aos funcionários - em especial, à Rosa e à Adriana – por me fazerem perceber que eficiência e solidariedade podem caminhar juntas sobre o árido terreno da burocracia universitária. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPQ), sou grato pela ajuda financeira.

Tenho uma grande dívida com os amigos que fiz durante Mestrado. Agradeço à Paula, pelo falar cadenciado que trouxe musicalidade para nossas conversas; à Julia, pelo jeito divertido e espevitado; ao Pedro MacDowell, pela generosidade e pelo protagonismo em algumas cenas deste trabalho; à Carol, pela doçura e pela poesia; ao Diogo Goltara, por me ensinar que ter calma é sempre o melhor caminho; à Gleides, pelas caronas, pela companhia e pela paciência; ao Paulo, pelo bom humor; ao Wally, pelos *causos* e pelas piadas que me contou; ao Antônio, pela sabedoria; ao Erich, pelas belas histórias; à Lílian, pela amizade; ao Pedro Pires, pelas ótimas conversas; à Martina, à Patrícia e à Tatiane, pelo aconchego do lar, pelos abraços e pela parceria.

Agradeço, com carinho especial, aos mineiros que tornaram a minha vida em Brasília muito mais agradável. Diogo Neves Pereira, Fabíola Gomes, André Salge e Sara Morais me incluíram, sem medo, em sua “fraternidade”. Mostraram-me as esquinas e os bons restaurantes da capital, jamais me deixaram sofrer de solidão ou sentir saudades do Rio de Janeiro e, sempre que puderam, entre muitas risadas, me lembraram dos exageros do meu “cariquês”. Meus amigos mineiros deram curvas às retas traçadas pelo urbanista e, dos prédios padronizados, fizeram velhos casarões oitocentista. Enfim, fizeram de Brasília um pedaço de Minas Gerais e, de mim, um quase-mineiro. Serei eternamente grato.

Agradeço à Mariza Peirano pela dedicação durante todo o processo de orientação. Em suas leituras cuidadosas, com delicadeza, Mariza soube fazer elogios, apontar minhas fragilidades e sugerir novos caminhos. Com ela, aprendi sobre o caráter artesanal da vida

acadêmica. Afinal, é burilando cada palavra, aparando as arestas da relação entre dados etnográficos e teoria antropológica e polindo o resultado final que construímos uma boa etnografia. Levarei seus ensinamentos pelo resto da vida.

Agradeço à Antonádia Borges e à Márcia Anita Sprandel por terem aceitado participar desta banca de avaliação.

No Rio de Janeiro, agradeço à Thais Duarte pelo carinho e parceria. Durante a clausura da escrita, seus telefonemas, sua voz e sua presença foram verdadeiras janelas que iluminaram e trouxeram o frescor do mundo para a minha vida. À Tamara Vianna, minha prima, agradeço pela animada companhia. À Milena, minha afilhada, que entre uma palavra nova e um passo em falso me lembrou como é bom descobrir e aprender coisas novas. Ao Pedro e à Roberta Ribeiro, agradeço pelos bons momentos.

Quanto mais me aproximo de casa, as dívidas ficam maiores. Aos meus pais, Regina e Lincoln Alcoforado, agradeço pelo suporte afetivo e financeiro que sempre deram aos meus sonhos que se tornaram seus. Ao Breno, meu irmão, sou grato pelo apoio nos momentos de aflição e por aceitar a presença dos meus livros por todas as partes da casa, inclusive no seu quarto. Agradeço à Jurema, minha avó, pelo carinho que tem por mim e por ter me ensinado sobre o peso das palavras. Nos últimos anos, a distância física tornou nossos laços ainda mais fortes. Prometi voltar assim que desse. Infelizmente, ainda não chegou o momento. Tenho certeza de que todos vão entender...

Resumo

Este trabalho trata da dinâmica da vida política no plenário do Senado Federal Brasileiro. Apoiado em eventos etnográficos, busco identificar algumas singularidades deste universo social. Em primeiro lugar, interessou-me compreender o impacto das relações pessoais/políticas na aplicação das normas regimentais no dia a dia das atividades plenárias. Em seguida, analiso a importância de algumas figuras míticas na configuração da persona política dos parlamentares e no estabelecimento de hierarquias. Busquei, ainda, detalhar as formas de associação construídas pelos senadores no cotidiano das interações plenárias. Por fim, analiso as especificidades sócio-linguísticas dos discursos políticos proferidos na tribuna do plenário do Senado Federal.

Palavras-chave: Senado Federal Brasileiro; burocracia; discursos políticos.

Abstract

This dissertation examines the dynamics of political life in the Brazilian Senate's plenary sessions. In four chapters based on ethnographic events, I seek to identify some of their socio-cultural features. In the first, I attempt to determine the impact personal/political relations have on the senators' daily activities, which are expected to be strictly governed by internal rules. In the second, some mythical senatorial figures are focused so as to understand their importance in the making of a senator's *political persona*. In the third, I look at regular plenary sessions to find the forms of association the senators develop in their daily interactions. In the last, I discuss the socio-linguistic aspects of the senators' language when delivering speeches in the Brazilian Senate.

Key-words: Brazilian Senate, bureaucracy, political speeches

Sumário

Capítulo I – Encontros	8
Primeiro Encontro: troca de problemas	11
• De Fora para Dentro: categorizações	12
• Os Problemas da Classificação	19
Segundo Encontro: entre muitos amigos e uma carta	25
Jogo Rápido: problemas e soluções	27
Caleidoscópio Antropológico: boas questões para pensar	29
• Primeira Imagem: o Senado nos jornais e nas etnografias	30
• Segunda Imagem: um texto e uma dica	33
• Terceira Imagem: encontros e a importância do reconhecimento	34
O Centro e a Espiral	35
Capítulo II – Entre Mortos e Vivos: caminhos para o reconhecimento	37
Um Peso e Duas Medidas	40
• O Regimento Interno e seus Usos	41
Os Grandes Vultos do Senado: mapas simbólicos	45
• Arthur Virgílio Filho: trajetória de uma figura mítica	48
• A Estrutura das Figuras Míticas.....	49
• O Evento: voto de lembrança	53
Outro Lado da Moeda	59

Capítulo III – Espaços e Distâncias: alianças e disputas no plenário	64
Os Segredos do Espaço	64
O que faz uma sessão, Sessão?	69
• Primeiro Arranjo: economia dos apartes.....	72
• Segundo Arranjo: aliados e adversários	75
• Terceiro Arranjo: construindo contextos	77
• Poucas Possibilidades de Interação: senadores suplentes	79
• Os Três Arranjos: formas de associação no plenário	80
• Consequências das Associações	82
Mudanças: ação e reação	86
• Próximo Alvo: Tasso Jereissati	96
Capítulo IV - O Peso das Palavras: a eficácia dos discursos	99
Pequena Parada: Jakobson e as funções da linguagem	100
O Exagero do Discurso	101
Do Vivido ao Escrito	108
Do Escrito ao Falado	109
• Apreensão do Contexto e a Capacidade de Improviso	110
Epílogo	118
Anexos- Figuras Míticas do Senado Federal	120
Referências Bibliográficas	125

Capítulo I

Encontros

Não é de hoje que as Ciências Sociais contemporâneas vivem em um ambiente marcado pela interdisciplinaridade. Já faz muito tempo que os antropólogos se interessam pelas sociedades urbanas, que os cientistas políticos e historiadores abandonaram a torre de marfim por onde olhavam o mundo e os sociólogos perceberam que uma boa conversa com o “nativo” pode render muito mais que as pilhas de questionários respondidos. Neste contexto, as fronteiras entre as Ciências Sociais são como paredes porosas que separam mundos, constroem visões, conformam diferenças, mas permitem o estabelecimento de trocas entre seus praticantes.

Talvez uma boa imagem para essa relação seja a de pensar que as Ciências Humanas habitam um enorme cubo, subdivido em outros quatro, onde cada qual é ocupado por uma disciplina diferente - Antropologia, Sociologia, Ciência Política e a História. A distribuição geométrica do espaço reserva a cada disciplina o contato com outras duas ciências (por meio de duas paredes em comum) e as outras paredes se voltam para outros temas e assuntos. Arrisco afirmar que nesse quadrado disciplinar, desde sempre, a Antropologia foi vizinha da Sociologia e da História. Uma olhar rápido para a *história teórica* de nossa disciplina revela que, por vezes, estivemos com os olhos voltados para a História. O tempo se tornou a linha mestra de nossas análises e iniciamos uma busca por asserções em micro escala. Em outros momentos, flertamos mais com nosso outro vizinho -- a Sociologia -- o que fez com que muitos antropólogos buscassem em seus dados de campo conclusões teóricas mais amplas¹. No entanto, restam ainda duas paredes.

Não há dúvida de que uma das paredes voltada para o exterior é mediada pelos autores clássicos de nossa disciplina. São eles os grandes mapas que apresentam novos caminhos e soluções aos dilemas que o fazer antropológico apresenta aos seus praticantes. Porém, como qualquer mapa, há momentos em que as orientações oferecidas não resolvem todas as questões procuradas pelos antropólogos. Assim, em busca de novas soluções para esses

¹ Não são poucos os trabalhos antropológicos que buscaram flertar com os dois vizinhos, um bom exemplo, de meados dos 1950, na Inglaterra, seriam os estudos de Max Gluckman e de seus alunos.

vazios, traçamos novos caminhos que fazem da Antropologia uma disciplina em constante renovação, em eterno devir.

A outra parede que nos singulariza diante de outras Ciências Sociais é a do trabalho de campo, sobretudo pela importância que a etnografia possui na produção do conhecimento em nossa disciplina. Não um trabalho de campo marcado por questionários frios, entrevistas secas e coleções de fatos pitorescos, mas sim uma maneira particular de alinhar teoria e etnografia, ou melhor, *pesquisa-cum-teoria*. E é no constante diálogo, presente *no* pesquisador, entre a teoria antropológica e a teoria nativa que universalizamos nossos conceitos (essencialmente ocidentais) e fazemos a diferença². Em suma, o trabalho de campo etnográfico marca nossa singularidade diante dos *Outros* e possibilita nosso avanço teórico no entendimento do *Outro*. Talvez, seja esse o motivo de tanta preocupação (ou interesse), por parte dos antropólogos, em refletir e partilhar suas experiências de campo com seus pares.

A relação com essa parede é tão importante para a disciplina que periodicamente o assunto retorna ao centro do debate. Seja no Brasil ou no exterior, todos os anos surgem novos livros e coletâneas interessados nas particularidades das experiências de campo dos pesquisadores. Quando nos detemos sobre alguns desses trabalhos fica clara uma tendência bipartida no quadro de reflexões. De um lado, interessadas nos aspectos cognitivo-metodológicos, estão as análises interessadas nas transformações que o trabalho de campo impõe ao pesquisador, buscando desvendar os ganhos metodológicos obtidos com essas mudanças. Neste quadro, estão alguns trabalhos importantes, publicados a partir dos anos de 1970, responsáveis pela formação de gerações de antropólogos no Brasil³. À época, muitos chegavam ao campo querendo sentir os *anthropological blues*, familiarizar o exótico e estranhar o familiar, conhecer desconhecendo e, por fim, ser afetado pelos devires nativos. O “ir ao campo” era um processo vivido sempre *no* pesquisador.

Do outro lado, estão aqueles trabalhos que relatam as dificuldades vividas no campo. Há sempre relatos recheados de anedotas e desentendimentos cujo ponto central é sempre um mal-entendido, um acontecimento inesperado, fruto do encontro entre duas visões de mundo

² Para Peirano (1995), qualquer tentativa de separação entre a teoria antropológica e o trabalho de campo etnográfico está predestinado ao fracasso. Em Antropologia, os processos de investigação não se limitam a uma mera coleta de dados, mas são o meio pelo qual a teoria antropológica é questionada e ganha sofisticação. Assim, o sucesso de uma investigação antropológica está no diálogo, presente no pesquisador, entre teoria antropológica aprendida com a leitura das monografias clássicas e a teoria nativa identificada no decorrer do trabalho de campo. Ver Peirano (1995; 2006).

³ Para bons exemplos dessa linha de reflexão sobre o lugar do trabalho de campo etnográfico, ver DaMatta (1978); Velho (1978); Cavalcanti (2003).

bastante diferentes. Neste quadro dividido, algumas questões se fazem presentes: se a Antropologia, a princípio, está preocupada com o ponto de vista nativo, onde estão nossos interlocutores de pesquisa nesse debate? Esta pergunta, ao meu ver, genuinamente antropológica, abre brechas para uma terceira linha de reflexão sobre nossas experiências de campo. Não mais preocupada somente com aspectos metodológicos, e tampouco com histórias divertidas que vivenciamos durante a pesquisa, mas uma perspectiva que busque em nossas experiências mal sucedidas um lado positivo, nossas primeiras chaves para o entendimento do Outro.

É seguindo esse caminho que pretendo examinar minhas primeiras experiências de campo. Com os pés fincados em três momentos em que travei contato com a burocracia legislativa, procuro desvendar alguns valores que permeiam o Senado Federal. Os três encontros têm em comum a busca pela permissão oficial para o início de minha pesquisa de campo. O primeiro deles ocorreu quando me apresentei às autoridades do Senado como um antropólogo interessado em realizar uma pesquisa na instituição e recebi, como contraproposta, uma lista de documentos a apresentar. O segundo aconteceu quando fui introduzido por um amigo em comum aos mesmos indivíduos do primeiro evento, fato que resultou em profundas transformações na minha relação com os “nativos”. E o último, complementar ao segundo, ocorreu semanas depois, quando voltei ao Senado Federal e fui interrogado por um funcionário da Segurança Interna.

Os três encontros apresentam uma singularidade inerente ao mundo da Casa Legislativa mais importante da República⁴. Ao contrário do que eu imaginava, um ditado tão recorrente para pensar o universo social brasileiro - “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” -, no Senado Federal não tem tanta validade. Se a máxima reforça a imagem de que, no Brasil, os indivíduos inseridos em alguma cadeia de relações pessoais adquirem maior liberdade de ação, e por outro lado, quando rejeitam essas inserções, sofrem com o peso das restrições da lei, em minhas experiências de campo no Senado Federal, esse binarismo opositivo não teve tanta força. Foi interessante perceber que o sucesso de minha inserção na Casa Legislativa estava na total imersão nos dois códigos: o das leis e o dos amigos.

Partamos para os encontros.

⁴ Esta é uma expressão sempre utilizada pelos senadores para qualificar a instituição.

Primeiro Encontro: troca de problemas

Foi em um voo atribulado de Brasília para o Rio de Janeiro que travei o primeiro contato com uma recorrente imagem do Congresso Nacional. Incomodado com o apertado arranjo das cadeiras na aeronave, percebi que o passageiro sentado na minha fileira, à janela, era um conhecido jornalista da TV Globo, responsável pela cobertura política no Congresso Nacional e âncora de um telejornal noturno nos finais de semana. Na tentativa de quebrar o desconforto que o silêncio nos impunha, iniciei uma prosa.

Michel:

-- Você trabalha com a cobertura do Congresso? Eu estou querendo fazer uma pesquisa no Senado pra minha dissertação. É difícil a entrada lá?

Heraldo Pereira:

--Como é seu nome mesmo?

Michel:

--Michel.

Heraldo Pereira (em um tom professoral):

--Michel (pausa). O Congresso é a Casa do Povo. Todos têm o direito de entrar e sair (fez com as mãos um movimento de um lado a outro) quando quiserem. Aqueles caras estão lá porque nós os elegemos, aquela é a nossa casa. Ninguém pode nos proibir de entrar lá.

A visão do jornalista coincidia com uma cartilha produzida pelo Congresso Nacional. Na publicação, o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), afirmava que o Congresso Nacional -- por ser uma instituição aberta, democrática e transparente -- era o Poder da República mais identificado com a população:

O Congresso Nacional volta-se para a sociedade e disso tem orgulho, para fazer do Legislativo o mais aberto e o mais transparente dos poderes. Instituição produtora das leis, sabe que não é bastante redigi-las: cumpre dá-las a conhecer ao povo, ao cidadão anônimo, que delas farão instrumento valioso na batalha pelo progresso econômico e pela justiça social. (Rebelo, 2006:6)

Não tenho dúvida de que da mesma forma que minha pergunta surpreendeu o conhecido jornalista, ela também pareceria sem sentido ao parlamentar responsável pela publicação. Mas, até aquele instante, a questão tinha sua validade. A ansiedade pré-campo fez com que eu buscasse leituras que me ajudassem a compreender o Senado Federal antes mesmo de por meus pés lá. Foram muitos os trabalhos antropológicos lidos sobre o funcionamento das instituições burocráticas em vários países. Temia que a lentidão das instituições estatais compromettesse o desenrolar das investigações.

Neste conjunto de reflexões, as análises de Michael Herzfeld (1992) se destacam. Seus trabalhos mostram que as instituições burocráticas no Ocidente⁵ buscam pelo contínuo exercício de separação entre o mundo “de dentro” - dos funcionários, dos segredos estatais, dos documentos - e o “de fora” – dos cidadãos comuns. Como consequência dessa cisão, quando o Povo (sinônimo de Nação) procura as instâncias estatais, encontra uma constante referência a sua diferença – por não compartilharem daquele mundo –, o que termina em uma completa indiferença em relação aos anseios, necessidades e a sua própria *persona*.

As orientações que recebi do jornalista e da cartilha parlamentar afastaram o temor de que possíveis entraves burocráticos prejudicariam o início da pesquisa. Para mim, já estava claro que o Senado Federal era a Casa do Povo, que os parlamentares eram representantes diretos dos anseios da população e que não havia nada a temer. Afinal, eu entraria em um ambiente marcado pela liberdade, transparência e democracia onde a cisão esmiuçada por Michael Herzfeld (“de dentro” *versus* “de fora”) não tinha razão para existir. Guardei essa questão comigo.

De Fora para Dentro: categorizações

Quando cheguei ao Senado Federal, vi que estava enganado: não encontrei o clima de liberdade, transparência e democracia que me haviam prometido. Logo fui recebido por funcionários da Polícia do Senado que tentavam controlar e vigiar o comportamento dos que

⁵ Michael Herzfeld define, com clareza, o que entende por Ocidental: “the various countries lumped together under the rubric of the “West” conventionally celebrate certain features that separate them from the rest of the world: democracy, rational government, scientific and technological inventiveness, individualism, certain ethical and cultural commitments. One does not have to take all these claims at face value in order to appreciate how important they have been in shaping a sense of common culture for centuries. “The West” is a symbol of shared identity.”(Herzfeld, 1992: 2).

chegavam. Tempos depois, descobri que era esse o tratamento reservado ao “Povo”. Os funcionários deviam permitir apenas uma visita rápida pelas dependências da instituição.

O circuito se iniciava com um primeiro contato com os seguranças. Todos deviam deixar seus pertences no aparelho de raios-X e atravessar o detector de metais para terem acesso ao Salão Negro, a entrada principal do Palácio do Congresso. Depois, eram orientados a subir uma escadaria que dá acesso ao Plenário do Senado de onde era possível assistir ao desenrolar das sessões. Mas antes, eram obrigados a se desfazer de todos os seus objetos pessoais: celulares, bolsas, carteira, bonés e chaves, que ficavam guardados em um armário durante o período da visita. Novamente, passavam por uma nova inspeção do detector de metais e, se não oferecessem nenhum perigo, podiam seguir para a Galeria.

O desenho circular da Galeria, sobreposta às cadeiras do Plenário, restringia a minha visão dos acontecimentos no Plenário. O espaço permitia apenas a visualização da Mesa Diretora e das duas Tribunas. No local, “o Povo” deve procurar imediatamente um lugar para sentar. Nenhum movimento – ficar de pé, andar, levantar – ou manifestação – gritos, aplausos, incentivos – é permitido, sob pena de os seguranças convidarem o “infrator” a se retirar do local. Para não haver dúvidas, uma placa com letras vermelhas reafirma as normas de conduta: “Prezados Visitantes: Por Favor, mantenham-se sentados em seus lugares. Toda manifestação é proibida nas Galerias do Senado Federal.”

O movimento é intenso nas galerias. Milhares de pessoas entram, sentam, observam os acontecimentos (por 5 a 10 minutos), mostram interesse, tentam levantar, são obrigadas a sentar pela ação da Segurança Interna, se irritam, se entendiam, falam mal dos senadores, se levantam e vão embora em direção à Câmara dos Deputados onde o mesmo processo é repetido. Ninguém fica mais de 15 minutos por ali⁶. Terminado o circuito, todos devem seguir até a portaria principal do Palácio do Congresso: a saída.

Enfim, no primeiro contato que tive com os funcionários do Senado Federal fui classificado como um integrante do “Povo”⁷, o que trouxe uma série de consequências. Meu trajeto foi controlado pelos funcionários, havia pouca liberdade de expressão e meu acesso ao Plenário estava restrito às Galerias, sem celular, bolsa e carteira. Essas experiências divergiam

⁶ Com exceção das sessões em que se vota algum projeto de interesse de um grupo ou classe específica. Nesses casos, os interessados permanecem horas à espera do resultado das votações, uma maneira de fazer pressão sobre os senadores.

⁷ Com a distinção entre Povo e “Povo” buscamos evidenciar a diferença que essas duas categorias possuem na instituição. A primeira, Povo, sempre presente nas cartilhas e nos discursos públicos, possui um significado similar ao de Nação. Já “o Povo” é a forma como as pessoas que visitam o Senado Federal são classificadas pelos funcionários.

da imagem construída sobre a Casa Legislativa, dias antes, por Heraldo Pereira e pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B - SP). Afinal, se o Congresso Nacional era a Casa do Povo, onde os parlamentares eram representantes diretos da população, por que os cidadãos eram tão controlados pelos corredores da instituição?

Só consegui responder a esta pergunta depois de perceber que no Senado Federal o Povo era compreendido de duas formas diferentes. O primeiro significado, presente nas publicações legislativas e nos discursos públicos, estava relacionado ao valor que a instituição possuía em relação aos outros Poderes da República. Segundo a Constituição Federal, o Congresso Nacional era a prova de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos. Desse modo, a categoria Povo assume um significado similar ao de Nação: uma comunidade política imaginada, na qual, independente das desigualdades ou das relações de exploração efetivas que possam existir, os indivíduos se vêem como integrantes de um grupo maior, marcado pela unidade em torno de algo comum e por relações de horizontalidade⁸.

O segundo significado da categoria “Povo” se relaciona aos momentos em que os cidadãos visitam a Casa Legislativa. Nessas ocasiões, a comunidade imaginada deixa de ser uma mera abstração e se concretiza, em carne e osso, diante dos olhos dos funcionários. Essa transformação faz com que o termo (Povo) adquira um novo valor. Os cidadãos deixam de ser os donos da Casa e são classificados como mais um grupo, entre tantos outros, que frequentam os corredores do Congresso. O vocabulário da solidariedade, do compartilhamento e do que é comum – centrais ao primeiro significado - perde espaço para dar lugar a palavras como controle, perigo e restrição. Assim, no Senado Federal, o “Povo” é submetido por inúmeras vezes aos sistemas de segurança; é obrigado a se desfazer de seus objetos pessoais; precisa permanecer imóvel enquanto assiste às sessões etc. Em suma, nesse cenário, quando “o Povo” visita a Casa do Povo é tratado com indiferença. No entanto, há outras possibilidades de inserção no Congresso Nacional.

Os cidadãos também podem se identificar como Visitantes quando chegam a uma das entradas do Senado Federal. Em geral, esses indivíduos usam a biblioteca ou procuram os gabinetes dos senadores como enviados de alguma autoridade ou empresa (os lobistas). Os Visitantes, ao contrário do Povo, não entram pelo Salão Negro do Palácio. Com um traje mais

⁸ Benedict Anderson (2008), em um belíssimo livro intitulado *“Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism”*, conferiu um novo significado ao conceito de nação, já tão debatido pelas Ciências Humanas. Para Anderson, uma nação é uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

supervisionado (não são permitidos bermudas, chinelos, saias curtas etc), devem procurar uma das entradas dos Anexos do prédio onde são obrigados a se identificar junto às autoridades responsáveis pela segurança da instituição, mostrar um documento com foto, explicar seu destino para a recepcionista. Com os dados cadastrados nos arquivos eletrônicos, passam suas coisas por uma esteira de raio-X, atravessam o detector de metais e recebem um adesivo laranja que os identifica como Visitantes.

Como o destino dos Visitantes é sempre revelado na recepção, pré-requisito para a autorização da entrada, eles têm maior liberdade para transitar pelas dependências da Casa. Não há um circuito fechado cerceando suas escolhas. O controle dos passos dos visitantes acontece de uma maneira diferente, é ponto a ponto. Como carregam um adesivo laranja visível na roupa, todas as vezes em que cruzam com um funcionário da Polícia Interna do Senado, são parados e questionados sobre seus destinos. Nas ocasiões em que a Casa Legislativa recebe visitantes com vestimentas tradicionais (como indígenas com traje rituais; pessoas do interior do nordeste com chapéu coco e sandália ou gaúchos com botas e bombachas), todo um esquema segurança é mobilizado para controlar cada passo desses visitantes pouco frequentes. Foi assim que descobri que entrar como Visitante no Senado Federal é ter a liberdade de caminhar pela instituição com olhos dos seguranças sobre os ombros. No entanto, há outras possibilidades de classificação dos “de fora”.

As Autoridades são frequentes na Casa Legislativa. Ministros, juízes, representantes internacionais, governadores, prefeitos, deputados, vereadores e personalidades da política brasileira quando visitam o Senado Federal são tratados como Autoridades, o que resulta em uma diferença principal: entram por uma das portarias do Palácio do Congresso⁹ (a mesma entrada reservada aos parlamentares, funcionários e visitantes), mas não precisam se identificar junto as recepcionistas. Se os documentos, principalmente aqueles com foto, são provas materiais que servem para confirmar a auto-identificação dos indivíduos – provar para o Outro a veracidade do Eu-, o reconhecimento ganho pelos anos na vida pública torna desnecessário que as Autoridades provem às recepcionistas quem realmente são¹⁰. Dessa

⁹ Em ocasiões solenes, o Presidente do Congresso Nacional recebe as Autoridades no Salão Negro do Palácio do Congresso.

¹⁰ Para Peirano (2009), “os documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar quem somos que dizemos que somos. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade de nossa auto-identificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente” (Peirano, 2009:14). No entanto, quando lidamos com autoridades reconhecidas, a necessidade de portar documentos não se faz presente. O amplo reconhecimento que esses indivíduos possuem no universo social faz com que os documentos se tornem objetos

forma, os funcionários responsáveis pela portaria do Senado devem ser hábeis na distinção entre aqueles que precisam dizer quem são e a que vieram (os Visitantes), e os que por si só, sem falar nada, deixam claro sua identidade e seus objetivos na Casa Legislativa (as Autoridades). Pedir alguma identificação a alguém importante é quase uma ofensa, pois “rebaixa” os diferentes ao mesmo nível dos iguais¹¹.

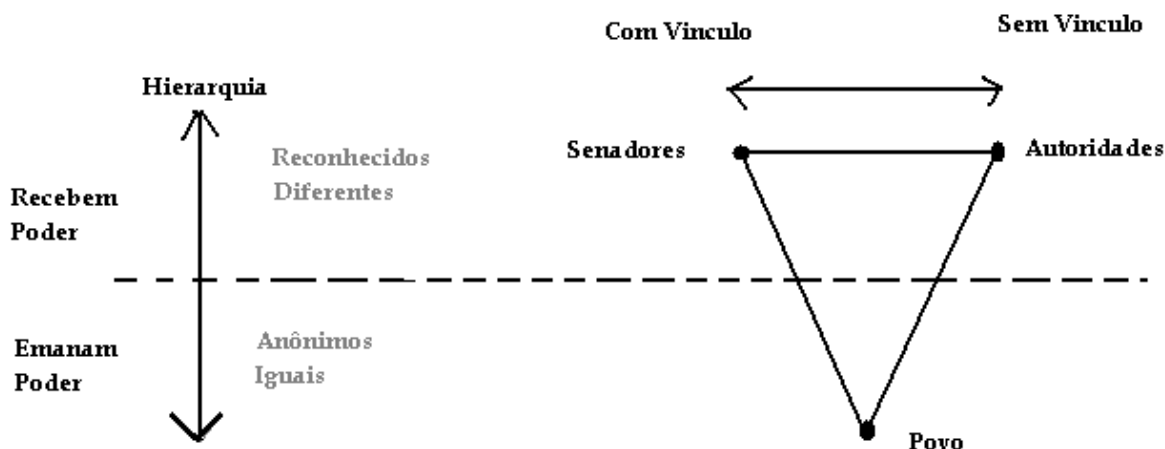
Dentro dos muros do Congresso, as Autoridades têm trânsito livre pela Casa. Sem qualquer tipo de adesivo ou crachá, podem caminhar pelos corredores sem que sejam importunados por qualquer segurança. Caso precisem ir ao Plenário, possuem um espaço reservado (a Tribuna de Honra), com poltronas confortáveis, onde ficam próximos de todos os senadores. Papéis, canetas, celulares, livros, carteiras são permitidos no local. Enfim, como vimos, de uma forma geral, aqueles que não integram o corpo legislativo são classificados pela burocracia legislativa nas seguintes categorias: O Povo, os Visitantes e as Autoridades. Não há maiores dificuldades na classificação dos de “dentro”: eles são divididos entre senadores e funcionários.

Sem maiores aprofundamentos, os senadores são cidadãos filiados a algum partido político, eleitos para assumir, por oito anos, uma vaga no Senado Federal. Todas as Unidades Federativas têm direito, igualmente, a três representantes. A cada nova legislatura há uma renovação dos assentos do Senado na seguinte proporção: ora 1/3, ora 2/3 das vagas. Depois de eleitos, diplomados e empossados, os senadores carregam um broche prata com cores azuis na lapela de seus ternos, um símbolo da posição que ocupam. Os funcionários são cidadãos que, por meio de concursos públicos ou empresas terceirizadas, prestam serviço à instituição. As funções são diversas: desde agentes da Polícia do Senado, ascensoristas, contínuos, jornalistas, técnicos até consultores legislativos. Todos usam um crachá de identificação, com nome e cargo – um sinal dos vínculos que mantêm com a instituição.

As múltiplas categorizações oferecidas pelo Senado Federal se apóiam sobre uma interessante cadeia de oposições binárias que sustentam o sistema classificatório. São elas: Reconhecidos/ Anônimos; Com Poder/ Sem Poder; Alto/ Baixo. Quando essa cadeia de valores se articula em um sistema, tende-se a classificar os indivíduos seguindo uma ordem que lembra o esquema abaixo:

dispensáveis. A imagem e o nome reconhecidos são as provas suficientes para a identificação.

¹¹ O controle da portaria é reservado aos seguranças mais experientes do Senado. Como me relatou um funcionário, só a experiência diária permite aos seguranças identificarem quem são as autoridades e quem são os visitantes. Um erro, como pedir identificação a um parlamentar ou ministro, gera muitos problemas e pode colocar o cargo do funcionário em risco.



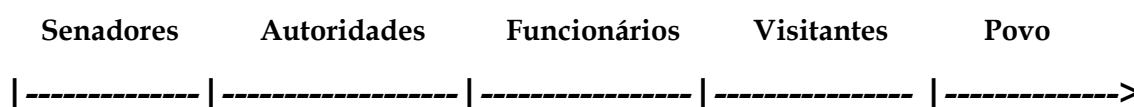
Desse modo, “o Povo” está na posição hierárquica mais baixa no quadro de categorizações. Em uma situação liminar quanto aos vínculos com a instituição – possuem vínculo, já que elegeram os parlamentares, mas não possuem nenhuma ligação direta com o Senado –, “o Povo” é formado por cidadãos brasileiros que, com seu voto, delegaram seu poder de decisão aos seus representantes, os congressistas. No outro lado da escala hierárquica, estão os senadores. Com uma trajetória política longa, possuem grande reconhecimento em seus estados de origem. Nos processos eleitorais em que venceram, receberam a chance de decidir em nome de seus estados e obtiveram, através do mandato, os vínculos com a instituição.

O esquema simbólico acima abre portas para uma singularidade interessante do Senado Federal em relação a outras instituições estatais da capital. Se aprendemos com Michael Herzfeld que as cosmologias do mundo da burocracia se pautam sobre a distinção entre os “de fora” e os “de dentro”, que separam os indivíduos e suas práticas em dois grupos diferentes, no Senado Federal o processo é bem diferente. Como carrega sobre si o peso de ser a Casa do Povo, o sistema classificatório da instituição insere todos os indivíduos em um mesmo universo social. A diferença entre várias categorias (Povo, Visitantes, Autoridades, Funcionários e Senadores) que compõem esse sistema está no valor hierárquico de cada grupo.

Essa singularidade gera reflexos no cotidiano da Casa Legislativa. Como se apóiam sobre uma mesma linha classificatória, os atores têm a possibilidade de transitar no interior de suas categorias, de modo que, ora se aproximam daquelas com maior, ora das com menor

prestígio. Ninguém possui um lugar fixo e cristalizado nesse quadro classificatório. Ao contrário, todos têm a possibilidade da variação, para cima ou para baixo, de acordo com seu reconhecimento, prestígio etc. Vejamos:

Arranjo Hierárquico das Categorias Classificatórias



A posição que um indivíduo ocupa no arranjo acima se apóia sobre dois pontos principais: o vínculo formal e o reconhecimento que possuem na Casa. O primeiro elemento se relaciona à classificação burocrática criada pela instituição. Os senadores são senadores porque foram eleitos e receberam um mandato, os funcionários porque passaram no concurso público, os visitantes porque se identificaram na recepção do Palácio, e assim por diante. Já o reconhecimento é conquistado pelas relações pessoais - diretas ou indiretas¹² - que os atores possuem na Casa Legislativa.

O duplo vínculo confere um caráter dinâmico, contextual e variável a todo o sistema. Esse tipo de vínculo também torna o sistema mais permeável ao trânsito dos indivíduos por essas categorizações e, ainda, permite que indivíduos de uma mesma categoria formal sejam vistos e tratados de diferentes formas a partir do reconhecimento que possuem. Um bom exemplo dessa permeabilidade do sistema classificatório se dá quando algumas personalidades conhecidas em todo o país vão até o Senado Federal. Pelos procedimentos legais da Casa, se desejassem transitar pelo Palácio do Congresso, deveriam ser identificados na recepção, passar pelo sistema de segurança e receber o adesivo alaranjado reservado aos Visitantes. No entanto, como possuem fama e amplo reconhecimento nacional, são tratados como verdadeiras Autoridades. Não precisam de identificação, têm livre trânsito e frequentam a Tribuna de Honra sem qualquer incômodo por parte dos burocratas.

Foi só então que compreendi o conselho dado pelo jornalista da Tv Globo naquele atribulado vôo entre Brasília e o Rio de Janeiro. Quando me disse que o Senado Federal era a Casa do Povo onde todos podiam ir e vir, Heraldo Pereira tentava me mostrar que aquela era

¹² As relações pessoais diretas são aquelas construídas nas interações face-a face. Já as indiretas, surgem a partir dos meios de comunicação que permitem que os indivíduos sejam conhecidos por seus interlocutores, sem conhecê-los pessoalmente. É o que acontece com pessoas famosas, como por exemplo, atores e atrizes, políticos com destaque nos meios de comunicação, escritores etc.

uma instituição burocrática diferente das outras autarquias federais por permitir aos atores a possibilidade de transitar por todos espaços. Contudo, o que não estava explícito na argumentação do jornalista era que na Casa Legislativa a liberdade variava de acordo com a classificação recebida nos primeiros encontros com a burocracia legislativa.

Como no primeiro momento fui inserido na categoria “Povo”, logo percebi os enormes cerceamentos a que estaria sujeito no desenrolar da pesquisa. Assim, busquei, junto aos funcionários legislativos, outras possibilidades de inserção na Casa Legislativa.

Os Problemas da Classificação

Seguindo a dica de Heraldo Pereira, no primeiro momento, fui automaticamente classificado como “Povo” e sofri todas as restrições que esse grupo possui. No entanto, quando entrei por uma das portarias do Palácio do Congresso, identifiquei-me e recebi o adesivo laranja reservado aos Visitantes, tive uma liberdade vigiada pelos corredores do Senado. Em inúmeras vezes, fui parado por seguranças para dar explicações e tive de assistir às sessões plenárias das Galerias (lôcus principal do “Povo”) de onde não era possível ver quase nada. Sabendo que tais restrições imporiam perdas irreparáveis no caminhar da pesquisa, procurei alguns setores do Senado Federal com o intuito de conseguir autorização para assistir as sessões da Tribuna de Honra, espaço reservado às Autoridades, no primeiro piso do Plenário. Agora, não me interessava apenas saber como a instituição me categorizava. Meu objetivo era descobrir como o sistema classificatório responderia ao desejo de me inserir em uma outra categoria classificatória e quais seriam as soluções encontradas para o imbróglio apresentado por mim.

Fui orientado a procurar a Secretaria da Mesa Diretora, setor responsável pelo controle dos trabalhos no Plenário, para saber sobre a possibilidade de um Visitante frequentar a Tribuna de Honra reservada às Autoridades. O processo de mudança entre as classes era complicado. Estávamos lidando com duas categorias apoiadas sobre pilares completamente diferentes: os Visitantes tinham vínculo temporário com a instituição (identificação e adesivo), não tinham nenhum poder de decisão e estavam localizados quase na base da estrutura hierárquica que separava os indivíduos no Senado Federal; já as Autoridades, eram personalidades reconhecidas, com grande poder de decisão, sem vínculo direto com o Poder Legislativo, no topo da escala hierárquica.

A funcionária que me recebeu no setor não soube solucionar meu problema. Consultou pilhas de novos memorandos, voltou-se para o Regimento Interno e não encontrou nenhuma solução. Era óbvio que tais hierarquizações dos espaços, das pessoas e das práticas jamais estariam nas normas regimentais da Casa do Povo. Esses eram fenômenos de outra ordem, de uma natureza mais profunda. O Regimento serviria apenas como porta de entrada para explicitar a lógica interna a essas classificações, jamais revelaria seus princípios.

Diante do impasse, a funcionária me aconselhou a procurar sua superior, Dr^a Cláudia Lira. Procurar pessoas que atendem por qualificativos como Doutor ou Doutora é algo corriqueiro no Senado Federal. Qualquer pessoa com um cargo diferenciado é um Doutor e impõe aos que os procuram a difícil tarefa de encontrá-los. Há sempre a necessidade de “esperar mais um pouco” (essa medida de tempo indeterminada), que se justifica por uma projeção¹³ de um dia a dia atribulado pela enorme quantidade de trabalho. Os Doutores mostram a posição de destaque do cargo em seus crachás, nos elevadores privativos a que tem acesso, nas saletas individuais e separadas do resto do setor, no peso e na importância que seus carimbos possuem na instituição. Contudo, apesar de serem vistos dentro e fora do Senado Federal como funcionários importantes, os Doutores projetam imagens diferentes para os funcionários e para os visitantes. Vejamos:

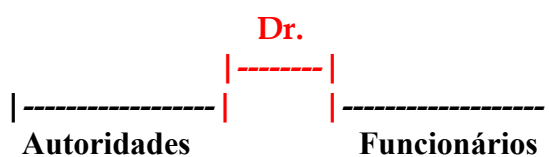
Doutor/Doutora

Para os Funcionários	Para os Visitantes
<p>Possuem cargos diferenciados na Burocracia.</p> <p>São os únicos com poder de decisão na área em que atuam. Quando há casos em que os artigos do Regimento Interno não resolvem, essas pessoas são o crivo decisório da instituição.</p> <p>Sua assinatura e carimbo são imprescindíveis ao caminhar dos processos. Uma documentação sem assinatura devida ou o carimbo necessário pára, emperra a máquina até que o problema se resolva.</p>	<p>Estão sempre muito ocupados. Atender um “de fora” implica em um atraso em seus afazeres.</p> <p>São peças fundamentais na máquina burocrática. Os únicos capazes de responder em nome da instituição. Quando ausentes, ninguém pode substituí-los.</p> <p>Na maioria dos casos, os Dr.(s) são uma abstração aos olhos dos que os procuram. Os “de fora” tomam conhecimento de sua existência por intermédio de terceiros (subordinados), por sua assinatura, carimbos ou autorizações.</p>

¹³ Em “A Representação do Eu na Vida Cotidiana”, Goffman mostrou que, durante os processos interativos, os indivíduos tendem a “projetar uma imagem para os outros de que seu desempenho incorpora e exemplifica os valores oficialmente reconhecidos da sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (Goffman, 2003: 41).

<p>Quanto maior a expressividade do cargo, maior é o número de subordinados.</p> <p>Ocupam saletas particulares. Não se misturam aos outros funcionários.</p> <p>Possuem entradas diferenciadas, elevadores privativos, vaga garantida para no estacionamento do Senado.</p> <p>Carregam um sinal distintivo consigo. Ex: um crachá, um broche, etc.</p>	<p>Estão sempre ausentes por culpa de reuniões importantes ou viagens à trabalho.</p> <p>Uma reunião com essas personalidades requer muita paciência por parte dos que procuram. Exige horas de espera.</p>
--	---

Essa diferenciação - por vezes, evitação - dos Doutores em relação aos outros funcionários tem por base o mesmo esquema lógico que separa as pessoas em grupos distintos no Senado Federal. É interessante notar que esse empreendimento faz com que o contínuo seja dividido em categorias separadas, mas que continuam a manter pontos de contato umas com as outras. Essas arestas em comum criam regiões nebulosas nesse universo social que são fontes de ambiguidade, separação, evitação e, portanto, muito poderosas. Os Doutores nada mais são do que funcionários que, pelo amplo reconhecimento, pelo valor hierárquico superior e pelo poder de decisão maior, se diferenciaram muito de seus pares e acabaram por se aproximar do grupo superior hierarquicamente, o das Autoridades. Dessa forma, vivem na liminaridade entre os dois grupos. São, ao mesmo tempo, vistos como Autoridades em suas áreas de atuação e como funcionários.



Essa ambiguidade justifica o isolamento, a relação de evitação (que pode incluir medo) e o poder que esses indivíduos possuem em relação ao corpo de funcionários legislativos. A vaga cativa no estacionamento, o elevador privativo que dividem com Autoridades e senadores, as salas individuais, a permissividade quanto ao uso do crachá e o monopólio das

decisões diante das brechas abertas pelo Regimento Interno são reflexos dessa região dúbia em que vivem no sistema classificatório da instituição¹⁴.

O Visitante e os Doutores - Depois de muito esperar, consegui um encontro com a Dr^a Cláudia Lira, Secretária Geral da Mesa Diretora. A funcionária esclareceu que minha presença na Tribuna de Honra era um problema de difícil solução, tendo em vista que o espaço é reservado para as Autoridades que visitam o Plenário. E, ainda, como eu pleiteava frequentar o espaço com papel e caneta, certamente estaria colocando em risco a segurança dos parlamentares e das Autoridades -- o que era um assunto de outro setor, a Polícia Interna do Senado. Por fim, afirmou que não via problemas em minha pesquisa desde que apresentasse quatro documentos básicos. Eram eles: carta de apresentação, projeto de pesquisa de 15 páginas, carta do orientador e do coordenador do Programa de Pós-Graduação ao qual me inseria.

No mesmo dia, procurei a Polícia do Senado em busca de um outro Doutor capaz de resolver meu problema. Encontrei o Sub-Diretor de Segurança das Autoridades e recebi uma demanda maior. O funcionário me aconselhou apresentar, por escrito, minhas intenções de pesquisa. Com isso, para receber a autorização, precisava de toda a documentação pedida pela Dr^a Cláudia Lira, mais uma carta de apresentação do Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Brasília. A documentação deveria ser apresentada em três vias e cada cópia deveria ser apresentada a um setor específico da Casa.

A diferença básica entre um Visitante (posição adquirida) e uma Autoridade (posição desejada) estava no reconhecimento, por parte da instituição, da minha pessoa e dos meus anseios de pesquisa. A vasta documentação que me foi requerida, com suas características particulares, cada qual assinada por uma pessoa específica, com cargo singular, hierarquicamente distinto e reconhecido pela instituição legislativa e pela Universidade era o elo necessário nesse processo. De um lado, fortalecia meus vínculos e me fazia conhecido pelo sistema de informação do Senado e, do outro, explicitava todo o conjunto de relações que trazia comigo. E, ainda, mostrava para a burocracia legislativa que qualquer problema que viesse a ocorrer era responsabilidade do funcionário que permitiu a minha entrada, da minha orientadora, do chefe do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa. Enfim, era um problema de todos.

¹⁴ Em “Cultura e Comunicação”, Edmund Leach (1992) chamou atenção para essa característica dos sistemas classificatórios.

A requisição de três cópias, tantos carimbos e assinaturas abre brecha para um outro olhar complementar ao primeiro. Ao mesmo tempo em que as assinaturas e carimbos dividem os riscos da minha entrada entre todos os funcionários que receberam as cópias, tiram a questão do colo de um único dono, tornando-a, mais uma vez, um problema compartilhado. Como nos ensinou Roberto DaMatta (1979; 1997), no Brasil, tudo aquilo que é de todo mundo não é de ninguém. Essa ética implica em dois modelos de ação opostos: ou se usa o que é público em proveito puramente individual – “o que é de todo mundo é meu também, por isso uso e abuso” -, ou se abandona o comprometimento individual transferindo a responsabilidade para a coletividade - “esse não é um problema meu, é de todos”. Assim, uma documentação repleta de carimbos, com vários donos, ou melhor, sem dono, perde-se no umbral dos arquivos, adormece no paraíso e jamais encontra uma solução¹⁵.

De uma forma geral, o encontro com os Doutores do Senado Federal configurou uma sequência previsível pelos corredores do Congresso, a que chamo de Troca de Problemas. O ritual é sempre o mesmo. Os indivíduos chegam, apresentam seus problemas aos Doutores e recebem em troca um outro problema de difícil solução. Obedecendo aos princípios básicos da reciprocidade (dar, receber e retribuir) os atores trocam problemas fazendo questão de sempre dar mais do que receberam. Foi assim que cheguei com uma questão à Polícia do Senado (problema para o burocrata e solução para o antropólogo) e recebi uma vasta lista de documentos a ser obtida (solução para o burocrata e problema para o antropólogo). O segredo da operação está em vincular a resolução de um problema a de um outro. Neste jogo, a responsabilidade sai do seio da burocracia e cai sobre o colo do próprio requerente. Em resumo, o funcionário dá as cartas do jogo apoiado em duas máximas: “só posso ajudar quem quer se ajudado”, “resolve o seu problema para eu resolver o meu”. A relação se constrói a partir de um confronto entre interesses opostos, cada lado procurando sempre resolver seu problema, obter ganhos e livrar-se dos entraves. Entre as idas e vindas a questão ganha fermento e cresce a ponto de se tornar um problema sem solução.

Contudo, há outro ponto de suma importância que merece ser ressaltado. Os encontros com os Doutores não dizem nada sobre um conjunto de relações travadas entre duas pessoas, mas sim entre duas coletividades. O que estava no crivo da interação era a definição de um conjunto de papéis que a burocracia e o antropólogo-cidadão (visitante) deveriam assumir a partir daquele momento. Em suma, se a Troca de Presentes, tão famosa nos escritos de Mauss, era capaz de mesclar almas, não temo afirmar que a Troca de Problemas reforçava as

¹⁵ Leiner (2009) aponta, em suas pesquisas com militares, que documentos com muitos carimbos sempre encontram o conforto das gavetas de onde nunca mais saem.

diferenças entre os atores, criava fortes hierarquias e dividia o mundo social entre os que pedem (um documento, uma permissão etc.) e os que dão, superiores pela posição de doadores.

Desta forma, uma categoria nativa recorrente nesse tipo de interação, “quebrar um galho”, revela o caráter da relação. Muitos funcionários acreditam estar sempre “quebrando um galho” para os cidadãos que os procuram, mesmo quando a tarefa requerida faz parte de suas obrigações como empregado. Se, em um primeiro momento, o “galho quebrado” pode parecer um dom desinteressado, no qual uma das partes doa algo sem qualquer expectativa de retorno, uma análise mais detida explicita que sua principal razão - para não dizer função - é criar uma dívida permanente entre as partes, impossível de ser paga pelo valor imensurável do que é trocado, ponto essencial da manutenção das diferenças, da distância entre a burocracia e os visitantes¹⁶.

Assim, meu primeiro encontro com os burocratas seguiu um caminho interessante. Primeiro, descobri as singularidades que o Senado Federal possui diante das outras instâncias burocráticas da capital federal. A vida na instituição, marcada por ser a Casa do Povo, não é pautada pela clássica distinção entre os “de dentro” e os “de fora”, mas sim por incluir todos atores em uma mesma linha classificatória. Depois, percebi a importância dos Doutores e o valor que as autorizações possuem nesse universo social. Afinal, são verdadeiros símbolos do reconhecimento institucional.

No entanto, resolvi adotar novas estratégias. Com um amigo que já havia trabalhado no Senado Federal, voltei à instituição em busca de melhores soluções para os meus problemas. Os resultados foram bastante diferentes.

¹⁶ Em outro contexto etnográfico, Marcos Lanna (1995; 2007) identificou uma situação similar. Em suas pesquisas sobre relações de compadrio no nordeste brasileiro, Lanna percebeu que as relações entre pai, afilhado e padrinho permitiam “the formation of deep bonds of inequality. I attempt to demonstrate here, based on analysis of specific compadrio and patronage relations in Northeast Brazil, that there are imbrications between reciprocity (as defined by Claude Lévi-Strauss) and hierarchy (as defined by Louis Dumont). Not only hierarchy is a form of reciprocity but the latter is hierarchical at its core”. (Lanna, 2007:23).

Segundo Encontro: entre muitos amigos e uma carta

Pedro:

--Esse aqui é meu amigo.

Michel:

--Eu precisava de uma autorização pra iniciar a pesquisa da minha dissertação (...).

Funcionária:

-- Adalgiza, não vamos complicar a vida do menino. É o seguinte: faça uma carta com o que você quer, assina e leva lá na Polícia. Diz que nós autorizamos.

(Surpreso com a facilidade do processo, agradei à jovem senhora. No entanto, enquanto me levantava pronto para voltar outro dia, fui novamente surpreendido).

Funcionária:

-- Pedro, seu amigo vai aonde? Michel, faz logo isso. Resolve logo essa questão, senta aqui nesse computador e escreve logo isso. Escreve bem bonito, heim.

A enorme quantidade de cartas e memorandos requeridos no último encontro mobilizaram um grande esforço pela busca de toda documentação. Ao voltar à Universidade, comentei com um amigo sobre o trabalho que teria para juntar o material e entrar com o processo de solicitação para o início da pesquisa. Pedro ficou bastante surpreso com a complicação. Como havia estagiado na Casa Legislativa durante a graduação e conhecia bem o funcionamento da instituição, prometeu me acompanhar até o Senado Federal em busca de melhores soluções. Com amigos espalhados por todos os setores, esperava que as relações que mantivera com funcionários importantes na Casa facilitassem a minha entrada no campo. Com a companhia de Pedro, dias depois, voltei ao Congresso Nacional.

Chegamos à portaria do subsolo do Palácio do Congresso, nos identificamos seguindo as normas: apresentamos documento de identificação, houve confirmação no cadastro do sistema de segurança, recebemos o adesivo laranja e fomos classificados como Visitantes. Seguimos em rumo à Secretaria da Mesa Diretora, onde Pedro tinha amigos aptos a nos ajudar no processo de liberação da pesquisa. No setor, encontrei os mesmos indivíduos da última ocasião. Porém, dessa vez, com a mediação de Pedro, amigo de ambas as partes, a relação travada com os funcionários ganhou novos contornos, principalmente, no encontro com os Doutores.

A vasta documentação em três cópias (com papel timbrado e carimbado) se transformou em apenas uma carta de apresentação a ser entregue na Polícia do Senado. Foi quando percebi que a travessia entre as categorias classificatórias, de Visitante a Autoridade, era possível desde que houvesse, por parte da instituição, o reconhecimento dos meus anseios. Com isso, configurou-se um novo arranjo interativo (entre funcionários e visitante) baseado no seguinte princípio: os amigos dos meus amigos, meus amigos são¹⁷. Foi a subjetividade compartilhada (a amizade) que permitiu, primeiro, o surgimento de uma relação sustentável entre os três pólos da interação (funcionários - amigo em comum – visitante). Segundo, me inseriu em uma cadeia de relações na instituição, e por fim, me fez reconhecido. Enfim, permitiu que eu deixasse de ser visto como um Visitante e me deu o acesso a espaços reservados somente às Autoridades.

Não há dúvida que meus encontros com a burocracia legislativa sempre foram pautados por relações antagônicas, tanto na vez em que estava sozinho (doutor x visitantes, diferente x igual) quanto no momento em que um amigo em comum mediou a relação (pesquisado x pesquisador, doador x receptor). No entanto, no instante em que as relações pessoais mediaram as interações houve uma mudança significativa no caráter antagônico das relações¹⁸. Apesar da manutenção das diferenças, surgiu um espaço comunicativo de troca de atos e mensagens e, principalmente, de negociação entre as duas partes envolvidas, o que facilitou o meu trânsito pela instituição. Agora, sabendo que ao enfatizar laços e relações com funcionários da Casa facilitava a resolução dos meus problemas, fui à Polícia do Senado.

No setor, fui recebido pelo Diretor de Segurança das Autoridades. Apresentei duas cópias da carta digitada no computador da funcionária e recebi a autorização. Uma cópia ficou no departamento, a outra, do jeito que entreguei, recebi de volta. Sem qualquer carimbo, assinatura ou visto do policial. A única diferença era que, junto dela, veio o cartão pessoal do policial. Era o fim. Minha frequência na Tribuna de Honra estava liberada.

¹⁷ “Semiotically, the indexical basis of solidarity (“I am yours because I am related to you in this way in this context”) gives way to an iconic principle” (Herzfeld, 1992: 107).

¹⁸ Esse processo lembrou-me uma clássica discussão sobre antônimos recorrente na teoria semântica, o campo da Linguística voltado para o estudo do sentido das palavras em uma determinada língua. O linguista semântico Katz, um dos maiores nomes envolvidos no debate, certa vez apontou três grupos de antônimos: os antônimos contraditórios (mortal vs. imortal) entre os quais não é possível mediação; os contrários (como superior vs inferior) que permitem mediação recíproca; e por fim, os conversos (comprar vs vender) que implicam transformações sintáticas de ativo a passivo e permitem implicações lógicas. Ver Katz (1972).

Jogo Rápido: problemas e soluções

Chefe da Segurança:

-- Eiiii, Eiiii, Eiii. Onde você pensa que vai (sic)?

Michel:

-- Na Tribuna de Honra.

Chefe:

-- Você disse que iria à Biblioteca. A Biblioteca fica para lá. Já passou!

Michel:

-- Primeiramente, boa tarde. Deve ter havido algum engano. Eu sou Michel Alcoforado, aluno do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação aqui no Senado Federal. Eu obtive a autorização da Secretária Geral da Mesa Diretora e também do Diretor de Segurança das Autoridades. Tenho aqui uma carta de apresentação da pesquisa. Se houver algum problema é só entrarmos em contato com eles e a gente resolve essa questão. Tenho aqui os cartões deles. É só ligar...

Depois de recebida a autorização, comecei a frequentar a Tribuna de Honra do Plenário para acompanhar as sessões. Como de costume, todos os dias, chegava ao Senado Federal de terno e gravata, escondia o adesivo laranja marcando minha condição de Visitante e me misturava entre os funcionários, as autoridades e os senadores.

Certa vez, durante o processo de identificação na recepção, disse que iria para a Biblioteca do Senado quando na verdade estava indo para o Plenário¹⁹. O Chefe da Segurança aceitou minha justificativa, mas me acompanhou, com os olhos, para conferir o meu destino. Ao perceber que passei pela porta da Biblioteca e não entrei, iniciou uma verdadeira corrida pelos corredores do Senado atrás de mim. Depois de me abordar em um tom pouco convidativo, expliquei-lhe que deveria haver algum engano. Meu destino era a Tribuna, tal como me foi autorizado pela Secretária da Mesa Diretora e pelo Diretor de Segurança das Autoridades. Mostrei a carta de apresentação entregue na Polícia e o cartão do diretor do setor, preso à folha. Depois de ler o “documento” e de conferir a veracidade do cartão, o chefe da segurança desculpou-se e me chamou de Doutor. Estava resolvido o impasse. Enfim,

¹⁹ Essa era uma estratégia que utilizava para evitar maiores perguntas dos seguranças.

reconhecido! Naquele instante, mostrei para o segurança que além dos vínculos burocráticos, eu tinha amigos no Senado Federal.

A busca por uma permissão de pesquisa no Senado Federal traz questionamentos importantes às análises antropológicas preocupadas com o funcionamento das instituições burocráticas. Primeiro, desconstrói o binarismo de muitos trabalhos que opõem burocracia às relações pessoais. Tanto o código das leis (imposto pelas regulamentações internas) quanto os das relações pessoais (construídas no cotidiano com os funcionários) são fundamentais para que qualquer visitante tenha um bom trânsito na Casa Legislativa.

Segundo, indica como a carta era uma prova material de que havia eu enfrentado todo o processo burocrático na instituição. Já os cartões, ao contrário do que eu imaginava, não eram somente um pedaço papel informativo como tantos outros que recebemos em encontros casuais com profissionais liberais. Apresentar um cartão de um Doutor do Senado era prova de uma interação bem sucedida com esses funcionários, fato difícil de acontecer por aqueles corredores. O cartão e os funcionários transmitiam a mesma mensagem, por meios e proporções diferentes, das pessoas que encontrei, conversei e estabeleci relações.

Terceiro, os cartões pessoais dos funcionários e a carta de apresentação requerida pelas normas regimentais tiveram quase que o mesmo peso na resolução dos impasses vividos com o Chefe da Segurança. O encontro com a burocracia legislativa, com ou sem amigos, teve como base o código das leis – concretizado na carta – e o das relações – incorporado nos cartões pessoais. Neste universo social, caminhar com apenas um dos códigos dificulta o trânsito dos indivíduos, tendo em vista que, no Senado Federal, eles são complementares.

Finalmente, os encontros que travei com a burocracia no Senado Federal serviram para mostrar que a necessidade de conhecer o Regimento e de se inserir em alguma cadeia de relações pessoais era mais do que uma escolha aberta aos atores. Era uma imposição no qual antropólogo, visitantes, autoridades, funcionários e senadores tinham que se adequar para sobreviver nesse universo.

Caleidoscópico Antropológico: boas questões para pensar

Era dezembro de 2008 quando cheguei ao Senado Federal. Os planos para o trabalho de campo se dividiam em duas fases. A primeira, a ser realizada no último mês daquele ano, tinha por meta a resolução de questões burocráticas (permissões, documentos etc.) e uma aproximação inicial com o tema da pesquisa, de maneira que suscitasse boas questões para pensar na próxima fase. O segundo passo da investigação, programado para meados de fevereiro de 2009, após o recesso parlamentar, teria como foco a observação das atividades plenárias até julho. Enfim, o trabalho de campo na instituição legislativa abarcaria um período de seis meses, dividido em duas etapas. Quanto ao cronograma dos trabalhos, não tive maiores problemas. Tal como o previsto, o planejamento inicial foi mantido e seguido à risca.

Se os planos para o trabalho de campo foram executados dentro dos prazos pré-estabelecidos, o mesmo não posso afirmar em relação ao meu quadro de reflexões sobre a vida social no Senado Federal. Como acontece com toda pesquisa etnográfica, este mudou ao longo de todo o período. A cada nova leitura feita ou a cada novo acontecimento vivenciado, dentro ou fora do Senado, surgiam novas interpretações sobre a vida na Casa que se impunham como verdades até o aparecimento de uma nova dúvida, uma nova visão. Esse contínuo ciclo de mudanças se parecia com um caleidoscópico onde qualquer movimento inesperado provoca alterações na imagem formada no tubo de observação.

Nesta seção do capítulo, interessa-me mostrar para o leitor as mudanças no conjunto de imagens que tive no decorrer da pesquisa. No final, busco justificar a construção etnográfica dessa dissertação.

Primeira Imagem: o Senado nos jornais e nas etnografias

O desejo de realizar uma pesquisa etnográfica no Senado Federal surgiu muito antes da minha chegada à Brasília. Já fazia algum tempo que periodicamente a instituição ocupava as páginas policiais da imprensa brasileira. O foco das reportagens eram os inúmeros casos de corrupção envolvendo vários parlamentares com destaque na política brasileira. Em sua grande maioria, eram governadores e ministros que abandonaram suas carreiras no Poder Executivo para ocupar uma das cadeiras na Casa Legislativa mais importante da República, como gostavam de afirmar.

No ano 2000, pela primeira vez na história os senadores cassaram o mandato de um outro parlamentar²⁰. Luiz Estevão (PMDB-DF) foi acusado de desviar R\$ 169 milhões nas obras do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. O senador era proprietário do Grupo OK, empresa suspeita de ser a destinatária do dinheiro da obra. Na tentativa de fugir das acusações, o senador fraudou os livros contábeis da empreiteira para justificar o montante de dinheiro recebido. A Casa entendeu que Luiz Estevão (PMDB-DF) mentiu durante as investigações e, conseqüentemente, quebrou o decoro parlamentar. O senador foi cassado e perdeu seus direitos políticos até 2014.

Em 2001, o então Presidente do Senado Federal, Jader Barbalho (PMDB-PA) foi obrigado a renunciar ao cargo depois que uma reportagem da Revista Veja²¹ apontou o envolvimento do parlamentar no desfalque, em um montante 10 milhões de reais, no caixa do Banco do Pará (Banpará) e no desvio de verbas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No entanto, todos os processos contra o senador desapareceram dos arquivos judiciais. Como não conseguiu sustentar sua defesa, o senador paraense renunciou à presidência do Senado e, posteriormente, ao mandato parlamentar. Jader Barbalho (PMDB-PA) foi o primeiro Presidente do Senado Federal a renunciar ao cargo.

Pouco tempo depois, outros dois senadores renunciaram ao mandato no Senado Federal²². Um laudo técnico preparado por quatro peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) confirmou que o painel de votação da sessão de cassação do mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) havia sido violado. Dias depois, como ficou esclarecido, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do Senado Federal, e o líder do Governo, José Roberto Arruda (PFL-DF), solicitaram a dois funcionários legislativos que imprimissem e lhes entregassem uma lista sigilosa com os votos dos parlamentares. A violação do sigilo do painel é crime, como previsto nos artigos do Regimento Interno. No Conselho de Ética do Senado foi aberto um processo de quebra de decoro parlamentar para averiguar as irregularidades contra os parlamentares. Todavia, o andamento das investigações foi interrompido logo após a renúncia dos senadores.

Em dezembro de 2008, mais uma vez, um senador foi obrigado a deixar a presidência da instituição. A jornalista Mônica Veloso revelou nos principais órgãos de imprensa que tinha uma filha com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), à época Presidente da Casa Legislativa. Os advogados da jornalista fizeram uma denúncia pública afirmando que a

²⁰ Revista Veja (28/03/2000).

²¹ Revista Veja (14/03/2001).

²² Revista Veja (25/04/2001).

pensão alimentícia da criança era paga por um lobista (Cláudio Gontijo) com recursos de uma empreiteira de Brasília. Semanas depois, a revista *Veja* publicou uma matéria em que acusava o senador de ter usado “laranjas” para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em seu estado. O caso foi levado para o Conselho de Ética do Senado Federal para que os parlamentares pudessem julgar se havia ocorrido quebra de decoro. O político alagoano renunciou à presidência para fugir do foco da imprensa, diminuir a força das denúncias e garantir o mandato de senador.

O protagonismo da Casa Legislativa nos órgãos de imprensa chamou minha atenção. Já cansado das análises rápidas dos jornalistas, feitas no calor dos acontecimentos, procurei saber o que os antropólogos já tinham dito sobre a dinâmica da vida política no Plenário do Senado Federal. O cenário encontrado foi pouco animador. Eram poucos os trabalhos antropológicos interessados no Congresso Nacional e os já existentes dedicavam poucas páginas às especificidades do Senado Federal.

O primeiro trabalho encontrado foi uma dissertação de mestrado, defendida no Museu Nacional, em 1980, por Maria Cecília Solheid da Costa. Com um trabalho de campo na Câmara dos Deputados, a antropóloga produziu um rico relato etnográfico cujo foco central era compreender a importância das relações pessoais na vida política da Casa. Buscou, ainda, esmiuçar o “código de conduta” que regia o comportamento e a convivência entre os deputados, os caminhos para a escalada política na instituição e os diferentes estilos de atuação parlamentar. *Os Caminhos da Casa* se revela um trabalho importante pela riqueza etnográfica que oferece. Quando olhamos para os trabalhos antropológicos sobre o Congresso Nacional, produzidos na década de 1990, essa premissa ganha força. Todos, de uma forma ou de outra, procuram desenvolver com maior profundidade as questões já levantadas por Maria Cecília Solheid da Costa.

A tese de doutoramento de Carla Costa Teixeira, publicada em 1998, é um bom exemplo desse processo. Se, em *Os Caminhos da Casa*, o decoro parlamentar é analisado como uma instituição capaz de “forçar” os deputados a se adequarem aos códigos de comportamento vigente na Câmara, em *A Honra da Política*, o tema é analisado com maior profundidade. Com base em processos legislativos, ocorridos entre 1949 e 1994, a etnografia de Teixeira busca, a partir de três casos de quebra de decoro parlamentar, trazer à tona “o conceito de vocação dos políticos e da política no mundo moderno, resgatar a noção de honra como valor distintivo na política a partir da “descoberta” de vínculos significativos entre os debates parlamentares sobre o decoro e as reflexões weberianas acerca da autonomia da

política”²³. Com forte apego aos dados etnográficos e um grande domínio da teoria antropológica, além dos ensaios de Max Weber, a antropóloga produz uma etnografia sofisticada sobre os valores centrais à Câmara dos Deputados. Todavia, minha curiosidade por trabalhos antropológicos sobre o Senado Federal continuava presente.

Um outro trabalho sobre a atividade parlamentar no Congresso Nacional é o livro de Marcos Otávio Bezerra, fruto de sua tese de doutoramento, defendida em 1999. *Em Nome das Bases: Política, Favor e Dependência Pessoal* mostra, com maestria, as estratégias utilizadas pelos parlamentares para atrair recursos federais para suas bases²⁴. Ao fugir das categorias simplistas, que rotulam essa faceta da vida parlamentar como clientelistas ou fisiológicas, Bezerra produz uma etnografia preocupada com a complexidade dos laços políticos criados entre os diversos agentes do Estado brasileiro: prefeitos, parlamentares, autoridades do Poder Executivo. E assim, surge uma análise singular da vida política parlamentar, dentro e fora, dos muros do Congresso.

Depois de ter lido essas etnografias, percebi que os poucos trabalhos antropológicos produzidos sobre a dinâmica social do parlamento brasileiro, de uma maneira geral, deslocaram suas lentes de observação para a Câmara dos Deputados. O Senado Federal não recebeu a mesma atenção. Diante deste fato, meu interesse pela instituição ganhou mais força. Era hora de partir para campo.

Segunda Imagem: um texto e uma dica

Os trabalhos de Michael Herzfeld sobre as instituições burocráticas no Ocidente davam limites à minha imaginação sobre o mundo que encontraria na Casa Legislativa. Em *The Social Production of Indifference*, Herzfeld inova ao tratar as instituições estatais como fenômenos sociais:

“This is crucial to understanding bureaucracy as a social phenomenon. The fact that people have stereotypical expectations of bureaucratic unfairness offsets their sense of personal failure: there is safety in numbers, in being reassured that everyone knows all about bureaucrats. Rejecting the hateful formalism of bureaucracy is itself a conventional, formal act, identifies areas of tensions between official norms and more

²³ Ver Teixeira (1998: 13).

²⁴ Esse tema já havia sido tratado, muito rapidamente, na dissertação de Maria Cecília Solheid da Costa (1980).

localized social values. Representations of bureaucratic evil are comforting precisely because, like the symbols studied by the ethnographers of small-scale societies, they are collective [...]”²⁵

Ao abandonar a premissa de que a burocracia é um reflexo da racionalização das atividades do Estado, Herzfeld procura pelos sistemas simbólicos e pelas representações sociais que estruturam esses mundos. Surpreendentemente, encontra similaridades entre as instituições estatais e as doutrinas religiosas. Logo identifica uma clara distinção, inerente aos universos burocráticos, entre os “de dentro” (funcionários ou pessoas ligadas, de alguma maneira, à instituição) e os “de fora” (os cidadãos). Essas fronteiras são reforçadas durante os processos interativos, quando os cidadãos recorrem às instâncias estatais para resolver seus problemas. Em geral, sempre encontram burocratas que os tratam com indiferença²⁶, que tentam diminuir o valor de seus problemas e culpam o sistema (as normas internas e o funcionamento da máquina) pela impossibilidade de resolver os impasses que lhes são apresentados.

Era essa a imagem que eu esperava encontrar no Senado Federal. Até aquele momento estava certo de que chegaria à Casa Legislativa, seria recebido com indiferença pelos funcionários, esperaria horas para falar com algum funcionário, teria meu pedido de início de pesquisa negado e teria que procurar outros rumos para a investigação. Mas, o encontro com Heraldo Pereira transformou minhas expectativas em relação à Casa. O jornalista me lembrou que o Senado Federal era uma instituição legislativa e que jamais proibiria a entrada de qualquer cidadão. Aquela era a Casa do Povo, onde as distinções centrais a instâncias burocráticas – apontadas por Herzfeld - não tinham qualquer validade.

Foi assim que cheguei ao Senado Federal com a certeza de que ali era o lócus da liberdade, da transparência e da democracia.

Terceira Imagem: encontros e importância do reconhecimento

Como mostrei anteriormente, o trabalho de Michel Herzfeld foi fundamental na construção das primeiras análises sobre a vida no Senado Federal, sobretudo, pela identificação da distinção entre os “de dentro” e os “de fora”. Outra fonte de inspiração foram

²⁵ Herzfeld (1992:4).

²⁶ “[...] Indifference is the rejection of common humanity. It is the denial of identity, of selfhood.” (Herzfeld, 1992:1).

as reflexões de Roberto DaMatta sobre a sociedade brasileira. Em seus trabalhos, o antropólogo aponta, como singularidade do universo brasileiro, a presença de um código individualista e um holista em nosso mesmo sistema social.

O primeiro é o universo dos “indivíduos” e se constitui em função da igualdade, na aplicação e operação prática impessoalidade das leis, decretos e regulamentos. Já no holista, o peso recai sobre a “pessoa”, entidade capaz de cristalizar relações essenciais e complementares do universo social. Para DaMatta (1979), essa singularidade faz com que a máxima “aos indivíduos, a lei; às pessoas, tudo” se imponha, isto é, “quem está inserido numa rede importante de dependência social, tudo; a quem está isolado e diante da sociedade sem mediações pessoais, a lei!”²⁷.

Meus encontros com a burocracia legislativa mostraram que, no Senado Federal, tanto as normas legais quanto as relações pessoais são fundamentais no cotidiano dos atores sociais. É com a lei que os indivíduos se localizam nesse universo e constroem seus vínculos com a instituição. E, da mesma forma, as relações sociais são essenciais na Casa Legislativa, pois elas retiram, em parte, o enorme peso imposto pelo cerceamento das normas regimentais. Sem a ajuda das relações pessoais, qualquer movimentação dos atores sociais fica emperrada pelos artigos do Regimento Interno.

No entanto, se o código das leis é imposto logo nos primeiros passos que damos no Senado Federal, o das relações pessoais precisa ser construído pelos atores no cotidiano da Casa Legislativa. E como ocorre esse processo? Como os novatos atraem, para junto de si, outros indivíduos dispostos a construir laços e relações mais fortalecidas? O segredo está no reconhecimento. No Senado Federal, os indivíduos reconhecidos (seja por sua vida política, seja por sua trajetória de trabalho etc.) possuem uma gama de relações pessoais mais ampliadas e, por consequência, possuem um melhor manejo sobre as normas regimentais.

O filósofo Paul Ricoeur (2004) se deteve sobre o tema. Observou que *reconhecer* é “apreender (um objeto) pela mente, pelo pensamento, ligando entre imagens, percepções que se referem a ele; distinguir, identificar, conhecer por meio da memória, pelo julgamento ou pela ação (...) reconhecer alguma coisa como o mesmo, implica em distingui-la de todas as outras”²⁸. Enfim, na Casa Legislativa, se os atores sociais quiserem sentir, com menor peso, os cerceamentos das normas regimentais, precisam se fazer (re)conhecidos. E, em seguida, atrair, para junto de si, um conjunto de relações pessoais/políticas que os apoiem na caminhada pela instituição. Nesta dissertação, interessa-me examinar as estratégias acionadas

²⁷ DaMatta (1979:235).

²⁸ Ricoeur (2004: 30).

pelos senadores na busca pelo reconhecimento; os caminhos pelos quais criam laços com os outros parlamentares; e, por fim, a importância dos discursos políticos na instituição.

O Centro e a Espiral

Os encontros que tive com a burocracia foram essenciais na descoberta de que o reconhecimento é uma importante chave para a compreensão do universo social que estrutura a Casa Legislativa. Como meu interesse etnográfico era descobrir os caminhos pelos quais os senadores se tornam reconhecidos, meu ponto de parada durante todo o trabalho de campo foi a Tribuna de Honra do Plenário do Senado Federal. Deste local, diariamente, pude observar os senadores subirem à Tribuna para discursar sobre a dedicação ao cargo e construir alianças políticas que lhes possibilitassem um melhor trânsito pelo labirinto das normas regimentais.

Desse modo, essa etnografia possui um desenho espiralado. Os encontros que tive com a burocracia legislativa, retratados nesse primeiro capítulo, foram centrais à construção dessa dissertação. Em “Encontros”, aproveitei os eventos vivenciados na busca por uma autorização de pesquisa para identificar alguns valores centrais à Casa Legislativa. Descobri que, naquele universo social, o código das leis e o das relações pessoais eram centrais na vida de todos os atores. Identifiquei, ainda, que os indivíduos reconhecidos tinham um melhor trânsito pela instituição e sentiam, com menor peso, os cerceamentos impostos pelas normas regimentais. E, por fim, que o reconhecimento era um valor a ser buscado por todos que desejassem ter bom trânsito pelo Senado Federal.

Desse modo, os capítulos seguintes girarão em torno dessas questões. No segundo, “Entre Mortos e Vivos: caminhos para o reconhecimento” discorro sobre algumas benesses que os senadores reconhecidos adquirem na aplicação das normas regimentais. Em seguida, reflito sobre a importância que os personagens míticos do Senado Federal possuem na conformação da persona política dos senadores e, por conseguinte, abrem caminhos para o estabelecimento de relações políticas consolidadas na instituição.

No terceiro capítulo, “Espaços e Distâncias: alianças e disputas no Plenário do Senado”, procuro identificar alguns arranjos interativos construídos pelos senadores no decorrer das sessões plenárias. Essas relações são fundamentais na consolidação das alianças políticas essenciais à concretização dos objetivos políticos dos parlamentares. Ainda neste capítulo, veremos que os partidos políticos possuem pouca importância nas interações plenárias. As decisões dos parlamentares se apóiam sobre vínculos mais complexos que as amarras burocráticas impostas pelas estruturas partidárias.

Por fim, no quarto capítulo, “O Peso das Palavras: a eficácia dos discursos”, discorro sobre as singularidades dos discursos políticos proferidos na Tribuna do Senado Federal. Apoiado nas reflexões de Roman Jakobson, busco examinar os caminhos pelos quais os discursos parlamentares ganham o conhecido tom retórico exagerado e quais reflexos essas características possuem no dia a dia da Casa Legislativa.

Agora, precisamos voltar para o Senado Federal.

Capítulo II

Entre Mortos e Vivos: caminhos para o reconhecimento

É no Plenário que as atividades parlamentares da principal Casa Legislativa do Brasil ganham vida e se tornam públicas. O espaço se revela interessante por congrega, em um único ponto, os principais atores da vida parlamentar. Senadores, funcionários, jornalistas e visitantes assumem seus respectivos lugares, exercem suas práticas e assistem à atualização diária da vida legislativa no Plenário. Logo nos primeiros dias de trabalho de campo, percebi que a observação do espaço poderia trazer novas perguntas e render bons frutos à investigação. Estava certo.

Com a permissão das autoridades legislativas, comecei a frequentar a Tribuna de Honra. O espaço possibilitava um convívio mais próximo com diversas personalidades da política brasileira²⁹. Diariamente, prefeitos, vereadores e deputados se sentavam ao meu lado e chamavam os senadores que estavam no Plenário para se aproximarem da Tribuna de Honra. Foi ali que presenciei muitas negociações políticas, vi acordos serem fechados, estratégias sendo montadas e escutei acusações impublicáveis sobre muitos parlamentares. Foram momentos curiosos, mas que trouxeram resultados pouco proveitosos à pesquisa, ao contrário das conversas que tive com os funcionários legislativos, que foram sempre muito esclarecedoras.

Certa vez, um analista legislativo sentado ao meu lado na Tribuna de Honra, contou-me uma pequena anedota. A história chamou minha atenção para uma característica importante do cotidiano da Casa. Dizia ele:

-- Imagina um parlamentar que foi eleito para seu primeiro mandato no Congresso Nacional. Antes de assumir sua vaga, passa semanas estudando cada detalhe do Regimento Interno do Senado Federal com o auxílio de especialistas e advogados. Logo no primeiro dia em que assume seu gabinete, convoca sua equipe de técnicos e propõe uma série de projetos de Lei inovadores na instituição. Meses depois, percebe que as boas idéias não passam de um monte de papel amontoado nos arquivos das Comissões. Ao reclamar com o senador responsável, recebe como resposta: "Caro

²⁹ Em muitas das vezes em que estive na Tribuna de Honra fui confundido com prefeito de alguma cidade brasileira. Diante da negativa da minha resposta, meus interlocutores sempre se mostravam decepcionados.

colega, não posso fazer nada. Seus projetos estão na fila”. O jovem parlamentar contra argumenta: “Mas, os prazos regimentais já venceram”. Assunto encerrado. As pastas rosas com projetos permanecem no ostracismo, nada caminha.

Segundos depois, o funcionário completou seu pensamento:

-- Aqui tem gente assim... Demora a entender como funciona...

Depois de compreendida, a pequena anedota evidenciou uma peculiaridade no cotidiano da instituição que a inexperiência do jovem parlamentar não o deixou perceber³⁰. No Senado Federal, o conhecimento das normas regimentais ou a inserção em um círculo de relações não facilita o trânsito dos novatos pela instituição. As estratégias políticas dos indivíduos não podem se pautar, unicamente, pela observância das regras ou pelo manejo das relações pessoais. O sucesso de uma boa atuação parlamentar está no domínio de ambos os códigos. Os senadores precisam dominar o extenso e detalhado Regimento Interno - responsável por orientar os trabalhos na Casa - e construir alianças políticas que lhes possibilitem ter o manejo sobre normas em busca da maximização de seus interesses.

Essa característica do universo social que constitui o Senado Federal tem por base a dinâmica dos trabalhos legislativos observada por mim no decorrer da pesquisa. Seja nos debates internos nas Comissões parlamentares³¹ ou na aprovação de algum Projeto de Emenda Constitucional, quando um senador acredita que um artigo do Regimento Interno resolve um impasse, há, ao mesmo tempo, um outro grupo de parlamentares certos de que o artigo citado não se aplica à determinada situação. As diferenças ideológicas, o interesse dos estados que representam, as decisões tomadas pelo Poder Executivo e, sobretudo, as disputas políticas internas são fundamentais na configuração de cada um dos lados da disputa. Em geral, vence

³⁰ Em uma pesquisa realizada no Congresso Nacional, Luis Eduardo Abreu (1999) relatou um caso que, apesar das diferenças, revela essa mesma singularidade do universo que constitui a Casa Legislativa. Segundo o antropólogo, o então deputado Nelson Jobim costumava dizer a todos os novatos que chegavam ao Congresso que havia somente duas maneiras de um parlamentar ter sucesso em sua atividade parlamentar: dominando os segredos do Regimento Interno e costurando relações com os Presidentes do Senado e das Comissões e com outros parlamentares.

³¹ As Comissões Parlamentares são um pólo importante na vida parlamentar, esferas centrais no dia a dia do Senado Federal. Por elas passam boa parte das proposições, como projetos de lei e emendas constitucionais. Sua principal função é fiscalizar os atos do Governo e promover debates e discussões com os cidadãos para atender melhor seus anseios. Em 2010, eram 11 Comissões Permanentes em funcionamento na Casa.

o impasse o parlamentar com maior reconhecimento e prestígio na Casa Legislativa. Sua posição de destaque faz com que tenha muitas alianças consolidadas e um grande número de seguidores dispostos a sustentar seu ponto de vista³². Desse modo, é fácil entender as razões pelas quais os senadores precisam dominar as normas regimentais e se inserirem em uma cadeia de relações pessoais/políticas que os ajudem a alcançar seus objetivos. O domínio de apenas um código emperra o trânsito nesse universo social e torna a vida política insustentável nos corredores da Casa.

A princípio, o cotidiano na instituição legislativa não apresenta maiores novidades para os que estudam a sociedade brasileira. Os trabalhos de Roberto DaMatta, publicados a partir dos anos de 1970, já apontavam como característica fundamental da sociedade brasileira a capacidade de sustentar duas ideologias (individualista e holista) em um mesmo universo social. Segundo o antropólogo, ambos os modelos conviveriam, lado a lado, como “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”³³. Interessou-lhe muito os momentos de intercessão entre as duas esferas sociais – quando a casa invadia a rua e a rua invadia a casa -- e abria espaço para o surgimento de momentos pouco convidativos como o “você sabe com quem está falando?”, os super cidadãos, ou ainda, o jeitinho brasileiro (DaMatta, 1979).

No entanto, vejo algumas particularidades fundamentais na vida social no Senado. Na Casa Legislativa, a interseção entre as duas ideologias não é uma arma sacada pelos atores em momentos especiais ou de apuro. Não há englobamento de um código pelo outro. Há, sim, um universo intercontextual de ação onde as duas ideologias, a das leis e a das relações, têm a mesma importância. Nesse ponto, um problema se impõe aos atores sociais. Quando eleitos, os parlamentares têm acesso apenas a um dos códigos, o das leis. A obtenção do mandato não garante o domínio sobre o outro, o das alianças políticas. Sendo assim, com o mandato nas mãos, grande parte dos senadores tem pela frente a difícil tarefa de se inserir em alguma cadeia de relações e angariar aliados para junto de si. E por onde os senadores começam a

³² Sally Moore, em seu clássico livro *Law as Process: An Anthropological Approach*, apontou que os atores procuram os sistemas judiciários sempre que se veem diante de um impasse com os outros indivíduos. Assim, cada parte leva à Justiça seus argumentos e provas que justifiquem a aplicabilidade, ou não, de uma lei. Vence a disputa aqueles que tiverem mais argumentos que convençam o juiz sobre a validade de seu ponto de vista (Moore, 1978).

³³ DaMatta (1997: 251).

construção desse outro domínio? A resposta é simples. Todos precisam ser reconhecidos, ligar suas personas políticas à valores importantes na instituição³⁴. Esse é o primeiro passo a ser tomado.

Nesse capítulo, temos duas frentes de ação. Primeiro, mostro que alguns senadores possuem uma maior flexibilidade quanto à aplicação das normas regimentais no cotidiano das sessões plenárias. Em seguida, analiso como os elementos que compõem a biografia dos parlamentares que marcaram a história da Casa (*Os Grandes Vultos que Honraram o Senado Federal*³⁵) servem de modelo para os senadores. Ainda, interessa-me compreender as estratégias acionadas pelos parlamentares para criar elos entre suas trajetórias e as dos Grandes Vultos e como essas relações ajudam a conformar hierarquias no dia a dia da instituição.

Um Peso, Duas Medidas

Antes de começar o trabalho de campo no Senado Federal, iniciei os primeiros passos da pesquisa com a leitura do Regimento Interno. Meu objetivo era, com apoio das normas regimentais, compreender melhor o funcionamento da Casa Legislativa. O exercício foi instigante. Os artigos do Regimento explicitavam o funcionamento da instituição e davam conta dos direitos e deveres dos senadores e do desenrolar dos trabalhos legislativos. Quando cheguei ao campo, o uso das leis mostrou um retrato bastante diferente.

Logo percebi que os artigos do Regimento funcionavam como grandes molduras que restringiam os movimentos no Plenário, mas abriam espaços a serem preenchidos pelas interpretações dos senadores. Desse modo, ficou claro que as normas eram reavaliadas de acordo com os contextos e a necessidades dos atores sociais. Nesta seção do capítulo, vou procurar mostrar por quais caminhos o escrito (as normas) ganha forma e orienta o vivido na Casa.

Regimento Interno e seus Usos

O Regimento Interno do Senado Federal é a base de todo o processo legislativo. São as regras pelas quais qualquer ato precisa se enquadrar para ganhar validade jurídica na

³⁴ Aqui, vale lembrar a definição dada por Paul Ricoeur para o termo reconhecimento. Diz ele: “apreender (um objeto) pela mente, pelo pensamento, ligando entre si imagens, percepções que se referem a ele; distinguir, identificar, conhecer por meio da memória, pelo julgamento ou pela ação” (Ricoeur, 2004: 29)

³⁵ Esse é o título conferido a uma coletânea de biografias, publicada pela Editora do Senado Federal, sobre a vida dos grandes senadores.

instituição. Em seus artigos, o Regimento procurar abarcar todos os fenômenos legislativos, porém sua aplicação está diretamente relacionada à interpretação que os indivíduos fazem das normas no calor das circunstâncias. Desse modo, nas sessões Plenárias, é comum ver os artigos regimentais serem avaliados de acordo com a importância dos senadores envolvidos no contexto de aplicação. A seguir, faço um pequeno apanhado das normas regimentais e seus usos diários. Vejamos:

O Uso da Palavra – Há, nos artigos do Regimento Interno do Senado Federal, uma vasta sistematização quanto aos usos da palavra no Plenário. De acordo com as normas, os senadores podem subir à Tribuna para usar da palavra por vinte minutos nas Sessões Não-Deliberativas e, por dez minutos, nas Sessões Deliberativas³⁶. O tempo regimental reservado à fala deve ser respeitado por todos os senadores. De seus lugares, na parte inferior do plenário, há duas possibilidades para requerer a palavra: em apartes, quando acrescentam algum comentário ao discurso de um outro senador; ou em uma comunicação inadiável, quando fazem homenagem de pesar ou aplauso a algum tema relevante³⁷. Em caso de desrespeito das normas, o Presidente da sessão deve pedir que o parlamentar conclua seu discurso e obedeça ao Regimento. Se o problema persistir, o microfone será cortado e o senador será convidado a deixar a Tribuna.

No entanto, os senadores com destaque possuem algumas prerrogativas diante das normas regimentais. Quando sobem à Tribuna, não possuem limites quanto ao uso da palavra. Se a lista de oradores estiver completa, sempre convencem algum senador a ceder a vez para discursarem. Com frequência, valem-se de prerrogativas como comunicações inadiáveis – regimentalmente, voltadas para voto de homenagem ou de pesar -- para discursar sobre os mais variados assuntos.

Composição da Mesa Diretora - A Mesa Diretora é composta pelo presidente do Senado e por quatro secretários. Os eleitos têm por função dirigir os trabalhos legislativos e administrativos do Senado Federal. Cada posição institucional dispõe de um gabinete especial, com verbas suplementares para despesas (xerox, viagens, correspondências etc.) e

³⁶ Essas diferenciações entre as sessões ficarão mais claras a seguir.

³⁷ Os líderes dos partidos ou blocos parlamentares possuem maiores regalias quanto ao uso da palavra. Falam mais e com maior liberdade. Podem fazê-lo, sempre que precisem, por um período de 5 minutos para uma comunicação urgente, ou podem subir à Tribuna por 20 minutos, sem a necessidade de entrar na lista de espera dos senadores inscritos.

maior número de funcionários. A enorme cobiça em assumir esses postos está, principalmente, na ampliação da práxis política que possibilita aos seus ocupantes.

Todos os passos do Presidente do Senado estão marcados pelo Regimento Interno. Suas atribuições vão desde a organização das atividades Plenárias até o controle da máquina administrativa. Ele é o responsável pela ordem no plenário e pela aplicação das normas regimentais, pela distribuição da palavra; pela mediação de possíveis conflitos no Plenário; pela decisão sobre os discursos que comporão os Anais do Senado; e ainda possui responsabilidade sobre o recebimento e distribuição de requerimentos legislativos pelas Comissões Parlamentares. Durante as sessões, lhe é proibido exprimir qualquer tipo de opinião, desejo ou intenção. Cabe-lhe ainda, abrir e encerrar as sessões, dar a palavra aos parlamentares e, sempre que necessário, repreender, interromper e punir os senadores que violem os artigos regimentais.

O processo de escolha do Presidente do Senado é acompanhado, de perto, pelo Poder Executivo. A presidência detém o controle sobre os trabalhos legislativos, a inclusão de matérias na Ordem do Dia etc. A prerrogativa regimental que garante ao líder da instituição o controle sobre a inclusão e a ordem de votação de projetos segue dois requisitos básicos: antiguidade e importância³⁸. Ter um adversário político na presidência do Congresso Nacional pode colocar em risco os interesses do Executivo. Por exemplo: se uma matéria de interesse do Governo for votada em uma sessão com quorum oposicionista, certamente, implicará em uma grande derrota para o Executivo. Afinal, é o presidente que decide os rumos da votação.

Depois de aberta a Ordem do Dia, momento reservado à votação das matérias legislativas, o presidente deve observar as circunstâncias de votação: o quorum; a proporção de senadores favoráveis e contra o tema; os interesses do Executivo; os danos que o resultado da votação pode causar a sua trajetória política e à imagem do Legislativo. Enfim, o cargo permite o controle sobre todo o processo legislativo; garante ao ocupante um maior destaque nos órgãos de imprensa e relações mais estreitas com o Poder Executivo e com os outros senadores.

Líderes - Para que as decisões tomadas pela presidência ressoem no Plenário, o Presidente precisa ter uma base de apoio que o ajude na concretização de seus projetos. Esse é um trabalho para os líderes³⁹, senadores reconhecidos e com bom trânsito entre as várias esferas

³⁸ Art 163. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância.

do mundo legislativo. Cada partido ou bloco parlamentar⁴⁰ tem o direito de escolher um representante para liderança. A escolha deve ser comunicada à Mesa Diretora, já que o parlamentar terá acesso a algumas regalias regimentais, como: inscrever os membros da bancada na lista de discursos do dia; fazer uso da palavra em situações privilegiadas; participar das Comissões podendo encaminhar votação, encaminhar voto em plenário, indicar membros de seu partido para compor as comissões. Além das lideranças partidárias, há ainda a liderança do Governo. Esse cargo possibilita ao ocupante todas as regalias das outras lideranças, e, ainda, garante o acesso direto e permanente ao Presidente da República.

Os líderes são hábeis na transformação de brechas abertas pelo Regimento em vantagens para suas bancadas⁴¹. A influência que possuem sobre os outros senadores está na utilização de suas atribuições e prerrogativas regimentais como prestações e contra prestações. São sábios na arte do “toma lá, dá cá”. Cobram apoio dos parlamentares e, em troca, oferecem cargos de prestígio, verbas para suas bases eleitorais, uma vaga em uma Comissão Parlamentar importante etc. São verdadeiros atravessadores que levam as demandas e imposições de um ponto à outro, estabelecendo elos comunicativos entre a Presidência do Senado, o Poder Executivo e os senadores. Enfim, são peças fundamentais no funcionamento da instituição.

Funcionamento das Comissões Parlamentares⁴² - As Comissões Parlamentares são esferas centrais no dia a dia do Senado Federal. São verdadeiras pontes entre o Poder Legislativo e os anseios da Sociedade Civil. Atualmente, há, no Senado Federal, onze Comissões Permanentes

³⁹ Os Líderes são os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares na Casa Legislativa e gozam de uma série de prerrogativas e atribuições regimentais.

⁴⁰ Um bloco parlamentar é uma aliança das representações parlamentares de dois ou mais partidos políticos que passam a atuar na Casa Legislativa como uma só bancada, sob liderança comum.

⁴¹ Agrupamento organizado dos parlamentares de uma mesma representação partidária. Informalmente, costuma-se chamar de bancada o grupo de parlamentares de uma determinada região ou Estado (bancada mineira, bancada nordestina etc.), ou que representem determinados interesses (bancada ruralista, bancada evangélica etc.).

⁴² Em 2010, as Comissões Parlamentares em vigência no Senado Federal eram: Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

em funcionamento. Sua função principal é fiscalizar as medidas tomadas pelo Governo e promover debates e discussões com os cidadãos. Por elas, passam boa parte das proposições que chegam à Casa: de Projetos de Lei a Emendas Constitucionais. Algumas possuem mais prestígio que outras, o que resulta em uma disputa por parte dos senadores em ocupar as Comissões com maior relevância no cenário nacional. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é vista, pelos senadores, como aquela com maior prestígio na instituição pelo papel destacado que possui na vida parlamentar. Todas as proposições que chegam à Casa passam pelo crivo dos 19 componentes que avaliam a constitucionalidade dos Projetos e Emendas Constitucionais.

As normas regimentais garantem a cada partido um número de vagas nas Comissões proporcional ao tamanho de sua bancada, isto é, aqueles com maior representação possuem mais assentos; os com menor, menos. No entanto, como o Regimento não é preciso quanto ao preenchimento dos assentos nas Comissões, a composição se torna um resultado do complexo jogo de compromissos, alianças, estratégias políticas e conflitos entre os parlamentares. É comum os líderes dividirem os cargos entre seus partidos, sem qualquer processo de escolha formal. A escolha dos nomes (para presidência, vice-presidência etc.) fica nas mãos de um grande sistema de trocas e alianças políticas, da relação dos líderes com suas bancadas, das imposições do Poder Executivo, do saneamento de dívidas e créditos políticos, entre outros fatores.

O mesmo acontece com o cargo de Relator. Segundo o Regimento Interno, cabe ao Presidente da Comissão designar um nome de consenso para a relatoria. O ocupante do cargo tem por função: examinar as proposições e emendas apresentadas, elaborar pareceres sobre as matérias e, se preciso, sugerir modificações, ou rejeitar integralmente o projeto. Feito isto, o parecer é encaminhado para a votação. A aprovação ou rejeição de uma proposição depende do trabalho político do relator: ele precisa assumir o papel de negociador. Esta é uma situação sempre muito delicada, já que outros fatores fora do mundo da política influenciam nas negociações - apelos da opinião pública, imprensa, posições ideológicas, interesses dos adversários políticos e ganhos políticos. Em resumo, são dos acordos estabelecidos em torno de uma medida que surgem o sucesso ou a derrota de uma proposição. Um bom relator tem que ser capaz de construir, apesar das influências internas e externas, um consenso entre todos os pontos de vista, evitando maiores modificações no Projeto.

Enfim, a aplicação das normas regimentais é sempre um processo com grande complexidade. Qualquer decisão precisa se apoiar nos artigos do Regimento Interno e, ao mesmo tempo, levar em conta as demandas, ambições, alianças políticas e, principalmente, a

posição simbólica de cada senador no mundo legislativo. Essa posição é construída com base nas relações políticas consolidadas no cotidiano da instituição, mas também das qualidades simbólicas que cada parlamentar congrega em sua persona política. Na próxima seção, mostrarei como os elementos que compõem a biografia dos senadores que fizeram história no Senado Federal servem como modelo para os senadores atuais.

Os Grandes Vultos do Senado: mapas simbólicos

Nos primeiros dias de trabalho de campo, percebi que alguns senadores mortos eram frequentemente lembrados e ovacionados pelos parlamentares durante as sessões plenárias. A trajetória política dos senadores Arthur Virgílio Filho, Rui Barbosa, Darcy Ribeiro e Petrônio Portela eram cotidianamente rememoradas no Plenário. Havia sempre uma forte referência à grande habilidade política que detinham, independente dos contextos sócio-históricos em que viveram. Todos dedicaram a vida *para* a política⁴³, aceitaram a vocação pela luta de uma causa justa, pela busca da liberdade, contra a opressão dos tiranos e fundaram novos modos de fazer política.

Era possível ver muitas referências aos Grandes Senadores por todos os cantos do Senado Federal. O Plenário tem o nome do senador Rui Barbosa, patrono da instituição. O espaço reservado à realização de conferências tem, junto à porta principal, o busto e o nome do senador Petrônio Portela. Um dos corredores principais do Anexo II se chama Ala senador Rui Carneiro. Enfim, cada espaço da Casa, por menor que seja, tem como título o nome de algum senador já falecido. Mas essa não era uma situação visível somente nos corredores do Palácio do Congresso.

A Editora do Senado, a cada ano, publica novas biografias para a coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, voltada para a conservação e a divulgação da memória e da trajetória política dos Grandes Senadores. Estes são livros extensos, fruto de longas investigações realizadas pelos principais centros de pesquisa do país, que custam caro ao Senado Federal e vendem muito pouco.

⁴³ Segundo Weber, “há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver “para” a política, ou viver “da” política. [...] Quem vive “para” a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem sentido a serviço de uma causa, também vive dessa causa. [...] Quem luta para fazer política uma fonte de renda permanente, vive “da” política como vocação, ao passo que quem não age assim vive “para” a política (Weber, 1979:105).

Certa vez, incomodado com a constante referência aos senadores do passado, perguntei a um parlamentar a razão dessas lembranças diárias. Sem titubear o parlamentar respondeu: “Ora, essas são figuras históricas. Povo sem memória é povo sem história. Temos de lembrar deles sempre que puder”. Mas, ao contrário do que disse o parlamentar, não temo em afirmar que o papel que os Grandes Senadores ocupam na Casa Legislativa se aproxima mais ao dos “personagens míticos”, já tão estudados pela Antropologia. Quando lembradas, suas biografias não são vistas como uma sucessão de acontecimentos com início, meio e fim, marcadas por datas, com significados fixos, presas ao tempo e abertas a testes de verificação. Os fatos não possuem valor em si, mas sempre buscam transmitir alguma mensagem e marcar ligações com os vivos. Os eventos da trajetória dessas personalidades são entendidos em suas potencialidades simbólicas, pelo que representam e podem vir a significar em seus usos diários.

Depois que morrem, os Grandes Senadores “sobem”⁴⁴ para o outro mundo, assumem um espaço “abaixo dos santos e acima dos vivos, governando e vigiando o mais possível a vida de todos”⁴⁵. Não é por outra razão que, no Plenário, o busto do senador Rui Barbosa está abaixo da imagem de Jesus Cristo e acima da cadeira do Presidente. E, com os olhos voltados para as poltronas, o Cristo, Rui Barbosa e o Presidente podem vigiar o movimento de todos os senadores.

Na instituição, os mortos não são figuras esquecidas no passado frio dos livros de História, mas estão inseridos na cadeia de relações que permeia a vida da Casa Legislativa⁴⁶. As trajetórias políticas dos Grandes Senadores atuam como verdadeiros guias de conduta e influenciam a maneira de agir de cada senador. Elas guiam, dão significado ao mundo social, criam orientações e disposições nos atores sociais⁴⁷. As biografias dos Grandes Senadores

⁴⁴ Roberto DaMatta acredita ser significativa essa imagem recorrente no Brasil de que todos ao morrerem “subirão aos céus” ou “descerão para o inferno”. Para o antropólogo, este é um sinal revelador da ideologia hierárquica presente na sociedade brasileira.

⁴⁵ Freyre (1977: 84)

⁴⁶ Para uma discussão sobre o lugar da morte no Brasil, Ver DaMatta (1997).

⁴⁷ Acredito que a trajetória das figuras míticas são “conjuntos de símbolos cujas relações uns com os outros “modelam” as relações entre as entidades [...] Entretanto, o termo “modelo” tem dois sentidos – um sentido “de” e um sentido “para” [...] No primeiro caso, o que se enfatiza é a manipulação das estruturas simbólicas de forma a colocá-las, mais ou menos próximas, num paralelo com o sistema não simbólico preestabelecido [...]. No segundo caso, o que se enfatiza é a manipulação dos sistemas não-simbólicos em termos de relações expressas no simbólico. Os modelos tem um aspecto duplo – eles dão significado, isto é, uma forma conceitual objetiva, à realidade e psicológica, modelando-se em

funcionam como verdadeiros mapas de ação. Os parlamentares acreditam que esses “personagens míticos” foram políticos com longa trajetória em seus estados de origem que, depois de ocuparem uma vaga no Senado Federal, conquistaram amplo reconhecimento e entraram para a história da instituição. Sendo assim, como essa é uma meta almejada por muitos, os senadores buscam se adaptar aos modelos oferecidos por essas biografias e, da mesma forma, adaptá-los aos contextos sócio-históricos atuais. Quando relembrem, contam e recontam a vida das figuras míticas, os senadores não apreendem as especificidades históricas de cada trajetória, mas os valores que orientaram a trajetória dos Grandes Vultos que Honraram o Senado.

É interessante notar que, de uma forma geral, há uma mesma base de apoio que orienta a construção de todos os relatos biográficos. Trata-se de um mesmo esquema simbólico capaz de picotar, colar e dar forma à história desses homens, de modo que os eventos, por mais diferentes que sejam, se apóiam sobre as mesmas relações. A seguir, vou me deter sobre a trajetória do senador Arthur Virgílio Filho, considerado um dos maiores parlamentares da História do Congresso Nacional.

Arthur Virgílio Filho: trajetória de uma figura mítica

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho nasceu em 1921, em Manaus. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas e sempre esteve certo de que "nasceu para praticar a justiça, pois nele se reuniam a sabedoria, a sensatez e a serenidade"⁴⁸. Em todas as comarcas do Amazonas em que atuou como Desembargador, Arthur Virgílio trabalhou pela abertura de escolas voltadas para a alfabetização das pessoas mais pobres.

Anos mais tarde, assumiu a direção do jornal A Gazeta, de sua propriedade, na capital amazonense. A entrada na vida pública se deu pelo Executivo. No início dos anos de 1940, foi convidado para assumir a chefia de Gabinete do Governo do Amazonas. Já em 1947, preocupado com a situação do povo de seu estado e atendendo os anseios da classe política local, deu início à carreira parlamentar, elegendo-se Deputado da Assembléia Constituinte do Amazonas, onde permaneceu até 1958. Nesse período, assumiu a liderança do Governo no Parlamento, depois foi secretário de Economia e Finanças e do Interior e Justiça. No início de

conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos” (Geertz, 1978:69).

⁴⁸ Esta frase é parte de um dos seus discursos mais famosos, reproduzido na sessão “Grandes Momentos do Parlamento”, no site: <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/>

1959, assumiu uma cadeira na Câmara de Deputados Federal. Sua aptidão para a política foi reconhecida pelos seus pares, que lhe concederam a vice-liderança do PTB.

Com a eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República, o clima democrático do país começou a mostrar suas fraquezas. Arthur Virgílio Filho não titubeou em assumir oposição aos ditames do Presidente aspirante a ditador e se tornou vice-líder do Bloco parlamentar de oposição. Em 1961, apesar de estar na oposição, apoiou a política externa do Governo Jânio Quadros, sustentando os princípios de autodeterminação, não-intervenção e não-alinhamento do Brasil nas disputas entre os blocos hegemônicos internacionais. Com a renúncia de Jânio e com a posse de seu vice, João Goulart, em novembro de 1961, Arthur Virgílio apoiou o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947, assim como liderou o movimento para aprovação da Emenda Constitucional nº 5, que ampliou a participação dos municípios na renda tributária nacional.

Em 1963, elegeu-se para Senado Federal pelo Estado do Amazonas. Com um mês na Casa Legislativa, tornou-se líder do PTB e, em maio, também passou a ser líder do Governo do Presidente João Goulart. Com o Golpe de 1964 e a instauração do governo militar, Arthur Virgílio Filho renunciou à liderança do seu partido, tendo em vista que seus aliados aderiam à ditadura nascente. Com a promulgação do Ato Institucional nº 2 e a implantação do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual se tornou vice-líder no Senado, em 1968. No período de exceção, Arthur Virgílio Filho protagonizava os debates mais instigantes com seus adversários. Em 1969, pelo fato de se opor ao regime ditatorial, Arthur Virgílio Filho teve, com base no recém-editado Ato Institucional nº 5, cassado seu mandato de senador e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em 1979, sob o Governo Figueiredo, foi beneficiado pela anistia e, no Governo Sarney, exerceu a Presidência do INPS no período de 1985 a março de 1987. Mas o ponto máximo de sua trajetória veio anos depois de sua morte com a criação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Com a aprovação do seu projeto de lei, a quase centenária Universidade Livre de Manaus – primeira instituição de ensino superior do País – transformou-se em Universidade Federal. Em fevereiro de 2009, a UFAM homenageou seu criador dando o nome de Arthur Virgílio Filho ao seu campus universitário.

Seu casamento com Isabel Vitória de Matos Pereira gerou frutos para a vida e para a política. Seu filho mais velho, Arthur Virgílio Neto, elegeu-se Deputado Federal pelo Amazonas, pela primeira vez, em 1982, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e hoje, como o pai, é senador (PSDB) pelo Amazonas.

Arthur Virgílio Filho faleceu em 31 de março de 1987, no Rio de Janeiro, e foi enterrado em Manaus.

A Estrutura das Figuras Míticas

A biografia do senador Arthur Virgílio Filho é um instrumento útil ao exame dos elementos simbólicos que orientam a construção das figuras míticas. Minha tentativa é a de esmiuçar, na sequência dos episódios da trajetória do senador, as mensagens simbólicas que ela busca transmitir. Posso adiantar que ser vocacionado para a vida pública, ter uma causa, lutar pela democracia, viver uma longa trajetória política repleta de realizações em seu estado de origem são pontos fundamentais na vida dos Grandes Vultos que Honraram o Senado. Vejamos.⁴⁹

Começo pela vocação⁵⁰. Quando um senador traça sua trajetória, há sempre uma preocupação em marcar que seu envolvimento com a política foi um ato involuntário. Em geral, os parlamentares trilham seus rumos como profissionais liberais até que as necessidades do povo de seu estado e os anseios da classe política local lhe obrigam a entrar para a vida pública. Essa nunca é uma escolha fácil. Seguir por esse caminho impõe verdadeiros sacrifícios à vida pessoal dos selecionados para atenderem o *chamado* feito pela sociedade. Sempre, são as circunstâncias sociais (nunca os anseios individuais) que levam esses homens para a vida pública e os fazem viver *para* a política. O caso do senador Arthur Virgílio Filho não foi diferente.

Como “nasceu para fazer justiça” – como fez questão de marcar em um de seus discursos - o caminho mais fácil para cumprir sua vocação foi entrar para o mundo das ciências jurídicas. Da mesma forma, como diretor-presidente de *A Gazeta*, lutou contra a injustiça praticada pelas autoridades do Amazonas contra os mais pobres. Não foi o bastante. Sua posição no Judiciário e na Imprensa não permitia que Arthur Virgílio Filho alçasse vôos mais altos e combatesse, com sucesso, os erros das autoridades locais. O senador colocou sua vida pessoal de lado, entrou para a política do Amazonas e fez de seus desejos, atos. Entrar

⁴⁹ No Anexo I, reúno pequenas biografias de outras figuras míticas do Senado para que o leitor possa identificar de que forma os mesmos elementos simbólicos estão presentes na trajetória de outros senadores.

⁵⁰ Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Max Weber preocupou-se em examinar o conceito de vocação. Disse ele: “A vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como designio divino, ao qual tem de “se dobrar” – essa nuance eclipsa a outra idéia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus” (Weber, 2004:77).

para a política era atender a vocação de agir pelo estabelecimento da justiça e pela defesa dos interesses dos mais pobres.

Se a vocação fez com que esses personagens do Senado Federal entrassem para a política, foram as grandes causas o motor de suas vidas públicas. Os Grandes Senadores tiveram suas biografias marcadas pela luta apaixonada por um tema ou causa. Seja pela melhoria da saúde, da educação, das atividades culturais ou pelo direito das minorias, são sobre essas questões que políticos canalizam suas energias. No caso do senador Arthur Virgílio Filho, o ponto central de sua biografia está na luta pela alfabetização das pessoas mais pobres e pela criação da Universidade Federal do Amazonas.

Um outro elemento muito valorizado na trajetória dos Grandes Senadores é a luta pela liberdade e pela consolidação do Estado democrático. Segundo definição feita pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), em uma sessão plenária, a democracia é um modo de governo em que cada indivíduo tem o direito de participar livremente dos valores da sociedade e das decisões políticas que afetam a vida coletiva⁵¹. O senador Arthur Virgílio Filho participou da construção das cartas constitucionais do Amazonas – símbolo máximo do estado democrático –, e sempre lutou contra a opressão de governos ditatoriais e, por consequência, sofreu com as consequências de sua decisão.

A exaltação dos atos concretos nos estados de origem são outra faceta importante da vida dos Grandes Vultos do Senado. Transformar as causas e os ideais em coisas concretas – seja um prédio, uma escola, uma lei, um discurso - é um dos pontos positivos que marcam as trajetórias desses senadores. São pelos atos concretos que os parlamentares identificam suas idéias aos feitos e se distinguem dos outros. E mais, tais atos são como “recibos” que atestam toda a dedicação do político pelo povo de seu estado. Na biografia de Arthur Virgílio Filho, a luta pela ampliação do sistema educacional no Amazonas se concretiza com a criação da Universidade Federal do Amazonas e com a escolha do seu nome para designar o campus.

Por fim, é preciso ressaltar que os parlamentares que habitam o olimpo do Senado Federal – lócus dos senadores reconhecidos - tiveram uma grande participação em vários cargos públicos relevantes na República. Seja no Executivo, no Judiciário ou no Legislativo, o largo trânsito pelos três poderes é visto como um símbolo da longa experiência e do grande conhecimento da máquina pública que esses homens detinham. Se os estudos garantiram aos Grandes Senadores um conhecimento teórico sobre a realidade brasileira, foi a prática

⁵¹ Encontrei esse conceito de democracia em um discurso proferido pelo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), um dos parlamentares mais respeitados no Senado Federal, na Sessão Deliberativa nº 12, 02/03/2002.

adquirida no trabalho duro nos inúmeros cargos que ocuparam na máquina pública que os possibilitaram descobrir por quais caminhos o conhecimento aprendido nos livros se adapta ao mundo vivido.

Esses elementos que dão forma às biografias das figuras mitológicas são fundamentais ao universo social que estrutura a vida no Senado Federal, pois eles estabelecem um modelo a ser seguido pelos senadores atuais⁵². Eles fundam a persona política dos senadores reconhecidos.



Em suma, todo e qualquer parlamentar que queira ser reconhecido na instituição, construir relações, atrair aliados e subordinados, tem pela frente a difícil tarefa de trazer para si os esquemas simbólicos que orientam a trajetórias dos Grandes Senadores. Este é um empreendimento diário feito pelos parlamentares quando sobem à Tribuna para relatar para o Brasil e para seus pares suas atividades. Os relatos sempre buscam enfatizar de que forma a

⁵² É interessante notar que esses elementos que compõem a persona política dos senadores reconhecidos criam pontos ambíguos entre a vida pública e a vida particular dos parlamentares. Uma categoria bastante utilizada pelos políticos, “minha vida pública”, resume bem essa ideia. A vida pública de um parlamentar mistura acontecimentos da política com eventos pessoais. Isto pode ser confirmado pelos currículos políticos construídos pelos senadores na Internet. Nos documentos, a descrição dos cargos que os parlamentares ocuparam em sua trajetória política está misturada com a história de seus pais, a data de casamento, o nascimento dos filhos etc.

Ver: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_atual.asp?o=1&u=*&p=*_

vocação, uma causa, seus feitos, sua trajetória política e a luta pela liberdade fazem parte de suas vidas como senadores. Nesses momentos, sempre buscam ligar os acontecimentos que nortearam a vida dos Grandes Vultos às suas próprias trajetórias, de modo que criem pontes entre o mundo dos mortos e o dos vivos. As ligações proporcionam o escoamento do *mana* presente no “plano superior” para o inferior, o que fortalece e distingue os senadores envolvidos na operação.

Para facilitar a compreensão do funcionamento desse processo, vou me deter sobre evento que presenciei durante o trabalho de campo. Na sessão, os senadores interromperam o caminhar dos trabalhos legislativos para recordarem trajetória do senador Arthur Virgílio Filho (pai do atual senador Arthur Virgílio), em seu aniversário de morte. Os aliados do filho do Grande Vulto do Senado, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), fizeram um Voto de Lembrança⁵³ com o objetivo de enfatizar as similaridades entre pai (figura mítica) e o filho (senador vivo). Apesar dessas ocasiões não serem frequentes no Senado Federal, elas são boas para pensar, tendo em vista que condensam, em um único evento, uma multiplicidade de ações que acontecem esporadicamente no dia a dia legislativo. Vejamos:

O Evento: voto de lembrança

A sessão seguia seu rumo para a votação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sob a relatoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A apresentação da matéria foi feita pela relatora e o Presidente da sessão iniciou a votação. Poucos minutos depois, o senador Flexa-Ribeiro (PSDB-PA) pediu a palavra e obteve a autorização. O parlamentar queria prestar um Voto de Lembrança a uma das figuras míticas do Senado Federal⁵⁴:

Senador Flexa -Ribeiro (PSDB- GO):

-- “Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de Voto de Lembrança pelo transcurso, ontem, 31 de março, do 22º aniversário de morte de Arthur Virgílio Filho, um dos grandes expoentes da política brasileira. Arthur Virgílio Filho, cuja memória a Nação relembra, com orgulho, e que também emociona, não apenas legou exemplos de coragem e de civismo. No tempo em que ele combatia o Ato Institucional nº 2, seu nome estava entre os muitos políticos cassados pelo regime

⁵³ Essa é uma das prerrogativas regimentais que permitem aos senadores chamarem a atenção da instituição para algum evento, em geral datas comemorativas, que eles consideram oportuno recordar.

⁵⁴ Nessa seção do capítulo, os discursos foram retirados das notas taquigráficas da Sessão Deliberativa Ordinária, nº 41, do dia 01/04/2009.

de exceção que vigorava no Brasil. Se, nesta data, a Nação reverencia o nome desse grande brasileiro, nós temos aqui conosco o exemplo de seu filho, que sempre busca nele a inspiração para seguir sua trajetória de vida pública, lembrando, ao lado da imagem de um grande brasileiro, também a certeza, cada vez mais sólida, de que a integridade é o único caminho a trilhar. Arthur Virgílio Filho teve como atividades principais em sua vida, além da política, a advocacia e o jornalismo. Neste ensejo, evoco sua figura e, em sua homenagem, requeiro ao Senado da República este Voto de Lembrança, recordando uma pessoa que soube honrar esta Casa. Este requerimento vai assinado por mim, pela Bancada do PSDB e por todos os Senadores que homenageiam Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), nesta data, a memória do pai de V. Ex^a, o Senador Arthur Virgílio Filho.

Enquanto o Senador Flexa-Ribeiro (PSDB-PA) sinalizava o término de seu Voto de Lembrança, o Senador Arthur Virgílio (PSDB-GO), filho do homenageado, subiu até a Mesa Diretora, sentou-se e esperou. A votação da PEC havia sido esquecida pelo Presidente, pelos senadores e pela própria relatora. Todos estavam preocupados em enfatizar os pontos da biografia do falecido Senador Arthur Virgílio Filho de acordo com os pontos simbólicos relevantes à Casa Legislativa. Os senadores do Amazonas foram os primeiros a pedir a palavra, estado de origem do Grande Vulto do Senado.

Senador João Pedro (PT-AM):

- Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar ao Senador Flexa Ribeiro se, além da Bancada do PSDB, que subscreve o requerimento, eu poderia assinar esse requerimento e dar o meu testemunho. No final dos anos 70 e início da década de 80, comecei minha militância política na Universidade Federal do Amazonas. Era comum naquela época alguns poucos estudantes reunirem-se em grupos pequenos, para, e, por conta da ditadura militar, conversar carinhosamente com o "Velho Arthur". Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que até hoje o senador Arthur Virgílio Filho traz saudades para a política do estado do Amazonas. Grande advogado, grande político, homem de muita coragem. Quero dizer que este requerimento faz justiça à memória de um homem que é uma referência no estado do Amazonas e, com certeza, do Congresso Nacional, pela sua valentia, pela sua voz que

não calou frente à ditadura militar implantada em 1964. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Todos quiseram assinar o requerimento proposto pelo senador Flexa-Ribeiro (PSDB-PA) e marcar a sua admiração pelo Grande Vulto do Senado. Os senadores faziam questão de enfatizar, em seus discursos, as qualidades simbólicas que reforçavam a imagem de Arthur Virgílio Filho como um Grande Senador. Esse era o caminho a ser tomado, não havia escolhas.

Os personagens míticos do Senado devem ser sempre lembrados e reverenciados. Os parlamentares carregam sobre as costas uma eterna dívida para com os Grandes Senadores. Foram eles que construíram os princípios legais e morais que norteiam a Casa Legislativa. E, da mesma forma, são eles os verdadeiros inventores e guardiões da tradição, capazes de manter e inculcar na política brasileira (apesar de todos os escândalos atuais) a imagem da superioridade e da necessidade de uma instituição legislativa como o Senado Federal, tal como foi no passado⁵⁵. Assim, a relação entre os parlamentares e suas figuras míticas se configura sobre os pilares da assimetria, da devoção, da contínua complementaridade, da obrigação, de uma eterna dívida.

E os discursos continuaram. No entanto, quando o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), amigo pessoal e aliado político do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), conseguiu a palavra, ele mudou o tom dos discursos. O político cearense reforçou, ainda mais, as similaridades entre o personagem mítico e seu filho.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE):

-- Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio Filho foi um verdadeiro guia pela sua coragem, por sua capacidade oratória de expressar tudo aquilo que estava limitado no País pelo autoritarismo. Infelizmente ele não teve a felicidade de viver para ver que seu filho, Arthur Virgílio Neto⁵⁶, segue hoje seus passos com o mesmo

⁵⁵ Em uma entrevista concedida a revista *Veja*, em 08/12/2002, o então presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva foi perguntado se convidaria o senador eleito Cristovam Buarque para assumir o Ministério da Educação. Lula respondeu: “Convidar eu vou, se ele vai aceitar é outra história. Dizem que quando um sujeito ganha o Senado é melhor do que ir pro céu (risos).”

⁵⁶ Arthur Virgílio Neto é neto do senador Arthur Virgílio Filho. Atualmente, é deputado federal pelo estado do Amazonas.

brilhantismo, com a mesma independência, com a mesma coragem e quase que duplicando aqui, quase que clonando a figura histórica do seu pai.

E seu estilo foi seguido por outros senadores

Senador Mario Couto (PSDB-PA):

-- Engrandeço-me hoje de saber que V. Ex^a seguiu e segue com muita honradez, com muita dignidade, o trabalho feito pelo vosso pai, honrando assim a dignidade do vosso pai, o nome do vosso pai, que lhe deu o mesmo nome dele exatamente para que V. Ex^a pudesse seguir os mesmos caminhos. Quero dizer hoje que me sinto muito honrado - com pouco tempo que cheguei aqui, há dois anos - de ser seu companheiro, porque V. Ex^a é um exemplo para mim, como político. V. Ex^a, com seu caráter, com a sua personalidade, com a sua seriedade, com a sua honestidade, com o carinho que tem pelos companheiros, me dá uma imensa alegria. (...)Tenho absoluta certeza de que, onde estiver o vosso pai, ele, com certeza absoluta, está muito orgulhoso pelo filho. Assim, deixo as minhas homenagens com o voto de lembrança ao vosso pai.

Nesse instante, ficaram evidentes as razões da ida do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a Mesa Diretora. Aquela era uma sessão de lembrança do aniversário de morte de Arthur Virgílio Filho e todos estavam ali para evocar as qualidades do Grande Senador e marcar a ligação do Grande Senador com seu filho.

No caso do senador amazonense, um outro ponto ainda lhe favorecia na relação com o mundo das figuras míticas. A ligação familiar entre o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o Grande Vulto coloca o político amazonense em uma relação privilegiada com o mundo dos personagens míticos. Ser filho, compartilhar o mesmo sangue, ter o mesmo nome e ter vivenciado de perto muitas das conquistas e dos sofrimentos da vida política de seu pai reforça os laços de contiguidade criados pelo ato de lembrança e transforma as grandes barreiras simbólicas em frágeis muretas. Permite, inclusive, que o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) seja visto como um seguidor, um continuador da trajetória de sucesso de seu pai. Não há dúvida que, depois de sessões como esta, os senadores envolvidos sempre saem muito mais fortalecidos do que entraram.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do Governo no Senado Federal, percebeu as articulações dos senadores do PSDB em comparar a trajetória do Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), seu maior adversário político, com a de um Grande Vulto do Senado e rebateu:

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

- Sr. Presidente, sobre o requerimento apenas, para associar as minhas palavras a todos os líderes que falaram aqui e apenas registrar o seguinte: o Senador Arthur Virgílio está no rumo do pai, eu conheci o pai dele, mas ainda tem que se esforçar um pouco mais para ficar igual a ele. Está no caminho certo, mas ainda precisa fazer mais coisas.

O Senador Gim Argello (PTB-DF) contra-atacou :

-- Senador Arthur Virgílio Filho é um exemplo para todos pela lisura, pela condição de vida, pela condução da sua vida, uma vida proba, honesta, trabalhadora. Mas, mais do que isso, soube criar como poucos o filho, porque o Senhor, Senador Arthur Virgílio, é um exemplo de pessoa preparada, qualificada, íntegra, que participa do nosso Congresso. O senhor é um exemplo para todos nós do que é ser um filho de um político sério, de um político honesto. V. Ex^a herdou, desde que nasceu, o nome, a responsabilidade de carregar o mesmo nome do senhor seu pai, e já passou isso também para o seu filho. E eu também, da mesma forma, homenageio V. Ex^a, porque sou admirador pelo que o Senhor é: o melhor tribuno desta Casa, um dos mais bem preparados e, acima disso, por onde o senhor passou, a sua conduta é sempre ilibada, exemplo do senhor seu pai, que todos nós lembramos com saudosa memória.

Surgiu assim uma forte divisão entre os parlamentares: de um lado, os aliados de Arthur Virgílio (PSDB-AM) faziam questão de marcar as semelhanças entre o senador e seu pai. E do outro, os adversários pontuavam os exageros na comparação e enfatizavam o longo caminho a trilhar para chegar próximo à imagem do Grande Senador. Todos sabiam que os lucros da sessão de Lembrança não se resumiam aos holofotes do momento.

O ato de lembrar permite que a memória dos personagens míticos continue presente no imaginário da Casa, sem o risco do esquecimento - o maior temor de todo político -, e

possibilita uma comunicação entre os dois mundos. Como nos ensinou Paul Ricoeur, “a forma pronominal dos verbos de memória atesta essa aderência que faz com que lembrar-se de algo é sempre lembrar-se de si.” (Ricoeur, 2008: 136). Com isso, é lembrando dos outros e, por conseguinte, lembrando de si que os dois universos morais entram em sintonia, constroem ligações entre mitos e vivos e permitem que o *mana* existente do mundo das figuras míticas ultrapasse barreiras e tome a pessoa dos parlamentares envolvidos⁵⁷. As biografias dos “Grandes Vultos do Senado”, mais do que informar sobre o passado, conformam a persona política dos senadores⁵⁸, trazem para o mundo dos vivos o esquema simbólico que orienta a trajetória dos Grandes Senadores. Esses são como os “sacrifícios de sacralização” tão recorrentes em inúmeras sociedades estudadas pelos antropólogos. Terminados os rituais, tendo entrado em contato com o sagrado por meio do sacrifício, todos os participantes saem um pouco deuses⁵⁹.

O resultado produzido por esses rituais de lembrança/sacralização, ou o trabalho diário feito pelos senadores em busca da criação de elos entre os esquemas simbólicos que orientam a vida dos Grandes Senadores e suas próprias trajetórias, transformam os senadores. Eles conseguem anexar à persona política dos vivos, os mesmos mapas simbólicos que orientam a vida dos personagens míticos. Enfim, possibilitam uma fusão entre os dois mundos morais, o dos mortos e o dos vivos.

Desse modo, depois de transformados em “semi-deuses”, os parlamentares incorporam um pouco dos dois mundos. Ao mesmo tempo em que continuam a ser iguais a todos os outros parlamentares, com deveres e direitos e com escolhas cerceadas pelos artigos regimentais – como orienta o Regimento Interno - trazem do outro mundo um vocabulário repleto de palavras como dependência, obrigação, complementaridade. Esses valores (característicos do mundo das Grandes Vultos) invadem o Plenário e fazem com que os parlamentares passem a vê-los como superiores. Este é um ponto fundamental na construção

⁵⁷ Para usar uma expressão de Evans-Pritchard em *Witchcraft, Oracles and Magic among Azande*: “meanings are imprisoned in action” (Evans-Pritchard, 1937:81).

⁵⁸ Valentine Daniel (1996) defende a ideia de que os relatos históricos fornecem uma disposição voltada para o futuro, dão aos indivíduos um *seeing in the world* que orienta suas práticas. Já os mitos traçam caminhos diferentes: conformam os atores no mundo em vivem, fornecem um *being in the world* (Daniel, 1996: 27). No Senado Federal, a história dos Grandes Vultos do Senado, quando atualizada nas sessões plenárias, constroem as personas políticas dos parlamentares envolvidos na operação.

⁵⁹ Inspirei-me, nesta análise, na literatura antropológica sobre sacrifício (Mauss et Hubert, 2005); (Evans-Pritchard, 1956); (Bloch, 1992).

de diferenças hierárquicas no Senado Federal. Os senadores que conseguem, com sucesso, trazer para si os esquemas simbólicos dos Grandes Senadores, tornam-se senadores reconhecidos. Os jornalistas costumam classificar esses parlamentares como integrantes do chamado alto clero. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) era um deles.

Para finalizar, como contraponto, analiso a trajetória política de senadores com menor relevância na instituição, os senadores que compõem o chamado “baixo clero” e os senadores suplentes.

O Outro Lado da Moeda

Em uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo (09/02/2009), percebi que os jornalistas possuíam um jargão específico para diferenciar a importância política dos parlamentares. A matéria afirmava que, no Congresso Nacional, há “um alto clero que faz rodízio na ocupação dos principais cargos do Legislativo; e, por outro, existe a massa de deputados e senadores que pertencem ao baixo clero. Para estes sobram migalhas no banquete da celebração política. Somente o alto clero projeta fama, luzes e atenção”.

O uso de metáforas medievais na classificação hierárquica dos senadores me pareceu bastante apropriado. Como sabemos, na Idade Média, a sociedade era dividida em três estamentos: o clero, a nobreza e os servos. Não havendo qualquer possibilidade de mobilidade social, cada grupo tinha um papel específico na sociedade. O Clero tinha como função principal a formação religiosa, social, moral e ideológica de toda sociedade, que se dividia em: Alto Clero, aqueles que dirigiam os rumos da Igreja, administravam as propriedades agrárias e tinham grande influência política; e Baixo Clero, com pouca representatividade, voltados para os serviços locais e para o atendimento da população⁶⁰.

É interessante notar que no Senado Federal os senadores se veem como a alta cúpula da política nacional, responsáveis pela formação da sociedade assim como os clérigos medievais. Talvez seja esta razão pela qual, para alguns parlamentares, o trabalho legislativo tem por função a normatização do caos que é o mundo social⁶¹. Uma outra similaridade é que

⁶⁰ Ver Maurice Bloch (1982).

⁶¹ O senador Mão Santa (PMDB-PI) defende a ideia de que os senadores são os “Pais da Sociedade”, isto é, existem para ensinar a população brasileira a distinguir o certo, do errado.

as diferenciações hierárquicas no Senado Federal lembram, em muito, a divisão no clérigo medieval. Os senadores vindos do alto escalão da política brasileira (ex-governadores, ex-prefeitos de grandes capitais, ex-ministros etc.), quando chegam ao Senado Federal, automaticamente, integram o alto clero, assumem os cargos de responsabilidade e interferem na vida política legislativa. Já aqueles considerados como os do baixo clero, oriundos de cargos com pouca expressão (ex-prefeitos de cidades pequenas, ex-deputados etc.) resumem-se ao atendimento dos eleitores e à micro-política de seus estados de origem.

No entanto, entre outras razões, o principal foco da diferenciação entre os senadores está na consolidação de suas personas políticas. De forma geral, os parlamentares do baixo clero são aqueles que não conseguiram trazer para si os modelos simbólicos que orientam a trajetória dos Grandes Senadores. Suas decisões têm pouco eco na Casa Legislativa e vivem subordinados aos senadores de prestígio (o chamado alto clero), em busca das “migalhas” que os ajudem no trânsito pela instituição. Seus pontos de vista não são tão respeitados, suas opiniões tem pouca importância, assumem sempre posições secundárias nas atividades legislativas e o peso do Regimento possui maior força sobre suas atividades. A trajetória da senadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), pode ser útil no exame dessas diferenças entre os dois grupos⁶².

Rosalba Ciarlini formou-se em medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O incômodo com a situação de extrema pobreza que acometia a população e as altas taxas de mortalidade infantil de seu estado a levaram à especialização em pediatria. Depois de anos de dedicação à Medicina, Rosalba Ciarlini percebeu que precisava de mais espaço para colocar em prática suas ambições de mudança. Em 1988, candidatou-se à prefeitura de Mossoró e tornou-se a primeira mulher a comandar a cidade. O sucesso da primeira gestão a levou a assumir o cargo outras vezes, totalizando um período de doze anos de administração à frente da Prefeitura de Mossoró. Em suas gestões, recebeu prêmios da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford, em reconhecimento à execução de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Como resultado de suas administrações, Mossoró foi classificada como a 27ª melhor cidade do país para se morar e fazer carreira. A rede municipal de saúde foi considerada pela OMS como a 13ª melhor do Brasil. Em 2006, Rosalba Ciarlini foi eleita

⁶² As referências biográficas foram retiradas da página pessoal da senadora: <http://www.rosalbaciardini.com.br/perfil.php>.

senadora, tornando-se a primeira mulher do Rio Grande do Norte a ocupar uma cadeira do Senado Federal.

Uma comparação rápida entre a trajetória da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e a biografia de qualquer senador do alto clero revela que os elementos simbólicos essenciais aos senadores reconhecidos possuem pouca ênfase na história da senadora. Com uma trajetória política curta, com realizações restritas a sua cidade de origem, sua vocação política despertada tardiamente, o pouco tempo no Senado Federal fazem a persona política da parlamentar ter pouca força na Casa e, conseqüentemente, lhe reserva um lugar com menor expressividade. Contudo, há ainda um grupo de parlamentares que se sobressai pela total inexpressividade no Senado: os senadores suplentes.

Segundo o Código Eleitoral, todo candidato a uma vaga no Senado Federal deve apresentar o nome de dois suplentes que possam vir a lhe substituir em caso de morte, licenciamento, afastamento por saúde, mudança para outro cargo na administração pública ou renúncia. Ao contrário do que acontece em outras esferas legislativas, onde a vaga deixada pelos parlamentares eleitos é assumida pelo próximo candidato mais votado de seu partido, no Senado Federal os suplentes são pessoas que não receberam um voto sequer e são completamente desconhecidas para o eleitor.

Um relatório publicado pela Transparência Brasil, Organização Não-Governamental voltada para o mapeamento da corrupção nacional, no final de 2009, mostra que havia 16 suplentes (19,8% do total) ocupando as cadeiras do Senado. O relatório classifica os senadores suplentes em dois grandes grupos: por parentesco ou por doação. No primeiro grupo, o suplente possui alguma relação de parentesco direto com o eleito: são filhos, mulheres ou irmãos do senador. No segundo grupo, o suplente é sempre o maior doador de campanha do senador eleito. Assim, às vezes, ao receber as doações, o candidato se compromete a assumir outro cargo na burocracia estatal para que o suplente possa substituí-lo na instituição.

O documento publicado pela ONG afirma que os próprios senadores se sentem desconfortáveis com a presença dos senadores suplentes na Casa. O grande incômodo parece estar na convivência diária com senadores que não possuem os elementos básicos que orientam, em diferentes medidas, a persona política de um senador reconhecido. O senador

Gilberto Goellner (DEM-MT), um suplente-doador que ocupou a vaga do falecido senador Jonas Pinheiro, é um bom exemplo para visualizarmos essas diferenças.

A construção biográfica presente na página pessoal do senador apresenta um perfil diferente daquele que organiza a vida dos outros senadores. De acordo com o *site*, Gilberto Goellner nasceu no interior do Rio Grande do Sul, em uma família de pequenos agricultores. Sempre envolvido com o trabalho no campo, escolheu como profissão a engenharia agrônoma e obteve seu título de bacharel na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao concluir o curso, retornou para sua cidade natal (Não-Me-Toque) para iniciar sua vida profissional em uma cooperativa local como empreendedor de serviços de crédito rural e de assistência técnica para pequenos agricultores.

Depois de muito trabalhar, resolveu migrar para o município de Patrocínio, em Minas Gerais, onde adquiriu uma pequena propriedade rural para cultivar soja, milho e café. Tempos depois, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelo governo mineiro, transferiu-se para Pedra Preta, no sul do estado, como arrendatário e pequeno agricultor na Serra da Petrovina. Com espírito empreendedor, passou também a comercializar sementes de soja, atividade em que obteve muito sucesso. O senador ainda mantém atividades em Pedra Preta e em várias outras cidades da região, onde cultiva soja em grão, algodão, milho, feijão, eucalipto para reflorestamento e pecuária de cria, porém, agora, na condição de empresário do agronegócio do Mato Grosso. Um pequeno trecho presente da biografia na página pessoal⁶³ no senador revela os valores que lhes são caros:

Gilberto Goellner é um empresário, um homem de negócios, que gosta de tomar decisões e que sabe o que quer, pois, de funcionário de uma cooperativa agrícola, como engenheiro agrônomo, ele vislumbrou, dentro de sua própria carreira, futuro mais promissor e foi à luta. Mesmo longe da casa paterna, acabou vencendo, devido à sua astúcia, às suas idéias de vanguarda, ao seu trabalho tenaz e incansável, e, também, à sua boa estrela, que, agora, o conduziu ao Senado Federal, na vaga que surgiu com o falecimento do Senador Jonas Pinheiro, de quem ele era o 1º suplente.

Fica evidente que na trajetória do senador suplente os pontos enfatizados são: o sucesso, o conhecimento acadêmico, trabalho, a visão de futuro, a família e a posição que ocupa no presente. Já para os Grandes Senadores a causa de ação, a vocação política, a

⁶³Ver <http://www.senado.gov.br/sf/senador/GilbertoGoellner/biografia.asp>.

trajetória, a luta pela liberdade, os atos concretos e uma visão sempre pautada pelos caminhos já trilhados são os pontos marcados.

Grandes Vultos do Senado			Senador Suplente	
Causa	Atos Concretos	Vocação	Sucesso	Conhecimento
Trajetoária Política	Liberdade		Trabalho	Visão de Futuro

Assim, enquanto a diferença principal entre os Grandes Vultos do Senado e os senadores atuais está no peso que o esquema simbólico possui sobre suas personas políticas (são parlamentares com causas menores, com trajetória política mais curta, menos atos realizados etc.), os senadores suplentes se orientam por esquemas diversos, o que resulta em certo desconforto nas relações entre suplentes e senadores eleitos. Os senadores suplentes, pela fragilidade da posição que ocupam, não estão presos a essa interdependência que permeia as relações entre todos os parlamentares. São independentes para seguir o seu caminho, bastam a si mesmos, são renunciantes, vivem fora desse mundo social marcado por duas éticas distintas, a das leis e a das relações.

Desse modo, há muita resistência em relação às decisões dos suplentes nas votações importantes do Senado Federal⁶⁴. Como são livres, não estão presos a relações de obrigação e podem desafiar as orientações de seus superiores, é difícil prever os rumos de suas decisões. Por esse motivo, são comuns os casos de senadores que, depois de assumirem algum cargo no Executivo, retornam ao Senado, em consequência da imprevisibilidade dos votos dos suplentes diante de votações importantes. Essa diferenciação hierárquica no Senado Federal gera consequências importantes no cotidiano da instituição. Mas esse é um tema para o próximo capítulo.

⁶⁴ Nos próximo capítulo, darei mais atenção às dificuldades de interação entre os senadores eleitos e os suplentes.

Capítulo III

Espaços e Distâncias: alianças e disputas no plenário do Senado.

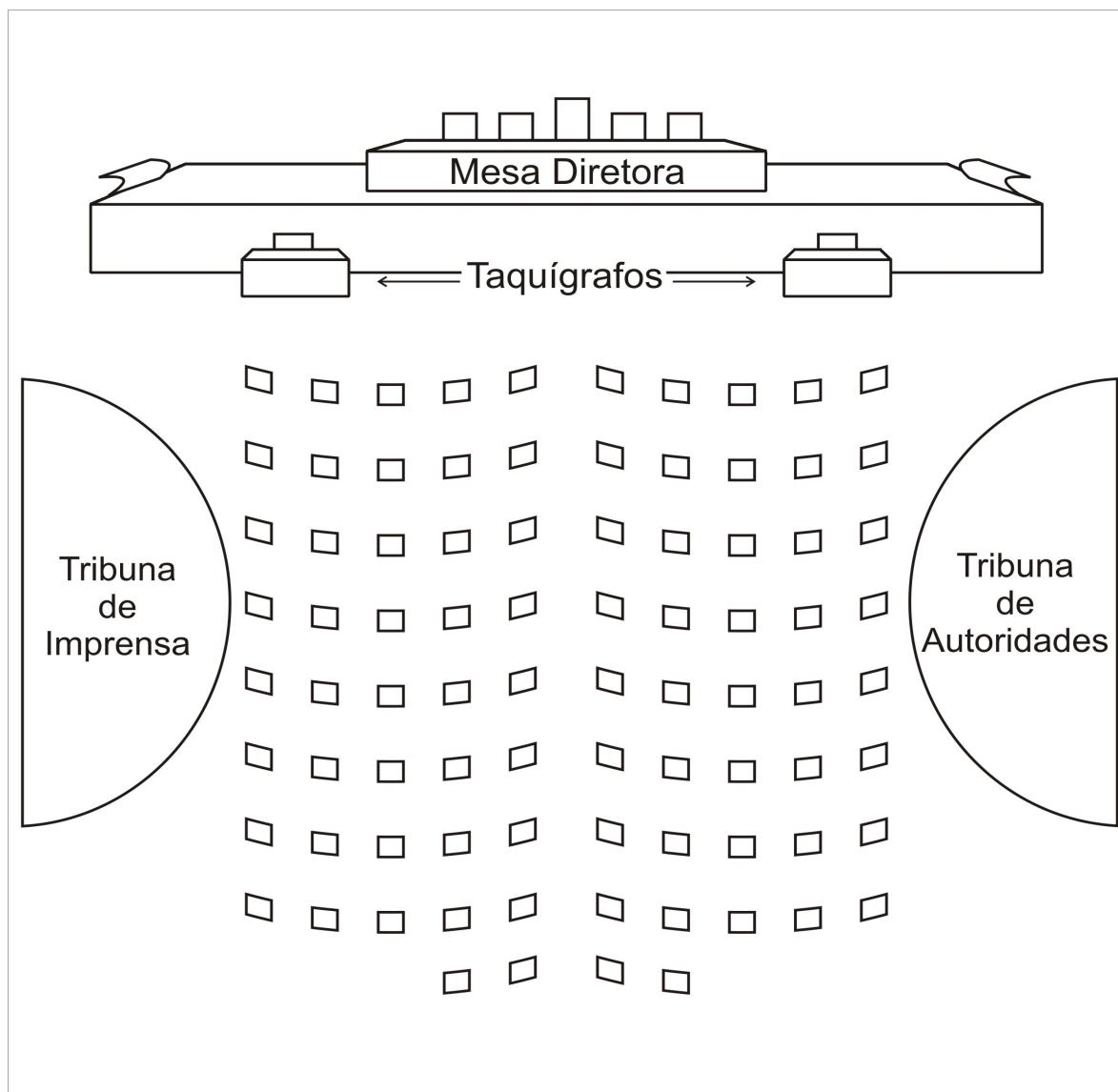
No capítulo anterior, vimos os caminhos pelos quais os senadores constroem suas personas políticas no Senado Federal. Neste capítulo, interessa-me compreender as regras de etiqueta que permeiam as relações de troca no Plenário e as consequências políticas que elas possuem no cotidiano da Casa. Mas, antes, precisamos entender melhor as especificidades de cada espaço no Plenário do Senado Federal.

Os Segredos do Espaço

A divisão do espaço no Plenário do Senado Federal chama a atenção de qualquer visitante mais atento. A distribuição das atividades legislativas pelo local revela que os valores importantes desse universo social conferem significado aos espaços e, por conseguinte, constroem e impulsionam a dinâmica da vida parlamentar. No Plenário, cada espaço abriga uma atividade específica: há lugares para discursar, para votar, para fazer um Voto de Lembrança etc.

Nesta seção, examino as prescrições que as normas regimentais preveem para o uso do espaço e, em seguida, me debruço sobre as apropriações que os parlamentares fazem das normatizações. Começo pela visualização da planta baixa do local⁶⁵:

⁶⁵ Aqui, me detenho somente sobre análise da Mesa Diretora, da Planície e da Tribuna.



Mesa Diretora - O lugar mais alto do Plenário, também chamado de Planalto, abriga os senadores responsáveis pelo controle dos trabalhos legislativos, pela emissão de pareceres e proposições sobre as reformas no Regimento Interno e pelo funcionamento da máquina burocrática da instituição. A Mesa é composta por um Presidente, dois Vice-Presidentes, quatro Secretários e seus suplentes⁶⁶. Os cargos são ocupados por parlamentares eleitos em disputas internas, sendo sempre respeitada a proporcionalidade partidária.

O cargo mais cobiçado é o de Presidente do Senado Federal. A função garante ao seu ocupante um grande poder de decisão, visibilidade nos órgãos de imprensa e uma maior aproximação com o Poder Executivo e com os outros parlamentares. Ao Presidente cabe: o controle do andamento dos trabalhos; aplicação do Regimento Interno; abrir, prorrogar e

⁶⁶ No Senado Federal, não há, no Regimento Interno, uma sistematização das atividades dos Secretários. Em geral, eles atuam como “ajudantes” da presidência da instituição.

encerrar as sessões; intervir em impasses; distribuir e cassar a palavra; designar, advertir ou interromper os oradores; determinar que um discurso não seja taquigrafado; convocar e presidir as sessões; propor a transformação das sessões públicas em secretas; decidir sobre as questões de ordem; promulgar os decretos legislativos; proclamar os resultados de votações; desempatar as votações quando necessário; dar posse aos senadores, autorizar a divulgação das sessões.

É interessante notar que no Plenário todos atos da presidência são mediados pela fala. Nesta posição, todos que falam, fazem (Austin, 1975). No entanto, o presidente não tem liberdade quanto ao uso da fala no Plenário. Há uma vasta prescrição regimental sobre todos os seus atos. Tal fato se justifica, pois o senador-presidente age em nome da instituição. Quando o parlamentar assume a presidência seu mandato legislativo fica temporariamente suspenso. Se desejar discursar sobre algum problema em seu estado ou defender alguma posição política, precisa deixar a Mesa Diretora e se dirigir à Tribuna -- como todos os outros parlamentares.

Assim, de uma forma geral, percebe-se que o Planalto é um lugar para os senadores reconhecidos. É o reconhecimento de suas virtudes enquanto senador e suas alianças políticas que possibilitam o acesso desses indivíduos aos cargos que ocupam. Isto é, para ser presidente do Senado Federal não basta querer, deve haver uma convergência entre as potencialidades do candidato e a importância do Cargo. No decorrer das atividades plenárias é comum ver os senadores com prestígio (senadores do alto clero), mesmo sem nenhuma função na Mesa, passarem a maior do tempo no Planalto, quando deveriam ocupar seus lugares na Planície. Da mesma forma, os líderes estão sempre na Mesa Diretora. Como vimos, a posição política que ocupam os transformam em verdadeiros elos de comunicação entre a Planície e o Planalto. Levam à Mesa Diretora os anseios e as ambições políticas dos parlamentares e, ao mesmo tempo, transmitem, para suas bancadas, as decisões tomadas pela presidência. Enfim, o Planalto se configura como um espaço voltado para os senadores mais importantes da Casa Legislativa, com ou sem cargo na Mesa Diretora.

Mudo, agora, meu foco para outro local do Plenário, a Planície.

Planície – Todo senador tem direito a uma mesa de trabalho na parte mais baixa do Plenário do Senado Federal, também chamada de Planície. As 81 cadeiras giratórias acopladas a uma bancada de madeira, repleta de laptops conectados à Internet, abrigam os parlamentares. Sob cada mesa, há dois botões utilizados em votações sigilosas. Esse é o espaço no qual os

políticos assumem o papel de representantes de seus estados, discutem e emitem decisões durante as sessões plenárias.

Dois princípios organizam os senadores no espaço: a ordem alfabética das unidades federativas e a legislatura pela qual foram eleitos. Sendo assim, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ocupa a primeira poltrona do Plenário. Ele pertence ao estado do Acre e foi eleito para a 52^a-53^a legislatura do Congresso Nacional e, ao seu lado, está a senadora Marina Silva (PV-AC), eleita nas eleições seguintes pelo mesmo estado. Essa lógica segue até a última cadeira que é ocupada pelo senador Sadi Cassol (PT-TO). No entanto, essa organização regimental jamais é respeitada pelos parlamentares. A escolha de um lugar na Planície segue princípios contextuais; cada momento requer uma arrumação singular que, em linhas gerais, pode ser classificada de três formas: em fileiras, em círculos ou por isolamento.

- Em fileiras – É característico dos momentos em que senadores do baixo clero discursam sobre as particularidades de seus estados. Nesses instantes, os aliados do senador se enfileiram lado a lado, aparteiaram e reafirmam cada trecho do discurso proferido.
- Em círculos – Este arranjo é recorrente durante a Ordem do Dia, quando há votação importante. O momento requer dos parlamentares atenção para as orientações das lideranças. Assim, na Planície, os senadores formam um círculo em volta do líder e ouvem atentamente as instruções. Discutem, discordam, pedem revisões nas posições até chegarem a um consenso. Esse estilo de arranjo também é frequente quando algum parlamentar importante chega ao Plenário. Seus aliados e os senadores do baixo clero formam um círculo a sua volta e colocam o parlamentar com destaque no centro das atenções.
- Por isolamento: Este estilo se configura quando os senadores permanecem isolados, durante as sessões, em algum canto do Plenário, afastados de todos os outros. Não interagem com nenhum outro parlamentar. Preferem ler um livro, navegar pela Internet ou falar no celular.

Assim, a organização dos senadores no Plenário é mais um exemplo de que nem todas as normas regimentais são cumpridas pelos parlamentares no dia a dia do Senado Federal.

A Planície é o lugar das negociações, das votações, dos apartes e das comunicações. O Regimento é detalhado quanto ao uso da palavra no local. Se um parlamentar desejar fazer algum comunicado, deve solicitar a palavra ao Presidente da sessão. Se quiser apartear, deve esperar pela permissão do parlamentar da Tribuna que, no momento, detém a palavra. Enfim, a Planície não é o lugar da fala regimental, mas do sussurro das negociações e do ouvir. Todos precisam estar atentos aos debates, às orientações dos líderes e da Mesa Diretora para que os trabalhos legislativos transcorram normalmente.

Resta-nos ainda pensar nas especificidades da Tribuna.

Tribuna – Localizada entre a Planície e a Mesa Diretora, a Tribuna é um lugar temido pelos novatos e respeitado pelos parlamentares mais experientes. Este é um cenário importante à atividade parlamentar onde os políticos defendem seus pontos de vista, fazem demandas, resolvem problemas e constroem suas personas políticas⁶⁷. No entanto, há uma singularidade no uso desse espaço. Os senadores só podem subir à Tribuna com a permissão do Presidente do Senado Federal. Ali, os parlamentares ficam em uma situação liminar: são iguais quando representam, como todos os outros, uma das unidades federativas do Brasil e, ao mesmo tempo, marcam sua singularidade quando trazem para a Casa Legislativa os pleitos de suas bases eleitorais.

Ao receber a permissão do Presidente para usar da palavra, os parlamentares utilizam uma expressão interessante para classificar esse movimento: eles afirmam que *vão subir à Tribuna*. A frase possui um duplo sentido interessante. Simultaneamente, ela abarca o deslocamento da Planície para a Tribuna (que impõe uma subida) e reforça a imagem de que os que discursam são içados para uma situação de destaque na instituição. Deixam a igualdade da Planície, prevista pelas normas regimentais, para assumirem o centro dos holofotes na Tribuna.

Um diagrama com as singularidades de cada espaço pode nos ajudar a identificar as similaridades e as diferenças de cada lugar do Plenário.

Plenário x Tribuna x Mesa Diretora

Plenário	Tribuna	Mesa Diretora
Baixo	Meio	Alto
Espaço Livre	Espaço Proibido	Espaço Limitado
Igualdade	Iguais e Distintos	Forte Hierarquia

⁶⁷ Trataremos dessas questões, mais detidamente, adiante.

Coletivo	Indivíduo e Coletivo	Indivíduo
Fala com Pouco Poder e Limitada	Fala Poderosa e Livre	Fala Poderosa e Limitada
Emissor de Decisões	Produz demandas e almeja decisões	Receptor de Demandas
Obediência	Poder de Mando e Obediência	Poder de Mando

Na Tribuna, os parlamentares congregam em um único momento dois domínios centrais da atividade legislativa: a relação com os eleitores e com os outros parlamentares. Afinal, no decorrer de seus discursos, os senadores sempre tratam da relação com suas bases eleitorais, mostram os problemas de seus estados e os desejos de seus eleitores. E, quando recebem um aparte de outro senador, marcam posição e firmam alianças. Sendo assim, os parlamentares precisam criar um único personagem que congregate, harmonicamente, os dois papéis centrais na vida política parlamentar. Para tanto, precisam ter o cuidado para que não haja rompimentos súbitos da representação que possam levar ao desmoronamento da imagem apresentada, transparecendo assim alguma falsidade ou mentira por parte do senador⁶⁸.

Feito isto, precisamos dar vida a cada espaço do Plenário. A seguir, analiso as interações entre os parlamentares nos espaços analisados.

O que faz uma sessão, Sessão?

O Regimento Interno possui uma vasta sistematização quanto ao caráter de cada sessão plenária do Senado Federal. As sessões são diferenciadas basicamente de acordo com a existência ou não de uma Ordem do Dia – quando há votação de matérias e proposições e são classificadas pelas normas regimentais da seguinte forma:

- a) Deliberativas Ordinárias: realizadas durante a semana em dias e horários regimentalmente estabelecidos.
- b) Deliberativas Extraordinárias: realizadas também durante a semana, todavia em dias e horários diversos das sessões ordinárias.

⁶⁸ Segundo Erving Goffman, uma *representação* é “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência.”(Goffman, 2003:29)

c) Não-Deliberativas: destinadas apenas a comunicações e discursos. Nessas sessões não há nenhuma matéria a ser discutida e votada, já que não há Ordem do Dia.

d) Especiais: aquelas realizadas para grandes comemorações ou homenagens especiais.

As sessões Deliberativas têm por objetivo o debate e a votação de proposições que tramitam no Poder Legislativo. As Ordinárias possuem dias e horários estabelecidos pelo calendário da Casa. Acontecem de segunda a quinta-feira, às 14h, e às sextas-feiras, às 9 horas. Dividem-se em dois momentos principais: um primeiro, com duração de 120 minutos, reservado aos discursos parlamentares; e um outro, o da Ordem do Dia, quando há votações e discussões. Já as sessões Deliberativas Extraordinárias são convocadas sempre que houver a necessidade de adiantamento dos trabalhos legislativos. Nelas, é possível ver uma multiplicidade de eventos acontecendo ao mesmo tempo. Da Tribuna, os senadores tratam das singularidades de seus estados ou de questões com relevância nacional. Na Planície, os congressistas se envolvem em grandes debates e discussões sobre as matérias em votação. Na Mesa Diretora, o Presidente, os secretários e os líderes precisam estar atentos à movimentação do Plenário, decidindo o melhor momento de iniciar e terminar uma votação.

No entanto, apesar de o Regimento Interno ter datas específicas para a realização de cada tipo de sessão, ele quase nunca é obedecido. Por vezes, fui ao Senado com a certeza de que assistiria a uma sessão Deliberativa e, no decorrer dos trabalhos, os planos da presidência mudaram. A Ordem do Dia não foi aberta e acabei observando uma sessão Não-Deliberativa. Só depois percebi que “o que faz uma sessão, Sessão” não são as normas regimentais, mas o fluxo dos senadores pelo plenário e os acordos políticos. Essas são peças fundamentais na construção das características e dos objetivos de cada reunião plenária.

Apesar de o comparecimento no Plenário ser uma regra imposta a todos os senadores, a presença dos parlamentares só é computada, para fins de registro, no momento em que eles entram no Plenário – nunca quando saem. Assim, o comum é os parlamentares chegarem ao plenário, registrarem a presença e seguirem para os gabinetes. Dessa forma, o quorum das sessões (presente no painel) nunca corresponde ao número de senadores presentes no Plenário. O habitual é encontrar os parlamentares nos gabinetes, atentos ao sistema de comunicação do Senado Federal (TV Senado, Rádio Senado) e, caso haja algum acontecimento relevante, os senadores se dirigem para a sessão.

A presença dos parlamentares, com suas diferenças simbólicas, nos espaços que compõem o plenário (Planície, Tribuna e Planalto) gera reflexos na organização das sessões:

mudam-se os assuntos tratados, a estrutura dos apartes, as características dos processos interativos, entre tantos outros exemplos. Essa singularidade permitiu a identificação de três padrões sucessivos de movimentação de senadores durante uma Sessão Deliberativa⁶⁹. São eles:

- Economia dos Apartes – Este modelo é comum no início das sessões. O plenário se encontra praticamente vazio, apenas com oito a 15 parlamentares do chamado baixo clero. Os senadores discutem sobre as particularidades de cada estado, chamam atenção para o seu comprometimento com as questões tratadas e há uma troca de elogios entre o senador da Tribuna e os da Planície.
- Aliados e Adversários – É característico dos momentos que antecedem a abertura da Ordem do Dia, por volta das 16h. O Plenário gradativamente aumenta seu quorum até chegar ao número de 30 a 40 parlamentares, do baixo e do alto clero. Nesse modelo, a Tribuna é ocupada pelos políticos mais prestigiados e a presidência segue sob o comando de um parlamentar do baixo clero.
- Construindo Contextos – Depois de iniciada a Ordem do Dia, configura-se no plenário outro modelo de interação no qual os senadores do alto clero assumem o protagonismo da sessão na Planície, na Tribuna e na Presidência. O plenário está praticamente cheio, com 60 a 81 senadores, envolvidos na votação das matérias e projetos a serem discutidos.

Esses arranjos interativos são recorrentes na dinâmica da vida legislativa. Vejamos, com a ajuda de alguns eventos etnográficos, as principais características de cada um desses modelos.

Primeiro Arranjo: economia dos apartes

No início das sessões, às 14h, são poucos os senadores no Plenário. Em geral, os parlamentares do baixo clero ocupam todos os espaços e dão início aos trabalhos. Na Tribuna, os discursos tratam de eventos ocasionais que aconteceram nos estados. A necessidade de uma agência do Banco do Brasil na Floresta Amazônica, denúncias de assassinato no interior do Pará, pedidos de construção de pontes no Mato Grosso do Sul, o déficit dos pequenos

⁶⁹ Estamos tratando do funcionamento de uma sessão Deliberativa ideal. É claro que, por vezes, a sequência dos modelos é invertida, algum arranjo interativo não é cumprido pelos senadores etc.

agricultores em Roraima, os problemas nas contas das prefeituras do Acre, casos de escalpelamento⁷⁰ pelas bacias hidrográficas da região norte, são alguns dos temas discutidos pelos senadores. Nesses momentos, os senadores buscam *tornar público*⁷¹ os anseios e as mazelas que acometem suas bases eleitorais.

É interessante notar que ao *tornar público* algum acontecimento, os senadores realizam um duplo movimento: por um lado, retiram o assunto das especificidades locais de seus estados e levam para o cenário nacional; e por outro, mostram, para os outros senadores, a proximidade que possuem com os problemas de suas bases eleitorais, um elemento importante na trajetória dos senadores reconhecidos.

Assim, quando os senadores *tornam público* algum problema, fazem de seus mandatos, meios de denúncia. Aprendemos com Luc Boltanski que toda denúncia envolve quatro personagens: o denunciante, a vítima, o opressor e um juiz para o problema. Na Tribuna, durante os discursos, os senadores são o ponto central de articulação entre esses quatro elementos: são eles próprios os denunciantes, os que identificam as vítimas, que apontam os opressores, que julgam os réus e apontam saídas para o problema (Boltanski, 2001).

Com esta operação, os senadores envolvem suas biografias na resolução da questão. Ao mesmo tempo em que *tornam público* um problema, *tornam público* seu nome e sua trajetória na política. Mas, esse é um difícil empreendimento que necessita da cooperação dos aliados políticos. Observando um desses momentos, entenderemos melhor os meandros dessa operação.

Certa vez, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) subiu à Tribuna para discursar sobre os problemas de Rondônia. Com a permissão do senador Mão Santa (PMDB-PI), do baixo clero, a senadora iniciou seu discurso sobre os benefícios que a instalação da Superintendência do Banco do Brasil traria para a economia local. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) assinalou que a instalação da autarquia era um reflexo do aumento da participação da Região Norte no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, fruto, em parte, do vigoroso crescimento do estado de Rondônia. Em seu discurso, lembrou todo o seu esforço, junto com Governo Federal, pela recriação da Superintendência em seu estado.

⁷⁰ Nos estados do norte, onde o principal meio de transporte da população são as embarcações pelos rios da região, há um crescente número de casos de escalpelamento de mulheres, por conta dos cabelos longos que se enrolam nos precários motores das embarcações.

⁷¹ Essa é uma categoria nativa.

Durante o discurso, os senadores precisam ficar atentos à movimentação no plenário. Devem organizar sua fala de uma maneira que encontrem pontos em comum com os senadores da Planície e, por consequência, permita o recebimento de um aparte. Os apartes são momentos importantes nas sessões. São partes constitutivas da vida do Plenário. Descer da Tribuna sem receber um aparte é constrangedor para aquele que discursa. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) estava atenta à movimentação quando discursou sobre os avanços econômicos em seu estado. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), representante do mesmo estado, pediu um aparte:

Fátima Cleide (PT-RO):

-- Ouço, com prazer, o senador Valdir Raupp que conhece tão bem essa história da extinção da Superintendência do Banco do Brasil em Rondônia.

Valdir Raupp (PMDB-RO):

-- V. Ex^a, senadora Fátima Cleide, tem absoluta razão quando vem à tribuna reclamar dessa situação quanto à Superintendência do Banco do Brasil no estado de Rondônia. Já a tivemos no passado, e olha que Rondônia cresceu tanto nos últimos tempos (...).

Fátima Cleide (PT-RO):

-- Muito obrigada, Senador Valdir Raupp, pelo apoio. Com certeza, não poderia ser diferente a posição de V. Ex^a, que tem para com o estado de Rondônia não apenas o carinho, mas também uma responsabilidade histórica muito grande. É uma pessoa que conhece e que sempre teve muita responsabilidade com o nosso estado. Mas, Sr. Presidente, para concluir, como já disse o Senador Valdir Raupp, temos, então, um contexto em que todas as partes convergem, pois os benefícios advindos da recriação da Superintendência do Banco do Brasil em Rondônia são inquestionáveis, face o potencial do estado, como já disse aqui, os resultados gerenciais atuais, a agilidade no processo decisório, a diminuição dos custos administrativos já no curto prazo e a necessidade de maior autonomia.

No plenário do Senado Federal, há uma verdadeira “Economia dos Apartes”. Um sistema de trocas vigente entre os senadores no qual o discursar e o apartear “é exercido de maneira nobre, com aparência puramente desinteressada e modesta”⁷². Mas, ao mesmo tempo,

⁷² Ver Mauss (2003:215).

é uma obrigação compartilhada por todos os indivíduos. “Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis”⁷³.

Como vimos, durante o discurso, o senador precisa mostrar os pontos em comum que possui com os outros senadores diante de um assunto. Para que a “Economia do Apartes” se instaure, o senador da Tribuna deve oferecer aos da Planície a chance de estabelecer canais de contato. As barreiras que separam os dois mundos devem ser temporariamente suspensas para que uma cadeia se forme entre a Tribuna e a Planície. Deste modo, cria-se um espaço de interseção extremamente poderoso, fonte de respeito e medo, no qual o ciclo de trocas mútuas pode começar (Leach, 1992).

Ao discorrer sobre os avanços econômicos no estado de Rondônia, a senadora trouxe à tona um tema importante que envolve a sua trajetória e a do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Desse modo, tendo esse elemento em comum, a troca entre os dois senadores tornou-se possível. Quando um parlamentar reforça a validade do problema tratado pelo outro, o assunto em questão ganha força e, por consequência, a imagem dos dois senadores adquire maior solidez no universo social do Senado Federal⁷⁴. A força desse movimento é tão grande que o Presidente da sessão controla minuciosamente o tempo dos discursos. Afinal, quanto mais tempo gasto no contínuo processo de trocas em que cada qual doa um pouco de si, mais reconhecidos os senadores sairão e mais espaço conquistarão na vida parlamentar. Assim, trocando agrados, afirmando posições, todos saem transformados: os parlamentares e os assuntos tratados.

Segundo Arranjo: aliados e adversários

⁷³ Ver Mauss (2003:215).

⁷⁴ Vincent Crapanzano nota que “the arrests of the dialectical process through desired characterizations and typifications of the other (and therefore the self) mask the continuous, complexly circular movement of self-and-other constitution” (Crapanzano, 1992: 91). E acrescenta, “Although dialectical models of self-constitution conceptualize the process in dyadic terms, as between self and other, I believe, it has (regardless of the actual number of participants) to be understood in triadic terms. Insofar as the self is an arrested moment in a continuous dialectical movement, and insofar as such arrested moments depend upon language, the constitution of “self” requires a guarantor of meaning, or at least of conventions of meaning, a Third, that permits, within limits, the play of desire.” (Crapanzano, 1992:93).

Com o passar do tempo e a aproximação da abertura da Ordem do Dia, os parlamentares com maior prestígio começam a chegar ao plenário. O quorum da sessão aumenta (30 a 40 parlamentares) e as disputas para ocupar a Tribuna se acirram. Nesses momentos, a presidência da sessão é ocupada por um político com pouco reconhecimento e, portanto, sem meios de emperrar as negociações extrarregimentais dos senadores do alto clero. Assim, esses parlamentares têm ampla liberdade. Os senadores do alto clero possuem preferência no uso da palavra sempre que chegam ao Plenário. Com frequência, os senadores do baixo clero são “obrigados” a ceder a vez, abrem mão de discursar no “horário nobre” da sessão em prol de seus “superiores” e são transferidos para o final do dia.

Ao contrário do arranjo anterior, quando os senadores do alto clero sobem à Tribuna levam consigo temas de interesse nacional, tais como os rumos dos planos econômicos do Poder Executivo, a política externa do país, as avaliações feitas sobre as agências internacionais e as relações entre os três poderes, os parlamentares do alto clero não sobem à Tribuna para *tornar públicos* os pequenos casos que aconteceram em seus estados de origem. Afinal, esses são temas que conhecem bem, já que em sua grande maioria, foram governadores de estado. Na Tribuna, procuram se posicionar diante dos debates nacionais e atrair aliados para as disputas da vida política.

É interessante notar que nessas ocasiões a troca de apartes não segue os mesmos princípios da Economia dos Apartes. Enquanto os parlamentares do baixo clero buscam a inserção em uma cadeia de relações que lhes é dificultada pela baixa posição simbólica que possuem, os senadores de prestígio procuram deixar claro quem são seus aliados e seus adversários em relação ao tema tratado. Desse modo, é bastante comum ver os parlamentares do alto clero subirem à Tribuna, em momentos de tensão, quando necessitam saber precisamente quem são seus aliados e adversários.

Essas estratégias são necessárias no Senado Federal, já que os princípios regimentais de divisão dos parlamentares (Governo versus Oposição; Bloco da Maioria versus da Minoria; disputas entre partidos políticos) nem sempre possuem força na instituição. Na Casa, há outros canais de aliança e rivalidade mais operantes (amizade, ambições políticas, financiadores de campanha). Dessa maneira, só a publicização das posições dos parlamentares diante de um tema possibilita aos senadores da Tribuna uma melhor visualização do terreno sobre o qual estão pisando.

Certa vez, o senador Mão Santa concedeu a palavra à senadora Kátia Abreu (DEM-TO) subisse à Tribuna⁷⁵. A parlamentar do Tocantins discorreu sobre uma notícia veiculada

⁷⁵ 54º Sessão Deliberativa Ordinária (22/04/2009).

em rede nacional pelo programa Fantástico da Rede Globo. As imagens mostravam uma manifestação na qual os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) destruíam uma plantação de algodão no estado do Pará. A senadora qualificou o ato como vandalismo e apontou os riscos que tal ação colocava para o agro-negócio. Ainda, discorreu acerca do desenvolvimento do agro-negócio no país, ressaltando os “altos níveis de produção, tecnologia e produtividade inalcançáveis a nenhum outro país do mundo”. Por isso, ações como essas, recorrentes no estado do Pará, deveriam ser violentamente reprimidas pelas forças governamentais. Continuou afirmando que, como o Governo não assumia uma posição e nem tomava medidas cabíveis, ela entraria com o pedido de intervenção federal no governo estadual do Pará para, de uma vez por todas, resolver os incidentes.

Na Planície, o tema trouxe polêmica e os senadores começaram a pedir apartes. O primeiro foi em apoio ao discurso da parlamentar. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou para o fato de que o MST há muito tempo havia deixado de ser um “movimento de reivindicação pelos direitos dos trabalhadores rurais para se tornar um movimento perturbador da ordem”⁷⁶. Em contraposição, o senador José Nery (PSOL-PA) definiu as palavras da senadora como uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais. Até então, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) não teve maiores surpresas. O partido de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) era o maior aliado da senadora tocantinense e o partido de José Nery (PSOL-PA) era seu maior adversário ideológico. A parlamentar sabia o que esperar de ambos os apartes.

A surpresa aconteceu quando a senadora Maria do Carmo (DEM-SE), filiada ao mesmo partido de Kátia Abreu (DEM-TO), pediu um aparte. O esperado era que a parlamentar reafirmasse os argumentos apresentados na Tribuna e desqualificasse os ataques de José Nery (PSOL-PA) ao discurso da senadora tocantinense. Afinal, as senadoras eram filiadas ao mesmo partido e, portanto, aliadas políticas. Mas não foi isso que aconteceu. A senadora Maria do Carmo (DEM-SE) relembrou as lutas pelas causas sociais que travou ao longo de sua vida pública, dos anos que comandou a Secretaria de Estado e Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho do Sergipe e da defesa dos direitos dos trabalhadores mais pobres. Em seguida, criticou a tentativa de muitos empresários brasileiros em qualificar as populações mais pobres como criminosas. Enfim, nas interações entre os senadores no plenário, nem sempre as segmentações duras (partido, governo x oposição, entre outras) têm espaço. Os parlamentares precisam estar atentos a outras formas de associação vigentes no plenário do Senado Federal.

⁷⁶ Trecho do discurso retirado das notas taquigráficas da 54ª Sessão Deliberativa Ordinária (22/04/2009).

Em suma, a troca de palavras entre senadores distantes hierarquicamente tem objetivos diferentes. Com os apertes, os parlamentares do baixo clero buscam pela inserção em uma cadeia de relação com os senadores de prestígio. Já os do alto clero, fazem dessas interações verdadeiras lunetas para visualizar as posições de seus pares diante de determinado assunto. Neste tipo de arranjo, as posições dos parlamentares são explicitadas, as alianças e as rivalidades se consolidam e os caminhos se tornam mais claros para as articulações políticas.

Terceiro Arranjo: construindo contextos

Este arranjo se afirma quando se inicia a votação da Ordem do Dia. Por volta das 16 h 30 min, o Plenário está repleto de senadores (aproximadamente 70 parlamentares) atentos às orientações da Presidência ou aos discursos proferidos na Tribuna.

A Ordem do Dia é um momento delicado na vida do Senado Federal. É quando o Poder Legislativo marca a sua singularidade e vota projetos de lei, medidas provisórias e emendas constitucionais. Nesses momentos, a base governista precisa ficar atenta à movimentação parlamentar e calcular as chances de aprovação das medidas em questão. Na Planície, senadores, com e sem prestígio, movimentam-se em busca de um acordo capaz de agregar, em torno da medida em questão, o maior número de parlamentares possível.

Como são momentos de extrema delicadeza no cotidiano da instituição, os senadores do alto clero assumem o controle e a sessão passa a ser presidida pelo senador eleito para o cargo, à época, José Sarney (PMDB-AP). Certa vez, presenciei a Ordem do Dia ser aberta⁷⁷ para apreciação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para a regulamentação do pagamento dos precatórios dos municípios brasileiros⁷⁸. Esse era um assunto de interesse do Governo e da Oposição⁷⁹. A PEC previa que o Governo Federal ajudasse os municípios a pagarem suas dívidas com os credores. Foi assim que uma clara divisão entre governistas e oposição se formou no Plenário. O ponto de discórdia era o seguinte: a Oposição era favorável ao Projeto, pois entendia que os orçamentos municipais não tinham como arcar com

⁷⁷ -Sessão Deliberativa Ordinária nº 11 (01/04/2009).

⁷⁸ Os precatórios são formalizações de requisições de quantias superiores a 60 salários mínimos devidas pela Fazenda Pública dos Municípios em face de uma condenação judicial.

⁷⁹ É importante que fique claro que a distinção entre senadores governistas e da oposição é diferente da separação entre os partidos da base governista e os da oposição. Como veremos adiante, há muitos parlamentares que integram os partidos de apoio ao Governo que, por inúmeros outros fatores, fazem oposição aos projetos governistas.

as despesas, e o Governo defendia a tese de que a União não tinha como arcar com aumento dos gastos.

A ordem de inscritos para usar da Tribuna, estabelecida dias antes, foi completamente esquecida. O senador José Agripino (DEM-RN), líder dos Democratas e um dos principais nomes da oposição, subiu à Tribuna. Afirmou que a aprovação das medidas era o melhor meio para socorrer as finanças dos municípios brasileiros e permitir a quitação das dívidas com os credores. Depois de terminado o discurso, vários senadores pediram a palavra. O foco dos apartes estava em reiterar a necessidade da aprovação da PEC e da inclusão de algumas medidas que aumentassem os repasses da União para os Municípios.

Logo em seguida, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) subiu à Tribuna. Reafirmou a importância da PEC, mas frisou a impossibilidade de a União enviar mais recursos aos municípios. Os senadores da base de apoio se uniram para apartear o senador alagoano. Os apartes seguiam o mesmo rumo dos recebidos pelo senador José Agripino (DEM-RN) minutos antes. Buscavam reiterar cada detalhe do discurso proferido pelo senador da Tribuna. Após longo debate, o painel de votação foi aberto. Os governistas ganharam a disputa.

Tanto no discurso de Renan Calheiros (PMDB – AL), quanto no de Agripino Maia (DEM – RN), a troca de palavras seguiu os mesmos princípios. Da Tribuna, os senadores do alto clero utilizaram-se do espaço para argumentar sobre a validade de suas visões e defender os interesses de seus grupos. Da Planície, os apartes buscaram a replicação dos argumentos centrais apresentados na Tribuna, como se a repetição desse maior força ao dito. Nesses momentos, os vínculos dentro de um grupo se fortalecem em torno de um único ponto: aprovação, ou não, da matéria em discussão. Essas são ocasiões em que os grupos de aliados sempre saem mais coesos.

Poucas Possibilidade de Interação: senadores suplentes

Quando comecei o trabalho de campo no Senado Federal, percebi que alguns senadores quase não iam ao Plenário, ou, quando compareciam, permaneciam calados, mexendo em seus computadores, lendo algum livro ou falando em seus telefones celulares. Esses, em geral, eram senadores suplentes. Foi quando uma pergunta se fez presente: por que grande parte dos suplentes não frequenta as sessões plenárias, ou, quando comparecem, não interagem com os outros senadores?

Depois de analisar os três arranjos interativos travados pelos senadores no Plenário, surgem algumas pistas para a compreensão do isolamento dos senadores suplentes. O foco central da resposta está no seguinte ponto: os suplentes não possuem ferramentas simbólicas que os possibilitem participar de qualquer um dos jogos interativos analisados.

No primeiro arranjo, na Economia dos Apartes, recorrente entre senadores do baixo clero, a troca de palavras se define por um ciclo de caracterizações no qual um parlamentar busca reforçar os elementos presentes na persona política do outro. Esse movimento de auto-caracterização mútua só é possível porque ambos os senadores se apóiam sobre os mesmos princípios: os mapas simbólicos fornecidos pelos Grandes Senadores.

No entanto, como vimos no capítulo anterior, a persona de um senador suplente é construída sobre outras bases, diferente daquelas fornecidas pelas figuras míticas. A persona política de um parlamentar do alto clero, por exemplo, se apoia sobre: (i) longa trajetória política, (ii) uma causa singular, motor para a práxis política; (iii) luta pela liberdade; (iv) vocação; (v) atos concretos em prol de suas bases eleitorais. Já a persona de um senador suplente se orienta por outros princípios: (a) sucesso na vida profissional; (b) conhecimento adquirido; (c) anos de trabalho; (d) visão de futuro. Assim, sem pontos em comum entre as duas personas, o processo de fusão temporária característico da Economia dos Apartes se torna impossível, os atores não possuem o que trocar. Dessa forma, durante as sessões plenárias, senadores do baixo clero e suplentes possuem poucas possibilidades de interação.

O segundo arranjo, Aliados e Adversários, acontece quando os senadores do alto clero sobem à Tribuna para identificar seus aliados e adversários e, com os apartes, os parlamentares do baixo clero buscam a inserção em alguma cadeia de relação com os parlamentares com reconhecimento. A fragilidade do mandato dos suplentes (possuem o mandato até o retorno do senador titular) impossibilita a inserção dos senadores no arranjo interativo por dois motivos: primeiro, não interessa aos suplentes ter aliados e adversários no Senado Federal; afinal, tais relações podem prejudicar suas vidas fora do mundo da política. Em contrapartida, os senadores do alto clero não desejam ter relações consolidadas com senadores suplentes, já que, de uma hora para outra, com a volta do titular, eles deixam a Casa e todo esforço político será jogado fora. Com isso, para os senadores suplentes, o melhor caminho é ficar neutro, passar em branco, fazer figuração⁸⁰.

⁸⁰ Em uma rápida conversa com um parlamentar sobre a situação dos senadores suplentes, escutei: “Não entendo esse problema que vocês têm com os suplentes. Eles não fazem nada. É igual na novela, só fazem figuração (Risos)”.

Por fim, o terceiro arranjo, “Construindo Contextos”, é o momento em que os senadores com prestígio, com a força de suas personas políticas, sobem à Tribuna para defender suas idéias sobre alguma medida em votação. Na Planície, os parlamentares do baixo clero repetem os argumentos apresentados na Tribuna, como se a repetição agregasse força ao dito. Assim, os senadores reforçam as alianças já construídas no dia a dia da política parlamentar, fortalecem seus grupos de aliados e desestabilizam seus adversários. Como não se inserem em nenhum desses grupos, os senadores suplentes vivenciam o isolamento no Plenário.

Os Três Arranjos: formas de associação no plenário

Os arranjos interativos analisados acima revelam três formas possíveis de associação construídas pelos senadores no Plenário do Senado Federal, cada qual marcada por singularidades e objetivos políticos diferentes. No entanto, neste cenário, uma questão se faz presente: se o partido político é a primeira forma de associação de um parlamentar, por que não tratamos do papel dos partidos até agora? A resposta é simples. No plenário da Casa Legislativa, os partidos políticos possuem pouca importância. Vejamos as razões dessa afirmativa.

As reflexões de Max Weber sobre a importância e o funcionamento dos partidos políticos na modernidade podem nos ajudar a entender melhor essas formas de associação. Segundo Weber:

os partidos são, em sua essência mais íntima, organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato. Seu objetivo é sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto. Os partidos políticos em Estados Modernos podem fundamentar-se, sobretudo, em dois princípios internos básicos: Primeiro, podem ser [...] essencialmente organizações de patronagem de cargo. Neste caso, seu objetivo consiste simplesmente em colocar, mediante as eleições, seu chefe na posição de dirigente, para, em seguida, ocupar os cargos estatais com seu séquito: o aparato de funcionários e de propaganda de seu partido. [...] Ou então são, sobretudo, representantes de ideologias, pretendendo, portanto, a realização dos ideais de conteúdo político. Em regra, porém, os partidos são ambas as coisas: tem fins políticos objetivos, transmitidos pela

tradição e, devido a esta última, apenas lentamente modificáveis, mas aspiram também a patronagem de cargos.⁸¹

No Senado Federal, os partidos políticos⁸² se preocupam predominantemente com a ocupação dos cargos e permitem aos senadores a realização de seus ideais políticos. Com isso, abrem espaço para que outros fatores sejam fundamentais na consolidação da posição dos parlamentares diante das medidas em votação. Assim, não surpreende que os partidos, independentemente de sua orientação ideológica, congreguem parlamentares com opiniões completamente diferentes sobre um mesmo tema.

A demarcação da reserva indígena de Raposa Serra do Sol pode ser um bom exemplo. À época, o Partido dos Trabalhadores, com uma trajetória pró-movimentos sociais, defendia a demarcação das terras indígenas no estado de Roraima. Todos os dias, vários senadores petistas subiam à Tribuna para defender a posição tomada pelo Governo Federal na criação da reserva. No entanto, o senador Augusto Botelho (PT-RR), ciente da posição de suas bases eleitorais, discursava sempre que podia contra a demarcação das terras. Defendia a mesma posição do governador José Anchieta Júnior (PTB), principal rival de seu partido no estado. Como dizia o senador, “não posso contrariar a vontade daqueles que me elegeram”.

Desse modo, antes de *marcar posição* diante de algum tema, os senadores precisam fazer uma avaliação dos reflexos que sua decisão trará para sua biografia e para seu grupo de aliados, grupo mais amplo que os integrantes de seu partido. Assim, neste cenário, os laços construídos nos três arranjos interativos, no dia a dia da Casa, são mais importantes que qualquer orientação partidária. Se contrariarem os interesses políticos do parlamentar e de seus aliados, o senador não pensará duas vezes em abandoná-las. No plenário do Senado Federal, as alianças construídas no cotidiano são determinantes na tomada de posição dos congressistas.

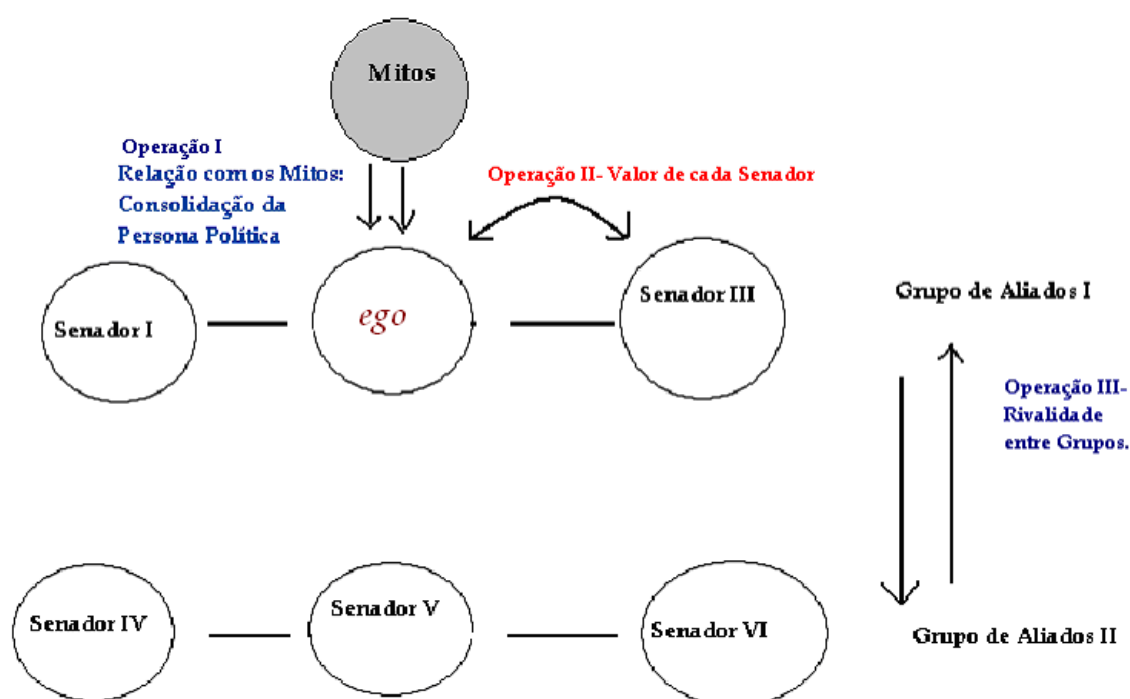
Consequências das Associações

⁸¹ Ver Weber (2004 b: 544).

⁸² São catorze os partidos políticos com representação no Senado Federal: Democratas (DEM); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Progressista (PP); Partido da República (PR); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Social Cristão (PSC); Partidos Social Democrata Brasileiro (PSDB); Partidos Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Verde (PV).

As associações vivenciadas no Plenário são importantes na construção de alianças e rivalidades no dia a dia da Casa Legislativa. Contudo, ainda não tratamos das consequências que esses arranjos interativos trazem à posição simbólica dos parlamentares na instituição.

No capítulo anterior, mostrei que os senadores que mais se aproximam dos modelos fornecidos pelos Grandes Vultos constituem o chamado alto clero, e os outros, o baixo clero. Todavia, seria simplista classificar os 81 senadores em apenas dois grandes grupos. Afinal, em ambos os grupos, há indivíduos mais reconhecidos que outros. Mas, de que maneira se formam essas distinções dentro de um mesmo grupo? A resposta para esta pergunta se relaciona ao processo de inserção dos parlamentares no jogo político da Casa Legislativa. Um diagrama pode nos ajudar a entender melhor esse processo.



Ao chegar ao Senado Federal, os senadores precisam mostrar as similaridades entre suas biografias e a trajetória dos Grandes Senadores (Operação I). Feito isto, o próximo passo é se inserir em algum grupo de aliados que os ajude na consolidação de seus objetivos políticos e nas disputas internas recorrentes na Casa Legislativa. A inserção nessa cadeia de aliados faz com que os parlamentares adquiram um valor diferenciado a partir das relações construídas dentro do grupo; afinal, o valor simbólico dos senadores aliados interfere no valor

do *ego* (Operação II)⁸³. Por fim, os parlamentares precisam ficar atentos ao fortalecimento de seus adversários (Operação III).

A posição simbólica de um parlamentar surge a partir de um cálculo complexo entre três variáveis: (i) as qualidades simbólicas que compõem sua persona política, (ii) seu valor em relação aos aliados e (iii) a posição de seu grupo diante dos outros. Os três arranjos interativos recorrentes no Plenário conferem movimento à distribuição do poder na Casa Legislativa. Permitem que alguns indivíduos ganhem mais prestígio e reconhecimento, e outros, percam (às vezes, temporariamente) tudo o que construíram.

No entanto, essas diferenciações hierárquicas geram problemas no cotidiano do Senado. Um bom exemplo está na ocupação dos cargos de comando da instituição (integrantes da Mesa Diretora, líderes, cargos nas Comissões etc.). O ideal é que se encontre uma convergência entre a importância dos cargos - prescrita no regimento - e a posição simbólica do candidato à vaga, isto é, o parlamentar deve estar à altura da função. Esses são momentos delicados na vida legislativa. Um passo errado coloca em risco toda a sutil distribuição de poder e abre brechas para rompimentos, vinganças, conflitos e crises.

No início do meu trabalho de campo, o Senado vivia mais uma de suas crises. Como relatou uma funcionária, os aliados de Renan Calheiros (PMDB-AL), à época Presidente, estavam revoltados com a reação dos seus adversários diante das denúncias de corrupção contra o senador alagoano. Alguns desses parlamentares se aproveitaram das denúncias contra o senador para alterar a distribuição de poder na instituição. Reivindicaram a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL), que não suportou a pressão e deixou a presidência do Senado. No entanto, os que acreditaram que o problema estava resolvido, enganaram-se. Os aliados do senador alagoano deram início a uma série de denúncias de corrupção contra os adversários. Por meses, vários senadores estiveram nas páginas policiais dos jornais. A crise estava só começando.

Mudanças: ação e reação

⁸³ Para esta análise, me apoio nas reflexões de Ferdinand de Saussure sobre a construção do valor linguístico dos elementos de uma determinada língua. Para o linguista, “a língua é um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros, [...] seu valor não estará fixado [...], seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela.” (Saussure, 1971: 134)

Em fevereiro de 2005, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi eleito para presidir o Senado Federal por um período regimental de dois anos. Depois de um longo período de turbulência, o mandato do senador alagoano trouxe calma à instituição. Não surgiram denúncias de corrupção, choques com o Poder Executivo, cobranças da opinião pública ou atritos com a Câmara dos Deputados. No início de 2007, houve outro pleito para eleger a nova composição da Mesa Diretora. Satisfeitos com o primeiro mandato, os senadores reelegeram Renan Calheiros (PMDB-AL) para mais um mandato na presidência.

No entanto, em meados de 2008, a jornalista Mônica Veloso denunciou aos órgãos de imprensa que tinha uma filha com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e que a pensão alimentícia da criança era paga por um lobista (Cláudio Gontijo), com recursos de uma empreiteira de Brasília. As acusações geraram um grande reboliço no Senado Federal. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) subiu à Tribuna para provar que tinha recursos financeiros que possibilitavam arcar com as despesas de sua filha.

O caso foi levado ao Conselho de Ética para que os parlamentares pudessem julgar se houve quebra de decoro parlamentar. O relator do processo, Eptácio Cafeteira (PTB-MA), aliado e grande amigo de Renan Calheiros (PMDB-AL), arquivou as denúncias, sem ouvir os envolvidos. Diante das reclamações da opinião pública, ele foi afastado. Outros quatro senadores assumiram a relatoria do cargo e depois de muita pressão dos aliados do senador alagoano, também renunciaram. Com isso, inúmeros pedidos para que o senador Renan Calheiros deixasse a presidência começaram a ganhar força no Senado.

Semanas depois, a revista *Veja* publicou uma matéria acusando Renan Calheiros de ter usado “laranjas” para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em seu estado. Posteriormente, ele foi acusado de participar de um esquema de recebimento de propinas por meio dos Ministérios. O Democratas e o Partido Social Democrata Brasileiro entraram com uma representação contra o senador alagoano, acusando-o de espionagem e de montar um dossiê contra seus adversários políticos, como os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Demóstenes Torres (DEM-GO). O parlamentar usava as prerrogativas do cargo de presidente para perseguir e prejudicar seus adversários. Com a pressão da opinião pública, o senador alagoano renunciou à Presidência do Senado, jurou vingança aos seus adversários e conseguiu, com a ajuda de seus aliados, ter todos os processos arquivados.

Com a renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL) à presidência, o senador Tião Vianna (PT-AC) assumiu interinamente o cargo. Quatro meses depois, uma nova eleição para a Mesa Diretora foi convocada. Duas chapas concorreram à vaga: em uma, estava o senador

Tião Viana com alguns adversários do ex-presidente de Renan Calheiros; em outra, o senador José Sarney (PMDB-AP), com os aliados do senador alagoano. O resultado da disputa deu a presidência ao Senador José Sarney.

Na ocasião, era recorrente escutar pelos corredores do Senado que a nova movimentação nos cargos desapontara os aliados de Renan Calheiros (PMDB-AL). Assim, os senadores afetados pelas mudanças de poder iniciaram um ciclo de acusações contra seus adversários com o objetivo de nivelar todos os parlamentares em um mesmo patamar: o de senadores corruptos. Nesse momento, todos os dias surgiam novas manchetes nos jornais acusando de corrupção os adversários de Renan Calheiros (PMDB-AL).

Os meios de comunicação eram os melhores lugares para fazer esse tipo de acusação. Como mostrou Carla Teixeira (1998), quando o assunto é política, “a imagem mais adequada para a função da imprensa não é exatamente relatar, mas sim revelar: é a instituição que, ao lançar luz sobre o que está obscuro, oculto e nebuloso produz uma imagem em contraste, uma espécie de negativo da realidade aparente”⁸⁴. A leitura dos jornais dominou os corredores azuis, passou pelos gabinetes e chegou ao Plenário. Diariamente, as notícias do dia anterior eram atualizadas na fala de algum senador na Tribuna. Não importava o partido, o estado de origem, a posição política ou o prestígio, todos os senadores eram possíveis suspeitos ou acusadores ocasionais, réus e juízes diante dos fatos revelados pelos meios de comunicação.

As manchetes apontavam que, no Senado Federal, havia parlamentares recebendo auxílio moradia no valor de R\$ 3.400, apesar de serem proprietários de apartamentos na capital. O Diretor-Geral da Casa Legislativa foi acusado de ser o proprietário de uma mansão avaliada em cinco milhões em uma região valorizada de Brasília. Na folha de pagamento do Senado Federal havia funcionários com rendimentos mensais de R\$ 35.000, valor três vezes superior ao salário do Presidente da República. Uma investigação feita por jornalistas revelou que a Casa legislativa possuía 32 desfibriladores distribuídos em seus 25 andares, sendo que, segundo a regulamentação do Ministério da Saúde, não necessitariam mais do que três. O número de diretorias no Senado Federal ultrapassava 180, enquanto na Petrobrás, a maior empresa do país, existia apenas sete. Se antes a posição dos senadores na instituição variava dentro de certos padrões de previsibilidade, com as denúncias não havia mais certezas.

Próximo Alvo: Tasso Jereissati

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi um dos principais adversários de Renan Calheiros (PMDB-AL) no processo de denúncias e acusações. Considerado por muitos como

⁸⁴ Ver Teixeira (1998: 103).

um senador de prestígio e um dos maiores expoentes do grupo adversário do senador Renan Calheiros, Tasso Jereissati era um alvo importante a ser atacado. Atingi-lo abalaria a sua imagem pública, provocaria uma reorganização nas posições no seu grupo de aliados e, por consequência, os enfraqueceria. No dia 02/04/2009, o jornal Folha de São Paulo publicou uma denúncia apontando as irregularidades no uso das verbas disponíveis. Dizia a matéria:

TASSO UTILIZOU VERBAS OFICIAIS PARA FRETAR JATINHOS.⁸⁵

Desde de 2005, Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) usou R\$469 mil de sua verba oficial de bilhetes aéreos para fretar jatinhos, o que é vetado, relatam os repórteres Fernando Rodrigues e Fábio Zanini. O senador confirmou ter fretado jatinhos com verba do Senado, mas só assume gastos de R\$ 358 mil. O tucano tem jato, mas diz que quando não pode usá-lo, freta aviões. Segundo ele, o então primeiro secretário, Enfraim Moraes, autorizou a prática.

Os aliados de Tasso Jereissati ficaram espantados com a denúncia publicada no jornal e tentaram imediatamente articular uma forma de derrubar todos os argumentos contrários. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) -- vice-presidente do Senado e um dos grandes adversários do grupo de Renan Calheiros (PMDB-AL) -- assumiu a presidência da Casa, minutos antes de Tasso Jereissati chegar ao Plenário. Com o poder que o cargo lhe reservava, leu o parecer da Diretoria Geral do Senado Federal sobre a publicação.

Marconi Perillo (PSDB-GO):

-- "Exmº Sr. Senador Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal. Atendendo solicitação de Vossa Excelência com relação à matéria divulgada pela mídia concernente ao uso de valores atinentes às passagens aéreas pelo Senhor Senador Tasso Jereissati, vimos esclarecer que a questão apresenta absoluto caráter de legalidade, considerando os seguintes aspectos adiante explanados. Neste sentido, no caso noticiado pela imprensa, o Senhor Senador Tasso Jereissati, mediante o processo administrativo legal, requereu à Mesa Diretora do Senado Federal que autorizasse pagamento de transportes por ele utilizado, junto à empresa aérea nacional regular, valendo-se, para tanto, do saldo referente às passagens aéreas por ele não utilizadas. Nota-se, desse modo, que a atuação do Sr. Senador Tasso Jereissati pautou-se, de

⁸⁵ Folha de São Paulo, 02/04/2009

forma ineludível, pelos ditames da legalidade, da transparência e da publicidade, restando observados os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública e as normas que regulam a atividade parlamentar no Senado Federal.”

Atenciosamente,

José Alexandre Lima Gazineo/ Diretor Geral do Senado Federal

O ofício gerado pela Diretoria-Geral do Senado Federal era a contrapartida que Tasso Jereissati precisava para fazer da denúncia, até então verdadeira, algo infundado. A afirmação de que seus atos estavam resguardados por artigos do Regimento Interno derrubava a validade da matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo. No plenário, repleto de aliados do senador acusado, o ofício lido pelo Presidente teve preponderância sobre a publicação. Para os presentes, com a leitura do documento e o apoio dado por toda a Mesa Diretora, não havia mais dúvidas: Tasso Jereissati havia sido injustiçado e era inocente.

Contudo, o ofício do Diretor-Geral do Senado Federal resolvia apenas os danos referentes a um dos códigos preponderantes na Casa Legislativa: o das normas regimentais. O outro código, o das relações, estava abalado. A persona política do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) havia sido atingida. Era o momento de reestruturar essa dimensão e, para isso, necessitava da ajuda de todos os seus aliados. O senador precisava subir a Tribuna:

Tasso Jereissati (PSDB-CE):

-- Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr^{as} Senadoras, Srs Senadores, desde minha primeira participação na vida pública do meu Estado e na vida pública brasileira, Senador Perillo, tenho a preocupação com a honestidade, para que não se viesse, em momento algum, a ferir meu nome, minha história e, principalmente, o povo que eu representava, o povo do Estado do Ceará. Construí toda essa carreira – foram doze anos como Governador do Estado do Ceará; fui, por três vezes, Governador do Estado do Ceará– sem que fosse levantada uma dúvida sequer sobre minha conduta, seja no plano ético, seja no plano legal. Eu dei os melhores anos de minhas para que o meu Ceará fizesse os momentos de bonança que vive hoje. (...) A reportagem publicada hoje pelo jornal Folha de S. Paulo visou, objetivamente, a manchar toda essa vida e toda essa história que tenho como um dos meus bens mais sagrados. Eu queria dizer, Sr. Presidente do Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus amigos, meus companheiros, que não vou admitir que essa história, essa biografia

seja manchada, principalmente com acusações falsas. (...) Eu gostaria, primeiro, de dizer que não tenho o hábito de fazer isso (fretar jatinhos particulares). Se eu gastei mais do que poderia ou deveria gastar dentro das disposições e das ferramentas que são colocadas ao Senador, se dei prejuízo... Pago em dobro. Eu não dou prejuízo a esta Nação como Senador. (...) Pelo contrário, eu tenho prejuízo como senador porque tenho que pagar caro para cuidarem das minhas empresas quando eu mesmo poderia desempenhar essa função se não fosse o apego à vida pública, ajudar o povo do meu Estado. (...) Por essa razão, para finalizar, quero dizer que há aqui um claro objetivo. Existe uma luta clara aqui dentro. Todo mundo sabe. E há um grupo de Senadores que, há tempos, vem reclamando de um determinado grupo que se assenhorou desta Casa e montou uma máquina descontrolada de todas as possíveis margens e limites éticos, morais e administrativos, e aquele estava dizendo que chegou a hora de isso acabar nesta Casa. Evidentemente, quem faz isso fere, aborrece, cria inimigos e inimigos provavelmente de mau caráter, em boa parte, de caráter muito duvidoso⁸⁶.

As palavras proferidas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) do alto da Tribuna revelam a preocupação do senador cearense em relação aos danos que a publicação poderia provocar em sua persona política. Com isso, logo nas primeiras palavras de seu discurso, o parlamentar fez questão de enfatizar que os pontos que orientam sua trajetória política continuam a ser os mesmos que balizam a vida parlamentar de qualquer Grande Senador (vocação/ causa /trajetória política/ luta pela liberdade/ atos concretos).

Tasso Jereissati (PSDB-CE) reafirmou que estava na vida pública apenas por sua *vocação* pela política, herdada do pai, o também senador Carlos Jereissati. Caso não tivesse desde sempre uma aversão ao estado de pobreza do povo cearense e não tivesse como *causa* a luta pelo desenvolvimento econômico e uma melhor distribuição de renda na região, certamente estaria administrando suas empresas sem maiores preocupações. Fez questão de afirmar ainda que, em sua longa *trajetória política* como Governador, sempre agiu com honestidade, *lutando pela liberdade* do povo cearense que é oprimido pelas oligarquias locais. Seu esforço possibilitou um vertiginoso aumento na participação do PIB do Ceará na economia nacional, fruto de sua atuação na vida política do estado (*atos concretos*).

No final do discurso, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) indicou que o clima de denúncias vivido pelo Senado Federal era fruto de uma disputa entre dois grupos na Casa

⁸⁶ Nesta seção do capítulo, todos os discursos foram retirados das notas taquigráficas do Senado Federal. Sessão Deliberativa Ordinária nº 41 (02/04/2009).

Legislativa. Havia um grupo que se assenhoreou dos corredores azuis e fez do Senado seu quintal de manobras e desvios. Mas, sua vocação, a luta contra a opressão e a longa trajetória política lhe obrigava a derrubar esse grupo que havia transformado a Casa Legislativa em “uma máquina descontrolada sem margens e limites éticos, morais e administrativos”⁸⁷.

Na Planície, eram mais de vinte microfones levantados para apartear o senador. Do alto da Tribuna, Tasso Jereissati (PSDB-CE) sabia que o sucesso de sua reconstituição estava não só no dito, mas na ordem como era dito. Agora era o momento de assumir novamente o respeito de seus aliados. Tasso Jereissati (PSDB-CE) começou com os apartes de grandes senadores reconhecidos para, em seguida, conceder a palavra aos parlamentares de menor expressividade⁸⁸. O primeiro a falar foi o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PB)⁸⁹ :

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE):

-- É doloroso para todos nós desta Casa ver uma pessoa, um político, um homem como V. Ex^a, correto, digno, honesto, ético, ter de ir à tribuna do Senado para uma explicação pessoal. O que a gente pode fazer neste momento? Empréstimo a nossa solidariedade não a um amigo, a um correligionário, mas a um homem de bem, a uma pessoa que eu conheci. Já o conheci na política; sabia que V. Ex^a era um empresário bem-sucedido.(...) Mas tive a oportunidade, lá de Pernambuco, como Prefeito da capital, Recife, depois por duas vezes Governador do estado, sendo seu contemporâneo num desses mandatos, de conhecer todo o seu cuidado com a coisa pública, toda a sua honradez, a sua conduta como chefe de família, como empresário, o seu cuidado, às vezes ilimitado – repito –, com a coisa pública, o dinheiro. (...).

⁸⁷ Trecho do discurso do senador.

⁸⁸ Foram 25 apartes recebidos por Senadores de todos os partidos e Estados do Brasil. Infelizmente, devido ao pouco espaço, selecionei apenas alguns.

⁸⁹ Jarbas Vasconcelos é considerado um dos senadores com maior valor ético no Senado Federal. Apenas algumas semanas antes desse evento, o senador deu uma entrevista à Revista Veja, onde apontava a mediocridade de seu partido e de muitos senadores no atual quadro político brasileiro. “A classe política hoje é totalmente medíocre. E não é só em Brasília. Prefeitos, vereadores, deputados estaduais também fazem o mais fácil, apelam para o clientelismo. Na política brasileira de hoje, em vez de se construir uma estrada, apela-se para o atalho. (...) Não tenho mais nenhuma vontade de disputar cargos. Mas não tenho mais projeto político pessoal. Já fui prefeito duas vezes, já fui governador duas vezes, não quero mais. Sei que vou ser muito pressionado a disputar o governo em 2010, mas não vou ceder. Seria uma incoerência voltar ao governo e me submeter a tudo isso que critico” (Revista Veja, 18/02/20).

O próximo foi o senador Arthur Virgílio, líder do PSDB no Senado Federal, forte aliado na derrubada do outro grupo⁹⁰.

Arthur Virgilio (PSDB-AM):

-- senador Tasso Jereissati, antes de mais nada, eu quero fazer, se posso, uma espécie de sociologia deste momento. Nós travamos uma luta. Eu me lembro de mim próprio nesta tribuna relatando o tal caso da BMW e dizendo que era necessário trocar o Dr. Agaciel. Se continua esse jogo de pessoas de nenhuma reputação tentarem enlamear pessoas de toda reputação, chego ao ponto de fazer instalar nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Senado, para investigar a administração do Sr. Agaciel Maia. E aí a gente vai ver quem de fato é podre, quem é que vai ou não vai se quebrar nesta Casa. (...) É por isso que vamos vencer. E é por isso que quero que eles ouçam meu pai, o velho senador Arthur Virgílio: - Que recolham a falsa coragem e voltem a ter o sorriso de aeromoça porque também não aceito corrupto valente e não aceito também corrupto antipático. E não aceito corrupto que fica imaginando que vai voltar aos seus privilégios, porque não vai voltar. Não permitiremos. Haja o que houver, dê no que der, custe o que custar e doa a quem doer. V. Ex^a não foi ofendido em nada. V. Ex^a não tem nenhuma razão para ter qualquer tipo de vexame interno até porque externamente todos o conhecem, todos sabem da sua coragem, da sua correção, da sua generosidade, da sua solidariedade.

Em seguida, foi a vez de Pedro Simon (PMDB-RS), o parlamentar mais antigo do Senado Federal. Seus discursos eram reconhecidos como verdadeiras aulas de política.

Pedro Simon (PMDB- RS):

-- Prezado senador Tasso Jereissati, eu o conheço de longa data e tenho por V. Ex^a um respeito muito grande. (...) Lembro, lá no início, nos seus primeiros mandatos, quando V. Ex^a representou uma grande expectativa para o nosso País. V. Ex^a fez uma renovação no Ceará e no Nordeste. (...) Eu me lembro de V. Ex^a com os Governadores, quando nós nos reunimos para tentar salvar a política, salvar a vida pública

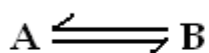
⁹⁰ Poucas semanas depois, uma denúncia acusara o senador Arthur Virgilio (PSDB-AM) de pagar altos salários a um funcionário que, por mais de um ano, se encontrava estudando fora do país sem cumprir suas atividades no Senado Federal.

brasileira. Com relação à integridade, à seriedade, ao respeito que todos temos por V. Ex^a, acho que não há o que dizer. V. Ex^a é um homem que se impõe ao respeito, à admiração, à dignidade, pela sua história, pelo seu caráter. Os adversários mais radicais, mais duros que V. Ex^a teve, ao longo dos seus três mandatos como Governador e tudo mais, sempre reconheceram, por unanimidade, sua seriedade, sua altivez. Acho doloroso que V. Ex^a tenha que ir à tribuna fazer o discurso que V. Ex^a está fazendo. Acho, com toda sinceridade, que V. Ex^a não está diminuído; V. Ex^a está tendo oportunidade de ter a admiração, o respeito, o carinho, a confiança e a credibilidade de todos. No momento em que V. Ex^a está nesta tribuna, qualquer um de nós poderia estar aí, porque, se atinge V. Ex^a, nós estamos atingidos junto com V. Ex^a, porque não tem ninguém que sobra neste momento que V. Ex^a está vivendo. (...) Meu carinho, meu abraço, admiração e respeito que V. Ex^a sabe que teve, tem e continuará tendo por parte deste teu amigo.

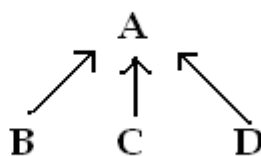
Os aliados de Tasso Jereissati (PSDB-CE) seguiram apartando o senador. É interessante apontar que, nesse momento de aflição, as trocas entre a Tribuna e a Planície obedecem a princípios completamente diferentes dos outros momentos já analisados. Nos três arranjos de interação, os senadores trocavam apartes entre a Tribuna e a Planície, sob vigilância do Presidente. Nesse contexto, havia claramente dois lados envolvidos na interação. Eram dois senadores com objetivos políticos, biografias, ambições, bases eleitorais diferentes em busca da ampliação de seus limites de atuação na Casa legislativa. Enfim, havia um ciclo de trocas recíprocas.

Todavia, no momento em que Tasso Jereissati (PSDB-CE), abalado pela denúncia, inicia seu discurso e é apartado por seus aliados, tem início um novo desenho interativo entre a Tribuna e a Planície. Não mais um ciclo de trocas entre duas partes diferentes, mas sim o que chamo de “Ética do Retorno”, isto é, um movimento particular que acontece no interior de um mesmo grupo de aliados no qual o parlamentar da Tribuna se torna o foco da interação. Seus aliados buscam somente marcar as singularidades daquele que discursa, sem esperar qualquer contrapartida do Outro. A força das palavras segue por um único fluxo, da Planície para a Tribuna, como se cada senador tentasse dar um pouco do que ganhou – nas inúmeras trocas recíprocas recorrentes no plenário - para o senador atingido. O diagrama abaixo demonstra as diferenças:

Troca Recorrente



Ética do Retorno



No fundo do Plenário, apesar de não terem nenhuma ligação com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), dois senadores suplentes permaneceram para assistir o discurso do senador e pediram a palavra. O primeiro foi o senador Jefferson Praia (PDT-AM), suplente, com apenas 10 meses no Senado Federal:

Jefferson Praia (PDT-AM):

-- Conheço V. Ex^a há pouco tempo, mas conheço a história de V. Ex^a pela mídia e tenho muito respeito por ela. Estou na vida pública e digo às pessoas: “Não quero um clipe, não quero nada com dinheiro público”. Estou sucedendo um grande Senador, o Senador Jefferson Peres, que não utilizava verba indenizatória. Eu também não a utilizo há dez meses, são R\$150 mil. Dos recursos das passagens: eu viajei pelo interior do Estado do Amazonas também com a minha cota, aproveitando-a para alugar avião, que é a única maneira de ir ao interior do Estado do Amazonas. Não utilizo a verba indenizatória. Pode ser feito isso? Pode. Isso sempre foi colocado para todos nós e para mim também. Essa questão administrativa sempre foi tratada... Por exemplo, no meu gabinete, trabalho com a equipe do Senador Jefferson Peres, mantive toda a equipe do Senador Jefferson Peres. Toda a parte administrativa é decidida por essa equipe. Infelizmente, nós perdemos um grande Senador, e eu tive de entrar no lugar dele. Como eu digo para as pessoas, entrei num trem andando. Então, busquei rapidamente perceber onde eu poderia contribuir mais para o debate no contexto das grandes questões nacionais. Então, ficamos aqui sem saber, por exemplo, sobre as questões administrativas. Quanto a essa questão das horas extras, eu confesso a V. Ex^a que nem sabia que havia hora extra aqui – eu disse isso no gabinete. Eu falei também para os meus funcionários que, daqui para frente, nós vamos precisar ter mais atenção em tudo. Se tínhamos vícios administrativos, não podemos continuar com eles. Agora, eu gostaria de fazer uma observação. (...) Eu quero transparência. Por exemplo, se eu cometi erros, quero saber. Eu não quero nada, não quero tirar vantagem nenhuma! Com V. Ex^a, tenho certeza, é a mesma

coisa. Assim é também com os demais, com muitos que estão aqui, que não querem um centavo do dinheiro público. Quero saber, sim, de lutar pelos interesses da população que represento. Solidarizo-me – repito – mais uma vez com V. Ex^a, que engrandece este Parlamento. Obrigado pelo aparte. Desculpe-me por ter me alongado muito.

Um ar de constrangimento tomou conta do Plenário. O senador suplente Jefferson Praia (PDT-AM) não percebeu que aquele era um momento de reafirmar a imagem do senador Tasso Jereissati (PDSB-CE) e de seu grupo de aliados. Foi um aparte infeliz porque usou o tempo para se autocaracterizar positivamente, quando estava em questão justamente a restauração, quando não a reafirmação, do prestígio de Tasso Jereissati. Apesar do constrangimento causado, um outro senador suplente seguiu pelo mesmo caminho.

Gilberto Goellner (DEM – MT):

-- Senador Tasso Jereissati, para mim, é uma oportunidade muito grande, muito boa, muito gratificante poder falar à Nação hoje desse seu episódio que lhe pegaram, colocando como se não estivesse usando corretamente a verba indenizatória. (...) Faço uma analogia. Estamos, aqui no Congresso, iguais à legislação ambiental do País. Há, hoje, mais de 1,6 mil normas e regras. É uma balbúrdia total. Não se tem clareza na parte da legislação ambiental, do Código Florestal, do Código Ambiental do País, e isso está premendo os produtores rurais. (...) E o outro testemunho que eu gostaria de dar à Nação brasileira: eu estou há um ano no Congresso e estou testemunhando o quanto se trabalha aqui, o quanto os Senadores se dedicam, o quanto este Congresso, este Senado é leal com a Nação brasileira. Nós desenvolvemos aqui dois, três turnos de trabalho. O Senado é incansável. Comparando a minha vida privada com a vida parlamentar, eu realizo três vezes mais trabalho, porque sou solicitado a toda hora, nas comissões, nos relatórios, nos pronunciamentos feitos à Nação, nos grupos de trabalho que se faz dos grandes temas brasileiros. Então, de uma coisa a Nação brasileira pode estar certa: este Senado está trabalhando, e muito. É competente, tem homens competentes, tem homens honrados, a exemplo de V. Ex^a. Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Nós devemos mostrar isso aí à Nação. Muito obrigado.

Novamente, o constrangimento tomou conta do Senado. O pouco tempo na vida parlamentar não ensinara aos senadores suplentes a relação entre os contextos situacionais e as estruturas discursivas. Dessa forma, colocaram Tasso Jereissati em questão ao se fixarem nos problemas do Senado, quando este era justamente um momento de reconstruir sua imagem. Mas, o senador Tasso Jereissati não perdeu a deixa. Ao agradecer, dirigiu-se ao senador Goellner como “companheiro recente”, “que acabou de chegar a esta Casa”, e que “começa a ser admirado por todos nós”, caracterizando-o como um novato e, a ele próprio, Jereissati, como um senador experiente e respeitado – tão respeitado que podia até avaliar o novato que o aparteava.

Tasso Jereissati (PSDB-CE):

--Muito obrigado, Senador Gilberto, companheiro recente, que acabou de chegar a esta Casa, que tem feito um trabalho muito correto e que começa a ser admirado por todos nós também.

No final, o Presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), tomou a palavra, ressaltando a importância do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE):

Marconi Perillo (PSDB - GO):

-- Senador Tasso Jereissati, antes de V. Ex^a concluir esse seu histórico pronunciamento, eu gostaria de dizer, representando a Mesa, como Presidente desta sessão e do Senado no dia de hoje, que o povo que não tem história não tem memória. O povo do Ceará, seu Estado, tem uma bela história porque se lembra que os governos de V. Ex^a significaram divisores de água para o Estado, para a história do povo do Ceará. O Ceará, certamente, em sua história recente, é um antes dos três governos de V. Ex^a e outro depois desses três governos que levaram, definitivamente, o Ceará a uma história de modernidade, de ética social, de responsabilidade social, de inclusão e, principalmente, de obras que o transformaram em uma das grandes referências brasileiras em termos de PIB, em termos de exportações, de crescimento econômico, de desenvolvimento sustentável, e, principalmente, na redução de todos os indicadores sociais que, à época, eram extremamente constrangedores para o seu Estado e para o seu povo. Eu gostaria de lembrar, antes de encerrar, que Rui Barbosa, certa vez, escreveu que, de tanto ver triunfarem as nulidades, a desonra, a mediocridade, a desonestidade, a incúria, chegará o dia em que o homem terá

vergonha de ser honesto. Eu posso lhe assegurar, como pessoa que conhece bem a sua trajetória, que V. Ex^a honra esta Casa de Rui Barbosa, o Senado Federal. Este o meu testemunho.

Após 3h 30 min, entre discursos e apartes, Tasso Jereissati saía muito mais forte do que quando entrou. Sua persona política fora recuperada, reassumira sua posição no grupo de aliados e minimizara o impacto das denúncias de seus adversários.

Se até o momento me detive sobre os vários sistemas de trocas e as consequências que eles geram no Senado, em seguida, examinarei os bens trocados: as palavras. Esse é um tema para o último capítulo.

Capítulo IV

O Peso das Palavras: a eficácia dos discursos

26/11/1992

Pedro Simon (PMDB-RS):

-- Há um grande silêncio nesse Plenário. Há uma grande ausência nessas salas e corredores. Não obstante o silêncio e ausência, silêncio que perturba os nossos ouvidos. A ausência que fere nossos olhos. Quanto maior o silêncio de nossos tímpanos, quanto maior o vazio à frente de nossos olhos, mais forte se impõe a sua palavra. Ele não deixou sombras detrás dos seus passos, e sim um esteira de luzes. Ulysses foi o construtor! Como a metáfora se impõe inarredável, um navegador. Coube o retirar de seu descanso, na admirável biografia que Plutarco traça de Pompeu, a admoestação do grande general aos tripulantes de navios romanos de que a vida não é necessária, necessária é a navegação. "NAVIGARE EST NECESSE; VIVERE NON EST NECESSE". O seu desaparecimento arrepiava-nos a consciência, confirma-lhe a coragem e a disposição de servir. Tal como Pompeu diante do porto de Siracusa, ele não podia amedrontar-se diante da nuvem que os ventos que confluíam em uma enorme tormenta. As horas exigiam sua presença, reclamavam seus conselhos. A população de Roma aguardava o trigo da Sicília; era preciso navegar. E Ulysses embarcou no frágil aparelho, mais frágil que as embarcações romanas de Pompeu, em companhia de alguns políticos e muitas idéias. Cidadão de idéias e político de idéias deslumbrou para si uma tarefa e um dever. Reconduzir o Brasil ao estado democrático. [...] Seu corpo cansado continua desfilando a imponência e o carisma do grande homem. Certamente está a caminhar rumo ao sol que é luz. Não rumo à lua que é noite. Vai em frente, Ulysses. Vai em frente, amigo! Vai em frente, conselheiro! Vai em frente, conselheiro! Vai em frente, líder! Vai em frente, mestre! Vai em frente, irmão! Singra teus mares, Deus te abençoe, eu e a pátria atestamos que cumpristes teu dever. A presença de Ulysses haverá de nos confortar sempre.

O trecho acima foi retirado de um longo discurso proferido pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) na sessão de homenagem ao aniversário de morte do deputado Ulysses

Guimarães, falecido em um acidente de helicóptero no início dos anos de 1990. O discurso deste senador, entre tantos outros, forma uma coleção da Editora do Senado Federal (Grandes Momentos do Parlamento) que tem por objetivo publicizar os melhores discursos já feitos no Congresso Nacional⁹¹. A ideia de tornar públicos esses textos foi do senador Antonio Carlos Magalhães, à época presidente do Congresso Nacional, em resposta à frequente reclamação de alguns parlamentares insatisfeitos com discursos feitos na Tribuna. Acreditava-se que a queda na qualidade dos discursos era resultado da grande renovação política vivida pelo Senado Federal que, cada vez mais, recebia jovens políticos, com pouca experiência na vida pública e desconhecimento da arte do bem falar. A solução encontrada foi organizar uma coleção com os melhores discursos. Cada exemplar, composto por um livro e um CD, funcionaria como uma peça didática, apta a ajudar os inexperientes na arte do discurso a falarem como os “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, em sua grande maioria, primorosos oradores.

Certa vez, em um aparte ao milésimo discurso do senador Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), um dos parlamentares mais respeitados da Casa, chamou atenção para as diferenças entre o discurso dos Grandes Senadores e o dos novatos. Disse ele:

Vossa Excelência orgulha a todos nós. Vossa Excelência produz diariamente os melhores discursos já ouvidos neste Plenário. Senador, com licença, vou lhe confessar uma coisa. Eu devo estar velho. Não consigo aceitar que tem muita gente importante nesta Casa que sobe na Tribuna para conversar. Ora, a Tribuna não é lugar pra conversar. Tribuna é lugar de discurso, é um lugar sagrado. Vossa Ex^a tem meu reconhecimento por saber fazer muito bem essa diferença.

O aparte do senador gaúcho evidencia a distinção clara, pelo menos, para os parlamentares mais antigos, entre o falar cotidiano que indivíduos comuns praticam no decorrer da sua vida social (a Conversa) e um falar ritualizado, recorrente nas sessões plenárias do Senado Federal (o Discurso). A diferença não é percebida somente pelos parlamentares, mas também por todos aqueles que frequentam as Galerias do Senado Federal.

Os visitantes, quando chegam ao Plenário, sempre tecem comentários pouco elogiosos sobre os discursos dos senadores. Debocham das palavras rebuscadas, do tom imperativo da fala, do gestual exagerado, dos qualificativos usados pelos senadores para se referirem aos seus pares. Qualificam o esforço retórico como reflexo de um cinismo recorrente na política

⁹¹ É possível encontrar outros discursos desta coleção na página do Senado Federal: http://www.senado.gov.br/comunica/museu/apresentacao_voll.htm.

brasileira, como se a grandiloquência dos discursos feitos na Tribuna não passasse de uma perfeita representação ensaiada pelos atores durante anos de trajetória política. Mas, afinal, onde reside a principal diferença entre as interações comunicativas comuns ao mundo cotidiano e a trocas de palavras recorrentes no Plenário? Alguns antropólogos já se debruçaram sobre essa questão.

Na etnografia que realizou com os músicos da Orquestra Sinfônica Brasileira no início dos anos de 1980, Wilson Trajano Filho descobriu uma certa distinção entre os diversos arranjos comunicativos que seus “nativos” travavam entre si e com o pesquisador. Naquele contexto etnográfico, percebeu que a Conversa surgia quando os atores trocavam ideias sem que qualquer participante detivesse o controle absoluto sobre a mensagem. Um verdadeiro jogo de mão dupla cujo protagonismo da interação reservava-se ao contínuo intercambiar de ideias sobre os mais variados assuntos. Durante uma Conversa, para evitar maiores constrangimentos, os indivíduos precisam ter uma ampla e precisa percepção dos outros atores. Há que se controlar “o idioma dos gestos, do olhar, do sorrir; usar as normas de etiqueta social; gerenciar desatentamente os silêncios e até prestar atenção nos pronomes de tratamento. Precisam ver o todo do outro — o seu corpo, o seu olho, a sua boca”⁹² com o objetivo de afastar possíveis mal entendidos na interação.

Em relação ao Discurso, os trabalhos do antropólogo americano Michael Silverstein podem nos ajudar a desvendar algumas das especificidades presentes nessas estratégias comunicativas. Em uma pequena etnografia, Silverstein (2003) comparou os discursos feitos por dois Presidentes dos Estados Unidos: Abraham Lincoln e George W. Bush. Apesar das diferenças qualitativas entre os discursos de ambos, o antropólogo chegou à conclusão de que nessas formas comunicativas havia muito mais do que uma mera transmissão de mensagem. Para alcançarem seus objetivos, os políticos precisavam realizar um verdadeiro trabalho artesanal sobre o conteúdo (o que é dito) e a forma (como é dito) de maneira que houvesse um total aproveitamento dos múltiplos canais comunicativos abertos pela linguagem e, por consequência, criasse laços fortes entre a imagem do político e o assunto tratado. E, ainda, para que tal empreitada tivesse sucesso, os atores precisavam estar atentos às especificidades do contexto de sua época. Suas mensagens precisavam entrar em sintonia com o mundo que os rodeava para que encontrassem a eficácia desejada e pudessem, mais do que descrever, formar um mundo social útil à práxis política⁹³.

⁹² Ver Trajano Filho (1984).

⁹³ “A really powerful ‘message’ ascribes to me – as opposed to describes – my reality” (Silverstein, 2003: 16)

Se nos apoiarmos nas diferenciações propostas pelos dois pesquisadores, somos obrigados a afirmar que os parlamentares, quando sobem à Tribuna do Plenário, ao mesmo tempo conversam e discursam. Quando recebem a permissão para falar, os senadores precisam estar atentos às singularidades contextuais (os senadores presentes, o horário em que falam, as possibilidades de receberem algum aparte etc.), precisam seguir atentamente as regras de etiqueta que regem as relações entre parlamentares durante a troca de apartes, controlar seu gestual e voz de maneira adequada, entre tantos outros fatores. Enfim, agem dentro das regras de uma boa Conversa, como caracterizou Trajano Filho (1984) e, da mesma forma, precisam ficar atentos aos múltiplos canais comunicativos presentes em seus discursos com o intuito de construir fortes laços entre o seu nome, o assunto tratado e seus eleitores. Quanto a isto, não há dúvidas de que seguem os caminhos de um Discurso eficaz, como bem mostrou Silverstein (2003). Sigo, então, um comentário que ouvi na Galeria do Plenário para melhor esclarecer esta questão.

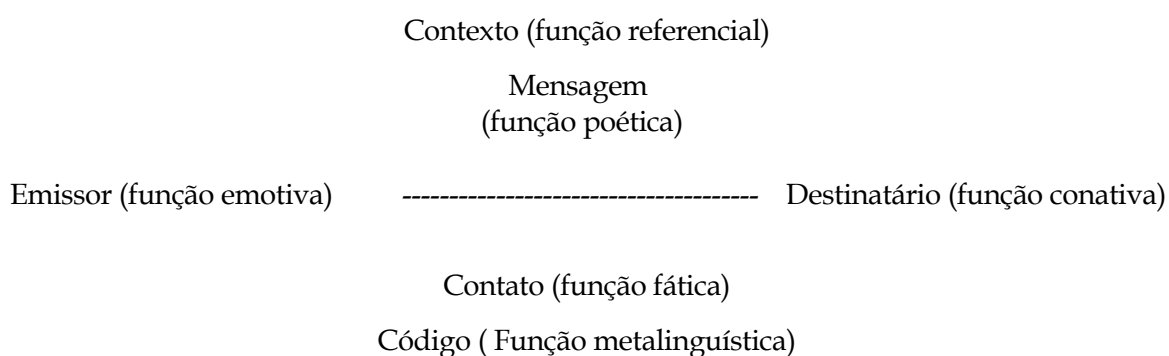
Já era madrugada quando me sentei ao lado de um aposentado para assistir à “Sessão de Vigília pelos Aposentados do Brasil”, organizada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O objetivo da sessão era reunir alguns senadores para passarem a noite discursando sobre os problemas dos aposentados do Brasil. Esta seria uma maneira de pressionar o Governo Federal a aprovar uma reforma na atualização dos rendimentos das aposentadorias. Nas Galerias, muitos aposentados ajudavam a fortalecer a manifestação e o idoso era um deles. Depois de muito ouvir vários dos discursos feitos na Tribuna, inconformado, o aposentado se virou para um outro senhor e disse: “a gente até entende o que eles falam, mas é tudo muito exagerado. Tudo é demais”. E prosseguiu com ironia: “Se a nossa situação estivesse do jeito que eles estão falando aí, eu estava na fila do Bolsa-Família.”

A pista deixada pelo aposentado me fez lembrar de um artigo de Roman Jakobson, “Linguística e Poética”, onde o autor faz uma importante reflexão sobre as diferenças entre formas comunicativas. Diante de uma sessão plenária do Senado Federal, Jakobson diria que o que faz um Discurso diferente de uma Conversa é o peso excessivo que os atores colocavam sobre as diferentes funções da linguagem⁹⁴. Talvez agora, o leitor esteja perdido no jargão da linguística estruturalista. Mas, esse é um problema de fácil solução. Uma pequena parada para compreender este texto de Jakobson certamente nos ajudará a entender melhor as peculiaridades dos discursos políticos no Senado Federal.

⁹⁴ “[...] A diversidade reside não no monopólio de alguma dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções. A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante [...]. A participação adicional de outras funções em tais mensagens deve ser levada em conta pelo linguística atento [...] (Jakobson, s/d:123).

Pequena Parada: Jakobson e as funções da linguagem.

Influenciado pela lógica de Charles Peirce, pela antropologia de Malinowski, pela teoria da comunicação desenvolvida por Burhler e, sobretudo, pela linguística de Saussure, Roman Jakobson contribuiu, de maneira singular, para o estudo dos processos comunicativos. Acrescentou ao modelo de Burhler ⁹⁵, outras três funções da linguagem. Elas resultam de uma ênfase particular em cada um dos componentes do processo de comunicação (o assunto, o emissor, o destinatário, o código, a mensagem e o contato). Daí a distinção de seis funções⁹⁶:



A *função emotiva* é a que predomina nas frases em que um “eu enunciador” exprime seu estado psicológico ou emocional diante de algum tema. A *função conativa* é própria dos enunciados em que o emissor elege o destinatário como principal fator do processo de comunicação, agindo discursivamente sobre ele, como nas perguntas, nos conselhos, nas ordens. A *referencial* destaca o conteúdo ou o assunto do enunciado. É usada sempre que precisamos descrever uma paisagem, contar uma história. Na *função metalinguística*, o emissor toma o próprio código de comunicação para assunto. É a função presente no ato de falar sobre a linguagem, como, por exemplo, quando perguntamos sobre o significado de uma palavra ou lemos uma definição no dicionário. A *função fática* está presente em atos comunicativos cuja finalidade é testar a existência de contato durante o processo de comunicação, ou manter um ambiente de ligação entre o emissor e o destinatário. Por fim, a *função poética* se centra na própria mensagem, chamando atenção para o lado material dos signos, a sonoridade, o ritmo.

⁹⁵ No modelo comunicativo desenvolvido por Burhler, havia somente três elementos centrais: o emissor da mensagem, o receptor e o contexto (Jakobson, s/d:122).

⁹⁶ Tanto o modelo abaixo, quanto a descrição de cada função, tem como base o artigo, já citado, de Roman Jakobson: “Linguística e Poética”.

O Exagero no Discurso

A dica deixada pelo aposentado e o *insight* de Jakobson chamaram minha atenção para a característica “exagerada” dos políticos no Senado Federal. A grande diferença entre um Discurso e uma Conversa estava, principalmente, na supervalorização de algumas funções da linguagem. Na Tribuna, havia sempre:

- uma hipervalorização da persona política do senador (função emotiva);
- uma constante referência às qualidades daquele ao qual o parlamentar dirige a mensagem; um repetitivo conclamar pelos eleitores do seu estado de origem, pelos senadores, pelas autoridades federais (função conativa);
- o uso de metáforas, expressões rebuscadas, citações em latim e referências a pensamentos de grandes líderes (função poética);
- uma enorme quantidade de exemplos que confirmem a tese apresentada (função metalinguística);
- uma grande preocupação em fornecer o maior número de evidências do ambiente onde aconteceu o evento (função referencial);
- um teste contínuo dos canais de comunicação com os senadores da Planície (ex: Senador, me ouve?; Está claro? etc.) (função fática + função conativa);

No entanto, o exercício de supervalorização dos elementos comunicativos não é tão simples como parece. Há um longo caminho a ser trilhado.

Quando um parlamentar sobe à Tribuna, precisa de um tema-base sobre o qual discorrerá ao longo do seu discurso. Em geral, o assunto é fruto de alguma vivência que o político teve nas recorrentes visitas às suas bases eleitorais, ou problema que observou no decorrer de suas atividades legislativas. Feito isto, o senador precisa, com a ajuda de sua assessoria, transpor esta vivência para um texto que servirá de base para o discurso que fará na Tribuna. No Plenário, o desafio é transpor o texto escrito para o falado, onde os senadores precisam estar atentos às especificidades de cada sessão (a composição do plenário, o horário que sobe à Tribuna, quem preside a sessão). Como cada um desses domínios cobra habilidades comunicativas diferentes, - o vivido, o escrito e o falado - os parlamentares precisam adaptar o enunciado que desejam transmitir às especificidades de cada esfera comunicativa. Assim, o ponto a que quero chegar é o seguinte: o caráter “exagerado” dos discursos políticos feitos no

Senado Federal deve-se a essa continua transposição – do vivido para o escrito; do escrito para o falado – que os temas-base dos discursos enfrentam até chegar à Tribuna.

Neste capítulo, meu objetivo será analisar o processo pelo qual os fatos vividos pelos parlamentares se transformam em texto e, por conseguinte, em discurso. Interessa-me ainda, compreender como o “exagero” sobre as funções da linguagem ganha peso nos discursos políticos proferidos no dia a dia do Plenário do Senado Federal.

Do Vivido ao Escrito

Todo discurso tem como base um tema principal. Em geral, esses temas surgem dos problemas identificados no cotidiano da população dos estados que os parlamentares representam ou do seu posicionamento em relação aos acontecimentos que norteiam a vida política do país. Na maioria das vezes, as visitas feitas às bases eleitorais são a matéria-prima básica utilizada na construção dos discursos dos senadores. É ouvindo os anseios da população e vendo a situação de seu estado que os senadores encontram os temas para levar para a Tribuna. Ao visitar suas bases eleitorais, os senadores vivenciam uma série de eventos que conformam suas experiências. Escutam pessoas, fazem reuniões, recebem cartas, lêem jornais, fazem acordos, entre tantas outras atividades. No entanto, quando retornam à instituição legislativa, os senadores têm pela frente a difícil tarefa de transpor o vivido para o escrito⁹⁷.

Não é por outra razão que se tornou regra na Casa Legislativa os senadores terem, no corpo de funcionários de seus gabinetes, profissionais especializados em escrever seus discursos (os *speechwriters*)⁹⁸. Em sua maioria, são indivíduos formados na área de Comunicação Social ou com amplo domínio da arte do escrever, e conhecimento dos textos clássicos da literatura universal. Os senadores justificam que a contratação desses funcionários se deve às atribuições da vida parlamentar, que os impede, por falta de tempo, de se dedicarem à escrita de seus próprios discursos. Sendo assim, a elaboração de um discurso acontece da seguinte forma: o parlamentar encontra um tema relevante, leva para o *speechwriter*, indica os exemplos e elementos indispensáveis, recebe o discurso escrito, estuda cada detalhe do texto e sobe à Tribuna para discursar.

⁹⁷ Em “The Written and the Unwritten World”, Italo Calvino (1983) faz uma ótima discussão sobre os desafios que a transposição do vivido para o escrito impõem ao escritor.

⁹⁸ Tornou-se prática na política mundial, os políticos contratarem pessoas especializadas em escrever discursos. Nos Estados Unidos, esses profissionais já formam uma “classe” profissional que se encontram, anualmente, para trocar experiências.

O trabalho que os *speechwriters* têm pela frente é o de reorganizar os elementos que compuseram o vivido de forma que encontrem sentido no escrito. No plano do vivido, os parlamentares travam contato com a realidade sob o crivo da *simultaneidade*. Os fatos acontecem todos ao mesmo tempo, tomam a atenção dos atores de diferentes maneiras, influenciam e são influenciados pelo contexto de ação. Quando precisam passar as experiências para o escrito, os limites da linguagem não permitem que os eventos sejam expostos em sua simultaneidade. Eles requerem uma organização pautada na *linearidade*⁹⁹.

No plano do vivido, a mensagem e seu contexto de ocorrência se articulam sob uma via de mão dupla. Um contribui para a construção do outro. Já no escrito, a relação entre mensagem e contexto se conforma em uma única via. É a forma como as sentenças que estruturam a mensagem estão organizadas que constroem o contexto. Assim, quando a oposição *simultaneidade* versus *linearidade* é ultrapassada, há a necessidade de novas estratégias de codificação, o que implica uma completa reorganização dos elementos constituintes da linguagem. Na busca pela resolução desse problema, os discursos atuais seguem os mesmos passos dos discursos das figuras míticas do Senado. Não há grandes inovações quanto a esses mecanismos de comunicação. Para ter eficácia na passagem do vivido para o escrito, os senadores (ou *speechwriters*) colocam pesos diferenciados na mensagem e na repetição dos exemplos empíricos, como estratégia para reproduzir o contexto vivido.

O discurso que o senador Mário Couto (PSDB-PA), integrante do baixo clero, levou para a Tribuna na “Sessão de Vigília pelos Aposentados do Brasil“ pode nos ajudar a compreender melhor as estratégias utilizadas pelos senadores na elaboração dessas formas comunicativas. Vejamos:

Trecho I

⁹⁹ Os *speechwriters* vivem o mesmo dilema relatado pelo escritor argentino Jorge Luis Borges em um dos seus melhores contos, Aleph (e, aliás, dos próprios antropólogos). O escritor trouxe à tona os limites impostos pela linguagem quando o autor se vê diante de acontecimentos nos quais todos os elementos ocorrem em simultaneidade. O personagem da pequena história descobre em um porão de uma velha casa de Buenos Aires, um ponto, o Aleph, onde era possível ver todas as coisas do mundo acontecerem ao mesmo tempo. Nesse instante, o próprio narrador se vê impossibilitado de descrever para o leitor o que o personagem via diante de seus olhos. Os limites da linguagem impedem que fatos simultâneos sejam descritos sem que sejam organizados de forma linear. A descrição faz com que a simultaneidade se converta em linearidade, um dos princípios que Saussure identifica na língua, além da arbitrariedade do signo.

- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um ano e meio o Presidente Lula esteve na Iha do Marajó, no meu Estado do Pará - nas cidades de Curalinho, Anajás, Breves e Melgaço - os longos anos de minha vida pública me fizeram conhecedor dos problemas dessa região pobre que precisa tanto do Governo Federal como do Estadual. [...] Na ocasião, Lula prometeu levar energia sólida por toda ilha que ainda vive sob a iluminação das lamparinas. Até hoje, nenhum plano, nenhum projeto para levar luz elétrica a essa gente. Não se fala mais. Está terminando o mandato do Presidente, e o Marajó continua abandonado. E vejam o que acontece: O Presidente da República Federativa do Brasil preferiu emprestar dinheiro para Angola. Foram dois bilhões de investimento para empresários reconstruírem Angola. E o Marajó? Continua sem luz, abandonado, sem qualquer investimento. Esse é o presidente que o povo brasileiro tem. O presidente e um governo que envia bilhões para Angola e deixa o Marajó na escuridão das lamparinas [...].

O senador começa seu discurso com uma referência aos outros parlamentares presentes no Plenário. Como vimos no capítulo anterior, a Tribuna é um espaço liminar entre a Planície e o Planalto; aquele que a ocupa vive o isolamento e a ambiguidade deste espaço. Ao se referir aos seus pares - "Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores" - o político busca um receptor para a sua mensagem, sem o qual a comunicação se tornaria insustentável.

O próximo passo a ser dado é o da ênfase sobre os laços que ligam o político ao assunto tratado. Como o tema do discurso é escolhido pelo senador, há que deixar pistas que convençam o destinatário de que o orador tem pleno conhecimento sobre o assunto e, por conseguinte, de que sua mensagem merece credibilidade. Essa tarefa não se cumpre somente com exemplos que corroboram a dedicação do político, mas também com elementos sintáticos/indéxicos que permitam uma melhor visualização dessas ligações. Nesses momentos, nos discursos, ganham preponderância os pronomes possessivos (meu; minha; meus; minhas), responsáveis por criar ligações entre o emissor à realidade tratada - "no *meu* Estado do Pará". E, ainda, colocações pronominais que reforçam os laços entre o emissor da mensagem e o verbo central da oração - "*me* fizeram conhecedor do problema". Esse movimento possibilita que o senador que brada da Tribuna fique conectado, com sucesso, ao assunto tratado no texto.

Feito isto, é hora de passar para a mensagem propriamente dita. Como já vimos, os discursos feitos pelos senadores tratam de assuntos que, na maioria das vezes, são de completo desconhecimento de boa parte dos outros parlamentares. Este fato implica um duplo

problema para aqueles que discursam: precisam transmitir seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, fornecer elementos contextuais que possibilitem o melhor entendimento da questão pelos seus pares.

A mensagem a ser transmitida deve ser simples, de fácil compreensão, repetida inúmeras vezes, de modo que qualquer senador seja capaz de decodificá-la sem grandes esforços. Um discurso muito complicado, com tese longa e nebulosa, dificulta a compreensão, afasta a cadeia de apartes tão desejada por aquele que discursa, e faz com que os outros parlamentares se entretendam com outros estímulos externos, o que é recorrente no Plenário, como, por exemplo: o entra e sai de senadores e assessores; a movimentação dos jornalistas na Tribuna de Imprensa; os telefones celulares que não param de tocar; os jornais que precisam ler; e o livre acesso à Internet em suas mesas. E como o contexto é construído?

A estratégia utilizada é a repetição da mensagem em situações empíricas muito diferentes. Esse movimento reforça a tese apresentada e fornece informações contextuais que facilitam a compreensão da mensagem transmitida. Dar exemplos é uma estratégia que possui uma dimensão performativa, isto é, cria o mundo que descreve¹⁰⁰.

Este pequeno trecho transcrito do discurso do senador Mário Couto (PSDB-PA) pode nos ajudar a compreender essa estratégia. Ao longo de todo o texto, a mensagem básica transmitida pelo parlamentar paraense resume-se à seguinte frase: o Brasil é governado por um presidente que não se importa com os problemas do seu povo. Contudo, em vez de apresentá-la de forma sucinta, o senador repete a tese-base de seu discurso em uma série de exemplos empíricos: o abandono do povo da Ilha de Marajó, o envio de bilhões de dólares para Angola, os problemas das aposentadorias, o desprezo dos tecnocratas pelo povo brasileiro. Esse artifício, mais do que informar sobre uma realidade, conforma contextos para ações políticas futuras.

Vejamos mais um trecho do discurso do senador Mário Couto para facilitar o entendimento de outros elementos envolvidos neste processo:

Trecho 2

Srs. e Sr^a Senadores, não podemos esquecer dos aposentados desse país que apodrecem sob a cegueira deste governo. Os tecnocratas deste Governo só pensam em cifras, em números e esquecem o sofrimento da nossa gente. Engavetaram o

¹⁰⁰ Para Austin, alguns enunciados não se resumem a *descrever* uma determinada situação, eles *fazem*. Há expressões (eu prometo, eu aceito, eu juro etc.) que, por sua força ilocucionária, são como atos, realizam uma ação. Ver Austin (1975).

projeto do Senador Paulo Paim^[101], ignoraram a vigília que fizemos neste Senado, nada adianta, só os números. Nós fomos enganados. Os aposentados foram enganados. A Cobap foi enganada, e nada se resolveu até hoje. Esse Governo transformou o Brasil em um reinado e deu ao presidente, à revelia do povo, a posição de rei. Hoje, no Brasil, Lula é rei. Todos somos escravos à mercê da ordem e da vontade do rei Lula. Estão sendo escravizados, todos massacrados, estão sendo enganados.

Outro recurso bastante usado pelos senadores são as metáforas. Segundo John Searle (1979), a característica principal do uso da metáfora está em permitir ao emissor “dizer uma coisa e querer significar algo bem diferente. Em ocasiões em que alguém é bem sucedido em comunicar o que quer significar, embora o falante e ouvinte saibam que os significados das palavras emitidas pelo falante não expressam exata e literalmente o que ele quis significar”¹⁰². Esse processo só é possível porque as metáforas conseguem condensar, em uma única palavra, todo um contexto significativo. Por exemplo: quando afirmamos, “João é um burro”, usa-se uma metáfora para caracterizar o comportamento do sujeito. Essas três palavras (é um burro) condensam, em uma única expressão, uma gama de significados mais ampla: não gosta de estudar, têm dificuldade, irresponsabilidade, desleixo, entre outras.

Nos discursos políticos estas são ferramentas importantes. Elas constroem o universo que envolve a mensagem e lhes conferem sentido. Assim, a expressão utilizada pelo senador Mário Couto, “Lula é rei”, pode ser dividida em três partes constituintes: primeiro, o sujeito foco da mensagem (Lula); a presença do verbo ser (partícula com força ilocucionária); e, por fim, o substantivo que evoca a imagem dos reis absolutistas preocupados apenas com seus interesses, sem se importar com a situação do seu povo. Unidas em uma única sentença, as três partes constituintes conseguem, em poucas palavras, alcançar todas as características inerentes a qualquer bom discurso: transmitir uma tese simples e, ao mesmo tempo, construir contextos que as sustentem.

Feito isto, os senadores precisam finalizar seus discursos. O caminho mais usado constitui-se de duas estratégias: buscam reforçar a tese apresentada com um estilo repetitivo,

¹⁰¹ O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou um projeto de lei que prevê o reajuste das aposentadorias na mesma proporção dos aumentos conferidos ao salário mínimo. O Governo Federal é contrário à aprovação da matéria, pois acredita que provocará um déficit insustentável nas contas da Previdência Social.

¹⁰² Ver Searle (1979: 122)

sempre presente nos discursos políticos, e clamam por uma solução compartilhada entre todos os senadores. Vejamos mais um trecho do discurso do senador Mário Couto:

Trecho 3

Este Governo não gosta dos aposentados. Este Governo não quer a morte dos aposentados. Se eu estiver errado, ponham-me na cadeia! Se eu estiver errado, tirem-me daqui. Se eu estiver errado, degolem-me como fizeram com o Tiradentes que lutou pela liberdade desse povo que Libertas Quæ Sera Tamen. Não há mais como negociar. Não negocio com quem não tem palavra. Não negocio com quem engana o povo. Não negocio com quem é mentiroso. Há de se convocar! Há de se reunir! Precisamos caminhar rumo à rampa do Planalto! Vamos ficar uma noite de vigília lá na rampa do Planalto! Vamos esperar de manhã o Presidente Lula entrar! Vamos mostrar para ele a situação em que se encontram os miseráveis do Brasil, por ordem dele! Vamos mostrar o sofrimento dos que construíram esse país e hoje sofrem. Vamos, Senadores! Vamos! Muito Obrigado.

Começo pelo estilo repetitivo. Para finalizar um discurso, os senadores costumam repetir a idéia central, seu ponto de vista e a solução sugerida. É nesse momento que entra em cena uma maneira singular de repetição: os parlamentares repetem a primeira parte da sentença (em geral, duas vezes) e mudam apenas a parte final. Porém, é preciso analisar cada parte repetida em conjunto com outras variações redundantes, já que, somadas, dão forma a uma estrutura fundamental à comunicação. No discurso do senador paraense esse mecanismo aparece logo nas primeiras linhas. Vejamos:

1 - Este Governo não ...

2- Se eu estiver errado ...

3 - Não negocio ...

4 - Há de se ...

Aqui, temos um nítido caso de paralelismo, fenômeno discursivo identificado por Jakobson (2003)¹⁰³. O paralelismo se caracteriza pela presença de repetições nos níveis fonológicos, morfológicos, lexical, sintático e semântico. Mas, de uma forma geral, Jakobson

¹⁰³ Alguns antropólogos identificaram, em seus materiais etnográficos, o fenômeno do paralelismo. Para excelentes exemplos, ver Fox (1971) e Tambiah (1985).

o associa, de modo específico, à idéia de repetição de estruturas. Quando olhamos para o discurso do parlamentar, fica claro que esse mecanismo, mais do que reforçar a mensagem, busca criar ligações entre o senador da Tribuna e todos aqueles que o ouvem.

Na primeira parte (“este Governo não...”), o parlamentar focaliza a tese já apresentada de que o Governo Lula não está comprometido com os problemas vividos pelos brasileiros. Na segunda (“se eu estiver errado...”), abre uma virtual possibilidade para que o receptor da mensagem concorde ou discorde da posição apresentada¹⁰⁴. Em seguida (“não negocio...”), o senador marca sua posição diante do tema para, por fim (há de se...), convocar seus pares a apoiarem seu ponto de vista. Depois de terem acompanhado o discurso, os senadores, da Tribuna ou da Planície, estarão unidos em torno do mesmo tema. Chega o momento de reafirmar os laços em torno do mesmo tema e cobrar uma ação conjunta com os outros senadores¹⁰⁵. Está concluído o discurso.

Nesta seção do capítulo foi meu interesse enfatizar a estrutura dos textos levados pelos senadores para Tribuna. Como vimos, os discursos escritos iniciam seu percurso com uma referência aos outros senadores presentes no Plenário, como se quisessem buscar ouvidos para a mensagem que desejam transmitir. Depois, precisam marcar o seu conhecimento em relação ao assunto a ser tratado para que o dito ganhe a veracidade e tons de realidade. Feito isso, é hora de passar à transmissão da mensagem, o ponto alto do discurso. Esse é um momento delicado, pois exige do senador uma grande habilidade no manejo do conteúdo e da forma como a mensagem será passada aos outros parlamentares. O conteúdo deve ter uma estrutura simples, que possibilite uma fácil compreensão a qualquer ouvinte. Já a forma como a tese principal é apresentada deve se apoiar em uma sequência de exemplos que validem e construam um contexto capaz de sustentar a mensagem. Para concluir, um discurso precisa ter uma estrutura repetitiva que possibilite a ligação entre a Tribuna e a Planície, levando à cobrança de uma ação conjunta de todos os senadores. O problema deixa de ser um tema de

¹⁰⁴ Mas essa oportunidade de escolha oferecida ao ouvinte não tem a mínima chance de acontecer, tendo em vista que o parlamentar passou todo o discurso enumerando exemplos que corroborassem sua tese.

¹⁰⁵ Malinowski (1930) já havia chamado a atenção para essas singularidades dos processos comunicativos. Dizia ele: “Each utterance is an act serving the direct aim of binding hearer to speaker by a tie of some social sentiment or other. Once more language appears to us in this function not as an instrument of reflection but as a mode of action.”(Malinowski, 1930:315)

um único senador (o que ocupa a Tribuna), para se tornar uma causa pela qual todos os parlamentares terão de lutar.

Contudo, quando recebem do Presidente da Casa a concessão da palavra, os senadores precisam contextualizar o escrito às singularidades da sessão. É quando algumas mudanças acontecem...

Do Escrito ao Falado

Os textos escritos são importantes, mas não suficientes à construção de um bom orador. Bons oradores sempre possuem bons textos, mas nem sempre bons textos fazem bons oradores. A vida política no Plenário não se ergue somente com tintas impressas em uma folha de papel. Sua base está na habilidade retórica que alguns senadores usam para resolver dilemas, apresentar questões, reivindicar direitos, entre tantas outras funções. Os senadores sobem à Tribuna munidos de seus textos e precisam dominar os caminhos pelos quais o escrito se transforma no falado. Essa é uma tarefa perigosa.

Se, antes, na transposição do vivido para o escrito, o grande dilema era transmitir a mensagem e construir um contexto de sustentação, agora, a questão que se afirma é a da necessidade de contextualização do texto escrito às singularidades do momento em que será falado. Quando os senadores sobem à Tribuna, precisam ter uma grande capacidade de apreensão do contexto: identificar a posição hierárquica dos presentes, as chances de receber um aparte, o horário em que está ocupando a Tribuna, entre tantos outros fatores. Por outro lado, depois de feita a leitura da situação, os senadores devem se aproveitar da estrutura do discurso que possuem em suas mãos e improvisar em busca dos melhores caminhos que possibilitem o recebimento do maior número de apartes. Assim, o assunto tratado ganha destaque ao longo da sessão e chama a atenção dos outros senadores.

No Senado Federal, o bom orador é sempre aquele parlamentar que consegue transpor o vivido para o escrito e o escrito para o falado. Para que tenham sucesso nessa empreitada, os senadores precisam possuir três características importantes: uma boa memória, que lhes permita subir à Tribuna com a estrutura de seus discursos escritos quase que decorada; leitura da situação: os parlamentares precisam decodificar quem são seus ouvintes na sessão e as condições do momento da fala; e, por fim, a capacidade de improviso, sempre necessária quando os políticos precisam rapidamente adaptar o que levaram para a Tribuna às condições contextuais de interação. Vejamos mais detidamente essas duas últimas características.

Apreensão do Contexto e Capacidade de Improviso

A relação entre os senadores que ocupam a Tribuna e a Planície não pode ser entendida somente nos termos de uma momentânea transmissão de mensagem, mas, sim, como um arranjo interativo de grande complexidade. Os atores sociais envolvidos na interação “existem” antes e para além da simples troca de palavras entre a Planície e a Tribuna. E não há dúvidas de que as diferenças simbólicas entre os parlamentares, os objetivos que buscam na interação, as condições contextuais que envolvem a relação, a fala e o gestual utilizados pelos senadores são alguns dos pontos que merecem ser minuciosamente analisados em relação aos princípios que regem o bem falar no Senado Federal.

Nesta seção do capítulo, para facilitar o entendimento dessas transformações que os senadores são obrigados a impor aos seus discursos em cada esfera da vida legislativa, acompanho as mudanças que o discurso escrito do senador Mário Couto (PSDB-PA) sofreu quando o parlamentar subiu à Tribuna. Na primeira parte, interessa-me explicitar as singularidades contextuais da sessão para, em seguida, analisar como as mudanças chegaram ao discurso falado.

Percepção do Espaço e Adaptações – Quando a Sessão Deliberativa Ordinária começou já eram 14h no Senado Federal. O senador Mão Santa (PMDB-PI) ocupou a presidência da sessão e leu a ordem dos inscritos para falar. O primeiro a usar da palavra foi o senador Jéferson Praia (PDT-AM), suplente, e com pouca relevância no cenário institucional. Em seguida, seria a vez dos senadores Magno Malta (PTB-ES), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romeu Tuma (DEM- SP), e, por fim, o senador Mário Couto (PSDB-PA).

O lugar por uma vaga na lista de oradores do dia é uma operação mais complicada do que possa parecer. Como vimos no capítulo anterior, a importância de cada momento das sessões está diretamente relacionada ao reconhecimento dos parlamentares que se encontram no Plenário. A primeira hora depois de abertos os trabalhos tem pouca importância na vida da Casa Legislativa. Os senadores presentes sempre possuem baixa expressividade no cenário nacional e, ao ocuparem a Tribuna, se preocupam em discursar sobre os problemas vivenciados no contato com suas bases eleitorais. A importância da sessão vai aumentando à medida que se aproxima a abertura da Ordem do Dia, momento em que os senadores do chamado alto clero dominam a Planície, ocupam a Tribuna e assumem o protagonismo dos trabalhos legislativos. Tratam de assuntos de interesse nacional ou tecem comentários sobre as políticas adotadas pelo Poder Executivo.

Uma estratégia bastante utilizada pelos senadores do baixo clero para receber apartes dos senadores do alto clero é tentar transferir seus discursos para os momentos próximos à abertura da Ordem do dia – quando os senadores com prestígio se encontram no Plenário. Certamente, foi esse o caminho planejado pelo senador Mário Couto quando se inscreveu para ser o quinto orador do dia. Sabendo que cada parlamentar assume a Tribuna por um tempo médio de 25 minutos, e como era o quarto da lista de inscritos, certamente o parlamentar paraense receberia a concessão da palavra por volta das 15h40min, um dos horários mais nobres para os senadores do baixo clero.

O senador Mario Couto preparou-se para a oportunidade. Como vimos, planejou fazer um discurso que começava tratando dos problemas do seu estado – como os parlamentares do baixo clero –, para, logo depois, enfatizar os problemas dos aposentados do Brasil e criticar o que chamou de desleixo do Presidente Lula para com o povo brasileiro – como faziam os senadores de prestígio. Era certo que receberia muitos apartes dos políticos mais importantes da Casa. Mas uma nova organização da lista atrapalhou os planos no senador.

O senador Romeu Tuma (DEM-DF), orador inscrito para falar antes do senador paraense, resolveu atender ao pedido do líder do seu partido: Agripino Maia (DEM-RN) tinha uma reunião urgente com o Governador do Rio Grande do Norte e teria que seguir o mais rápido possível para seu estado de origem. Foi quando o líder do DEM pediu ao senador Tuma que cedesse seu lugar para que ele pudesse discursar. Como todo senador de prestígio, o senador Agripino Maia falou por quase 40 minutos, um período muito superior aos 20 minutos garantidos pelo Regimento Interno. Essa manobra feita pelo líder atrapalhou em muito os planos do senador Mário Couto. Quando chegou sua vez, já era hora de abrir os trabalhos da Ordem do Dia, e não teve mais chance de discursar. O senador paraense teve de esperar o fim da votação, no final da tarde, com o Plenário vazio. Quando subiu à Tribuna já passava das 19h. Os senadores estavam em seus gabinetes e o Plenário novamente era do baixo clero.

Quando os bons oradores sobem para discursar levam o texto nas mãos, mas guardam na memória a estrutura do que foi preparado em seus gabinetes. É interessante notar que a forma falada que os parlamentares imprimem aos seus textos escritos revela mais do que uma maneira singular de discursar. Com uma melodia específica no concatenar das palavras, os parlamentares fazem com que qualquer indivíduo acostumado aos corredores azuis consiga, somente com os ouvidos, identificar quem está na Tribuna. Esse fator é fundamental se pensarmos que na Casa Legislativa todos os setores possuem uma pequena

televisão ou um sistema de som transmitindo o que acontece no Plenário. Assim, com a voz e uma melodia discursiva característica, os outros senadores, funcionários e autoridades podem identificar quem está discursando sem precisar ir ao Plenário.

Os sotaques regionais são abertamente acentuados na Tribuna; “o Povo” sentado nas Galerias identifica facilmente a região que o senador representa. Com a variação na altura e no ritmo da fala, o parlamentar ajuda a reforçar a sua indignação ou discordância com o assunto tratado no discurso. Com um gestual teatral – intensa movimentação dos braços, mudanças na expressão facial, socos dados nas bancadas – os senadores mostram para a audiência (senadores, jornalistas, visitantes, o povo e para telespectadores da Tv Senado) seu envolvimento em relação ao tema de sua fala. Esses elementos extratextuais são fundamentais, funcionam como a pontuação de um texto. Além de imprimir veracidade ao discurso, agregam valor e marcam a posição do senador.

O senador Mário Couto imprimia em seus discursos todos esses elementos. Sua fala tinha uma cadência particular, seu sotaque marcava a construção oral das frases, seu tom de voz era agressivo e suas mãos batiam na mesa da Tribuna como se estivesse protestando. O senador José Nery (PSOL-PA) lhe concedeu a palavra, e o parlamentar do estado do Pará discursou. Na Planície, estavam presentes os parlamentares Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR); Romeu Tuma (DEM-SP), Expedito Junior (PSDB-RO) – que faziam oposição ao governo.

Mário Couto (PSDB-PA) ¹⁰⁶:

-- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Magno Malta, o Presidente Lula esteve no Marajó [...]. O Presidente foi lá e, numa festa consagrada à sua pessoa – os marajoaras votaram maciçamente no Lula; o Lula ganhou de ponta a ponta no Marajó –, disse que iria levar energia sólida. Até hoje, nenhum plano, nenhum projeto, nem coisíssima alguma. Ainda se usa muito a lamparina. Não sei se V.Ex^a conhece lamparina. [...] O Presidente mentiu. É uma vergonha, Senador Magno Malta! [...] Ele preferiu emprestar dinheiro para Angola. Por que ele não dá, pelo menos, um bilhão para os empresários investirem no turismo do Marajó? Mozarildo, é isso que não dá para a gente entender do Presidente Lula! Não dá para entender o massacre, por exemplo, Mozarildo, aos aposentados! Ele é o carrasco dos aposentados no Brasil, Senador Mozarildo. [...] Já engavetaram projeto do Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, Presidente! V. Ex^a me entende? Concorda, senador?

¹⁰⁶ As reticências foram utilizadas, em algumas partes, para evitar repetições dos trechos já apresentados no discurso anterior.

O trecho do discurso do senador Mario Couto é representativo do processo do escrito para o falado – no caso em questão, um discurso que se empobrece quando enunciado. Em um primeiro momento, os parlamentares usam as mesmas estratégias discursivas já presentes no discurso escrito. No início, há uma pequena referência aos outros senadores que ocupam o espaço e, em seguida, a tese principal é apresentada por meio de longo processo de exemplificação que ratifica e constrói um contexto que sustenta a mensagem transmitida.

A grande novidade que essa transposição do escrito para o falado apresenta está no papel de destaque que o receptor da mensagem assume. Se, antes, as pessoas a quem se dirigia eram invisíveis, agora possuem nome, partido e estado de origem. A todo momento, os outros senadores são chamados a fazer parte do discurso como se comungassem do mesmo ponto de vista do senador na Tribuna. Uma outra estratégia interessante é testar se os parlamentares que estão na Planície concordam ou discordam com o que está sendo dito. Esse mecanismo precisa sempre ser utilizado para o senador da Tribuna mensurar se seu discurso está em sintonia com as opiniões dos outros parlamentares da Planície. Se houver alguma discórdia, o político busca outros caminhos, de forma que encontre um ponto comum entre a sua posição e a dos outros parlamentares para que haja uma parcial concordância que abra portas para o recebimento dos apartes. No discurso do Senador Mário Couto foi o momento em que expressões como “V. Ex^a me entende? Concorda, senador? Está de acordo?” tomaram a cena.

Feito isso, a relação entre Tribuna e Planície caminha para um próximo passo. Seu principal objetivo é o de marcar a relação de todos os presentes – tanto os que falam, como os que ouvem – com o assunto tratado. É como se o autor do discurso, ao citar os pontos da trajetória de outros senadores que evidenciem envolvimento dos políticos com a questão tratada, cobrasse dos mesmos uma ação conjunta para resolver o problema. Com isso, abre as portas para um duplo movimento: primeiro, faz com que a questão deixe de ter um apelo meramente individual na Casa Legislativa, tornando-a um problema de todos os senadores; e, ainda, permite que os senadores identifiquem em seu discurso pontos em comum que permitam a troca de apartes. Esse foi o caminho seguido pelo Senado Mário Couto:

Mário Couto (PSDB-PA):

-Já vi o Tuma, que vem chegando agora, chorar na cadeira dele ao ouvir os pronunciamentos dos Senadores numa noite de vigília. Nada disso adiantou, meu caro Senador Expedito. [...] Estão sendo escravizados, Senador Tuma. [...] Ninguém pode me contestar, porque eu estou falando a verdade! Senador Expedito, olhe para mim. V. Ex^a é um jovem, futuro Governador do seu Estado, brilhante Senador da

República. Acompanhe-me no que eu vou propor aqui. Acompanhe-me. Mozarildo! Acompanhe-me, Mozarildo. Senador Tuma, acompanhe-me. Nós não podemos mais ver isso. V. Ex^{as} todos vieram aqui, falaram, trabalharam. O Senador Paim juntamente comigo. Vamos mostrar para ele a situação em que se encontram os miseráveis do Brasil, por ordem dele! Vamos, Senadores! Vamos! Eu posso dizer a ele que ele mentiu, Presidente José Nery. [...] Unidos, nós faremos valer a nossa força que ainda resta, valer um pouco da nossa força que ainda resta, aposentados.

Em seguida, recebeu um pedido de aparte do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), um dos principais opositores do Governo:

Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR):

- Senador Mário Couto, primeiro, quero dizer a V. Ex^a sempre enobrece essa Casa de Rui Barbosa com seus discursos, o que muito me estima. Eu concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a. É bom lembrar que o Presidente Lula não está mais no Palácio do Planalto, porque está gastando 200 milhões com a reforma do Palácio dele e está despachando lá no prédio do Banco do Brasil. Então, temos de ir para lá. Ele pensa realmente que aposentado é uma pessoa imprestável para o País. [...] Por fim, quero dizer a V. Ex^a que, um ponto que V. Ex^a colocou no início, enquanto ele gasta dinheiro com outros países, lá, em Roraima, por exemplo, ele está gastando na Venezuela financiamento de todo jeito. Vai prometer agora investimentos milionários, bilionários na Guiana. Em Roraima, ele anunciou R\$100 milhões. Aí eu mandei um ofício para a Ministra Dilma para ela dizer, afinal, quanto é que é mesmo que será gasto em Roraima, quando, como e que fonte. Então, eu acho que este Governo realmente não gosta dos aposentados. Aliás, ele disse também que não gosta de branco de olhos azuis. Enfim, ele é muito cheio de problemas e nós temos que reagir. E não adianta, repito, o culpado é ele, o Presidente Lula.

Os apartes recebidos por um parlamentar têm uma sequência estruturada. Em um primeiro momento, o senador que aparteia deve apontar as qualidades do senador que discursa da Tribuna. Em seguida, precisa reafirmar a validade do assunto tratado por meio da replicação da mensagem já apresentada no discurso. O apartante identifica a mensagem transmitida pelo senador e a replica em um outro contexto empírico, em geral, algo relacionado ao seu estado de origem. Essa operação permite que o tema tratado pelo senador

da Tribuna ganhe força e que laços de aliança em relação ao assunto se criem para possíveis ações futuras.

Se o senador da Tribuna receber um grande número de apartes é um sinal de que o tema central de seus discursos teve ampla aceitação entre seus pares e, a partir de agora, todos os aparteantes compartilham do mesmo problema. Assim, o assunto que se reservava à seara de apenas um parlamentar se espalha por todos os senadores e, por vezes, torna-se uma questão a ser discutida por todo o Senado Federal. Enfim, os apartes recebidos durante um discurso têm uma dupla função: agregam valor à persona política dos atores envolvidos na operação – como vimos no capítulo anterior – e procuram criar alianças entre os senadores.

Para finalizar, os senadores sempre procuram fechar seu discurso fazendo alguma ligação entre a mensagem com algum pensamento de conhecimento mais amplo. Em geral, citam uma frase de alguma personalidade que venha a referendar seu discurso com a intenção de reafirmá-lo. O senador Mário Couto não fez diferente:

Mário Couto (PSDB-PA):

- E por que os aposentados não têm esse direito, Senador? Puxa vida, Senador! É isso que doi! É esta a lamentação que tenho! É esta a decepção que tenho, Senador! É por isso que um rei, ou um príncipe, sei lá quem foi, o De Gaulle, chegou aqui, beijou o chão e, na despedida dele, disse que este País não é sério. Ele tinha razão, Presidente. Muito obrigado.

Terminado o discurso, o senador Mário Couto (PSDB-PA) desceu da Tribuna e se dirigiu para o seu gabinete. No tempo em que ocupou a Tribuna, o senador paraense tentou atingir os objetivos de um bom discurso: (i) buscou trazer para si os esquemas simbólicos dos Grandes Senadores e, por consequência, consolidar sua persona política; (ii) tentou criar aliança com seus pares e (iii) construir contextos que facilitassem a sua práxis política na Casa, mas, no entanto, não obteve o sucesso desejado.

Talvez o pouco tempo na instituição¹⁰⁷ (era seu primeiro mandato) não lhe permitiu ter o domínio sobre os segredos dos discursos políticos proferidos na Tribuna do Senado Federal. Ao longo de toda a fala do senador, o resultado ficou comprometido. As metáforas eram pobres, a valorização de si e dos pares não foi feliz, os exemplos citados eram restritos ao estado do Pará, entre outros fatores. O senador Mário Couto (PSDB-PA) conhecia alguns

¹⁰⁷ A vida política do senador Mário Couto (PSDB-PA) se resumiu à sucessivos mandatos como deputado estadual no Pará.

dos caminhos pelos quais os discursos políticos são construídos, mas não tinha ferramentas para fazê-los com eficiência.

Meu desejo em pesquisar o cotidiano no Plenário do Senado Federal surgiu depois de muito acompanhar o sistema de comunicação da Casa Legislativa, principalmente, a Tv Senado. Foram muitas as tardes de frente para a televisão, impressionado com o tom rebuscado dos discursos, com qualificações trocadas pelos senadores, com a grande importância dada a temas com pouca relevância nacional e pelas disputas pela fala. Foi assim que surgiu um tema para investigação: entender melhor a importância que o discurso político tinha na Casa Legislativa mais importante da República.

Os plano inicial sofreu algumas alterações, como sempre acontece na pesquisa de campo. Quando percebi que o discurso parlamentar era a chave para a construção de outros domínios da vida no Plenário, este se tornou o último passo da investigação. Primeiro, é com o peso das palavras que os senadores conseguem trazer para si os esquemas simbólicos que orientaram a trajetória dos personagens míticos da instituição. Segundo, com a troca dos apartes que senadores podem consolidar alianças com seus pares, angariar apoio para aprovação de matérias ou minar as ambições políticas dos adversários. Por fim, e mais importante, é com os discursos feitos na Tribuna que os senadores se tornam conhecidos (ou reconhecidos, no caso de políticos com destaque nacional). Mas, afinal, por que os discursos políticos colocam tanto peso sobre todas as funções da linguagem?

A resposta para essa pergunta está relacionada a dois fatores: os objetivos políticos do discurso e o pouco tempo reservado à fala no Plenário. Em suma, ao subirem para a Tribuna, os parlamentares possuem vinte e cinco minutos para alcançar vários fins. Eles precisam comunicar ideias, criar vínculos entre parlamentares, tornar públicos os acontecimentos de seus estados, cobrar soluções do Governo Federal, tudo em curto espaço de tempo. E, ainda, é necessário levar em conta os estímulos e ruídos que potencialmente podem roubar a atenção dos outros senadores presentes no Plenário.

Dessa forma, os parlamentares, se quiserem ter um bom trânsito na vida parlamentar, precisam condensar, em um único discurso, vários objetivos. Eles usam e manipulam, para este fim, as várias funções da linguagem. Com a função emotiva, enaltecem as qualidades enquanto políticos; com a conativa, dirigem-se a seus pares, de certa forma demandando apartes, sempre à espera de uma contraprestação; com o realce da função poética, reforçam a

importância do assunto tratado; já com a referencial, criam um ambiente de sustentação para seus enunciados; com a metalinguística, enumeram uma série de exemplos que confirmam o valor do enunciado; e, finalmente, com a função fática, testam os canais de contato com os outros senadores. Com um olhar antropológico é possível afirmar que a observação daquele aposentado que encontrei na noite da vigília no Senado, que qualificou os discursos políticos por seu caráter exagerado, traduz-se pela ênfase que os parlamentares colocam sobre algumas das funções da linguagem. Assim, no Senado Federal, para que um discurso seja eficaz é necessária uma grande habilidade para manejar os segredos da linguagem, qualidade reservada a poucos.

Epílogo

No decorrer de toda a dissertação, procurei oferecer ao leitor algumas cenas recorrentes no dia a dia do Plenário do Senado Federal. Iniciamos nosso percurso com a busca por uma autorização de pesquisa pelo vários setores da burocracia legislativa. Nos “Encontros”, identificamos a presença de dois códigos centrais à vida na instituição (o das normas regimentais e o das relações pessoais/políticas). Vimos ainda, que aplicação do Regimento Interno variava de acordo com a posição simbólica dos parlamentares (“alto clero”, “baixo clero” etc.), formada a partir dos mapas simbólicos fornecidos pelos Grandes Senadores. Por meio de alguns eventos, discutimos sobre a importância dos espaços que compõem o plenário (“planície”, “planalto”, tribuna etc.), um palco para o estabelecimento de acordos, alianças e disputas entre os parlamentares. Em seguida, examinamos o uso das palavras no plenário e as principais características dos discursos políticos proferidos na instituição.

No entanto, ao longo de todo trabalho, a presença de Rui Barbosa foi uma constante referência. Seja no plenário ou no Olimpo das Figuras Míticas, o senador baiano foi um verdadeiro Terceiro pairando sobre a vida parlamentar dos senadores e sobre o meu próprio texto. Assim, em retribuição à sua constante vigilância, encerro este exercício etnográfico com um breve discurso feito por Rui Barbosa em resposta as acusações do deputado Cezar Zama, em 1896, seu maior adversário político. Diante de uma série pronunciamentos que o acusavam de cometer crimes contra a Nação, Rui Barbosa subiu a Tribuna e discursou:

Senador Rui Barbosa¹⁰⁸:

-- Meu país conheceu meu credo político, por que o meu credo político está na minha vida inteira. Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanção dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regímen, não há poderes soberanos, e soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que esses limites vêm a ser as suas Constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decaiu, porque se deixou estragar confiando-se ao regímen da força;

¹⁰⁸ Discurso retirado da página do Senado Federal, ver: <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pronunciamentos1e2.htm>

creio que a Federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranquilidade, da tranquilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades. Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e, quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do País nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade.

Anexo - Figuras Míticas do Senado Federal¹⁰⁹

1) Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em outubro de 1922. Como antropólogo, dedicou seus primeiros anos de vida profissional ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Neste período, fundou o Museu do Índio e estabeleceu os princípios ecológicos da criação do Parque Indígena do Xingu. Elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX e colaborou com a Organização Internacional do Trabalho (1954) na preparação de um manual sobre as populações indígenas de todo o mundo.

Nos anos seguintes, dedicou-se à educação primária e superior. Criou a Universidade de Brasília, de que foi o primeiro Reitor, e foi Ministro da Educação, no Gabinete Hermes Lima. Mais tarde, foi Ministro-Chefe da Casa Civil de João Goulart e coordenava a implantação das reformas estruturais quando sucedeu o golpe militar de 64, que o levou ao exílio.

A propagação de suas idéias rompeu fronteiras. Viveu em vários países da América Latina, onde conduziu programas de reforma universitária, com base nas idéias que defendia. Foi assessor de Salvador Allende, no Chile, e de Velasco Alvarado, no Peru. Este foi o período em que escreveu alguns de seus principais livros: *O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização*, *O Dilema da América Latina*, *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil e Os Índios e a Civilização*. Sua dedicação acadêmica foi reconhecida em diversas universidades em todo o mundo, nas quais recebeu muitos prêmios e títulos, como o de Doutor Honoris Causa concedido pela Universidade de Sorbonne, da Universidade de Copenhague, da Universidade da República do Uruguai e da Universidade Central da Venezuela.

De volta ao Brasil, em 1976, intensificou as lutas pela educação. Dedicou-se à vida política como o melhor caminho para ver seus sonhos se tornarem realidade. Em 1982, elegeu-se Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi Secretário da Cultura e Coordenador do Programa Especial de Educação, com o encargo de implantar 500 CIEPs -- escolas padrão no atendimento a população do Rio de Janeiro. Sua trajetória de luta tem como

¹⁰⁹ Essas pequenas biografias foram retiradas de um produto multimídia, “História do Senado Brasileiro”, produzido pela editora do Senado Federal. Os dois Cds e um livreto relatam os principais eventos da história da instituição e contam um pouco da trajetória de seus maiores representantes.

marcos a criação da Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo. No último, incluiu 200 salas de aula para fazê-lo funcionar também como uma enorme escola primária. E ainda, o tombamento de 96 quilômetros de praias e encostas, além de mais de mil casas do Rio antigo, criação do Memorial da América Latina, edificado em São Paulo com projeto de Oscar Niemeyer.

Elegeram-se Senador da República (1991), função que exerceu defendendo vários projetos, entre eles uma lei de trânsito para proteger os pedestres contra a selvageria dos motoristas; uma lei dos transplantes que, invertendo as regras vigentes, torna possível usar órgãos dos mortos para salvar os vivos; uma lei contra o uso vicioso da cola de sapateiro que envenena e mata milhares de crianças. Elaborou e fez aprovar no Senado e enviar à Câmara dos Deputados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996 como Lei Darcy Ribeiro. Publicou pelo Senado a revista Carta, com dezesseis números (1991/1996), onde os principais problemas do Brasil e do mundo são analisados e discutidos em artigos, conferências e notícias.

Entre 1991 e 1992, como Secretário Extraordinário de Programas Especiais do Rio de Janeiro, planejou e fundou, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF com a ambição de ser uma Universidade do Terceiro Milênio, na qual assumiu o cargo de Chanceler. Durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente - ECO 92 - realizada no Rio de Janeiro, em 1992, implantou o Parque Floresta da Pedra Branca, numa área de 12000 hectares, para se tornar a maior floresta urbana do mundo.

Darcy Ribeiro faleceu em 17 de fevereiro de 1997. No seu último ano de vida, dedicou-se especialmente a organizar a Universidade Aberta do Brasil, com cursos de educação à distância, e a Escola Normal Superior, para a formação de professores de 1º grau. Organizou a Fundação Darcy Ribeiro, instituída por ele em janeiro de 1996, com sede própria, localizada em sua antiga residência em Copacabana, com o objetivo de manter sua obra viva e elaborar projetos nas áreas educacional e cultural.

2) Rui Barbosa

Rui Barbosa (R. B. de Oliveira), advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta, membro fundador da Academia e orador, nasceu em Salvador, em cinco de novembro de 1849. O pai, João Barbosa de Oliveira, foi um grande intelectual voltado para os problemas da educação e da cultura de sua província, onde dirigiu a Instrução Pública. Como era uma forte influência para o seu filho, passou-lhe o amor à leitura dos clássicos e o respeito à documentação em suas pesquisas.

Após terminar seus estudos preparatórios na província natal, foi fazer o curso jurídico em Recife. Em 1868, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo onde conheceu Castro Alves e Joaquim Nabuco. Nas sessões estudantis recitava seus poemas e recebia os aplausos de todos os ouvintes. Com o tempo, começou a escrever nos jornais paulistanos e, pouco tempo, tornou-se um jornalista conhecido. Depois de se formar, em 1870, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da escravatura. Como deputado provincial e deputado geral preconizou, juntamente com Joaquim Nabuco, a defesa do sistema federativo para o funcionamento da Monarquia.

Pouco antes da proclamação da República, foi convidado para Ministro de Gabinete. Recusou o cargo, pois, no momento, era incompatível com suas idéias federativas. Depois de proclamada a República, Rui foi escolhido para assumir o Ministério da Fazenda do Governo Provisório, e depois respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. Eleito senador pela Bahia à Assembléia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas reformas principais e conhecimento jurídico que possuía, modelou as linhas fundamentais da Carta Constitucional de 1891.

Depois do Golpe que levou Floriano Peixoto ao governo, o senador marcou sua posição e requereu habeas-corpus em favor dos cidadãos presos pelo governo ditatorial. Como redator-chefe do Jornal do Brasil, abriu campanha contra a situação florianista. Em 1893, foi obrigado a se exilar. Dirigiu-se, em primeiro lugar, para Buenos Aires, depois para Lisboa, e por fim Londres. Escreveu, então, as famosas Cartas da Inglaterra para o Jornal do Comercio. Na produção imensa de Rui Barbosa, as obras puramente literárias têm primazia. Por ocasião do seu jubileu cívico, ele próprio questionou se teria sido um escritor, a que alguns quiseram chamar “literário”. Num discurso em resposta a Constâncio Alves, destacou de sua obra as

páginas que poderiam ser consideradas literárias: o elogio de Castro Alves, a oração do centenário do Marquês de Pombal, o ensaio Swift, a crítica do livro de Balfour, incluída nas Cartas de Inglaterra, o discurso do Liceu de Artes e Ofícios sobre o desenho aplicado à arte industrial, o discurso do Colégio Anchieta, o discurso do Instituto dos Advogados, o Parecer e a Réplica acerca do Código Civil, as traduções de poemas de Leopardi e das Lições de Coisas de Calkins, e alguns artigos esparsos de jornais. A esta relação, Américo Jacobina Lacombe acrescentou alguns dos discursos que Rui proferiu nos últimos cinco anos de vida, como os do jubileu cívico e a Oração aos Moços, as outras produções reunidas em Cartas de Inglaterra, o discurso a Anatole France, e o discurso de adeus a Machado de Assis. A produção jornalística puramente literária, a que Rui se referiu genericamente como “alguns artigos esparsos de jornais”, daria alguns alentados volumes.

Restaurada a ordem no Brasil, em 1895, Rui Barbosa regressou do exílio. Tomou assento no Senado, no qual se conservaria até à morte, tendo sido sucessivamente reeleito. Destacam-se os seus trabalhos na redação do Código Civil. Epiácio Pessoa, então Ministro da Justiça, havia entregue essa tarefa a um jovem jurista pernambucano, Clóvis Beviláqua. Rui se opôs à pressa com que o governo realizara a obra. Quando, em 1907, o czar da Rússia convocou a 2ª. Conferência da Paz, em Haia, o Barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, escolheu primeiramente Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, mas a imprensa e a opinião pública lançaram o nome de Rui Barbosa. Joaquim Nabuco recusou o lugar e se dispôs a ajudar, com informações de toda a espécie, o trabalho de Rui Barbosa, investido de uma categoria diplomática não desfrutada até então por nenhum país da América Latina.

Seu papel em Haia foi de grande importância. Lutou, sobretudo, pelo princípio da igualdade jurídica das nações soberanas, enfrentando irreduzíveis preconceitos das chamadas grandes potências. Além de nomeado Presidente de Honra da Primeira Comissão, teve seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia”. De volta ao Brasil, interveio no início da sucessão presidencial. Apresentada a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, a ela se opôs, lançando-se em sua campanha civilista, de grande repercussão em todo o país. Em 21 de julho de 1910, contestou perante o Senado a eleição do Marechal. Em 1913, fundou o Partido Liberal, sendo indicado para a presidência da República, candidatura de que desistiu. No ano seguinte, combateu o estado de sítio, em muitos dos seus discursos no Senado.

Em 1921, foi eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, como o mais votado, recebendo as mais significativas homenagens do Brasil e de todo o mundo. Em 1922, proferiu o último discurso no Senado, concedendo o estado de sítio ao governo para dominar o movimento revolucionário. A notícia do seu falecimento, em 10 de março de 1923, foi comentada no mundo inteiro. O jornal inglês *Times* dedicou-lhe um espaço nunca antes concedido a qualquer estrangeiro.

Referências Bibliográficas

ABREU, L.E. **As Lanças do Minotauro: Política, Troca e Linguagem no Congresso Nacional**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

ANDERSON, B. **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 2008

AUSTIN, J.L. **How to Do Things with Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BEZERRA, M. **Em Nome das Bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BLOCH, Maurice. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BLOCH, M. **Prey into Hunter**: The politics of religious experience. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BOLTANSKI, L. **Amor y la Justicia como Competencias**. Madrid: Amorroutu, 2001.

BORGES, J.L. **El Aleph**. Buenos Aires: Alianza, 1997.

CALVINO, I. The written and the unwritten words. **New York Review of Books**, 12 de maio, 1983.

CAVALCANTI, M.L.V.C. Conhecer, Desconhecendo: O Mundo Invisível e o Carnaval Carioca. In: VELHO, G e KUCHINIR, K. (orgs). **Pesquisas Urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, M. **Os caminhos da Casa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.

CRAPANZANO, V. **Hermes's Dilemma & Hamlet's Desire**: On the Epistemology of the Interpretation. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter antropological blues. In: NUNES, Edson (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

-----**Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

-----**A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANIEL, E.V. **Charred Lullabies**: Chapters in an antropography of violence. Princenton: Princenton University Press, 1996.

DUMONT, Louis. **O Individualismo. Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Witchcraft, Oracles, and Magic among the Azande.** Oxford: Clarendon, 1937.

----- **Nuer Religion.** New York: Oxford University Press, 1956.

FOX, J. Semantic parallelism in Rotinese ritual and language. In: **Bijdragen to de Taal.** vol. 127, 1971, p. 215-55.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1977.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GUMPERZ, J. The Speech Community. In: Giglioli, P.P. (ed.), **Language and Social Context.** Hamondsworth: Penguin, 1972.

----- **Discourse Strategies.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

-----& HYMES, Dell (eds.). **Directions in Sociolinguistic. The Ethnography of the Communication.** New York: Basil Blackwell, 1986.

HERZFELD, M. **The Social Production of Indifference.** Chicago: The Chicago University Press, 1992.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação.** São Paulo: Cultrix, s/d.

KATZ, J. **Semantic Theory.** New York: Harper & Row, 1972

LANNA, M. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

----- God-parenthood and sacrifice in Northeast Brazil. **Vibrant** (Online), v. 4, p. 97-119, 2007. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/portugues/artigosv4n2.htm>. Acesso em: 18/08/2009.

LEACH, E. **Cultura e Comunicação.** Lisboa: Edições 70, 1992.

LEINER, P. A Etnografia como extensão da guerra por outros meios: Notas sobre a pesquisa com militares. **Mana**, vol. 15, pp.59-88, 2009.

MALINOWSKI, B. The Problem of Meaning in Primitive Languages. In: Ogden, C.K; Richards, I.A (orgs.). **The Meaning of Meaning.** San Diego: Harcourt, 1930.

- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 2003.
- e HUBERT, H. **Sobre o Sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- MOORE, S. **Law as Process: An Anthropological Approach**. New York: Oxford Press, 1978.
- MOTTA, M.S. **Grandes Vultos que Honraram o Senado Federal**: Teotônio Vilela. Brasília: Editora do Senado Federal, 1996
- PEIRANO, M. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- A Teoria Vivida e outros Ensaio de Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- . O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. Série Antropologia 426*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- REBELO, A. **Congresso Nacional: O Poder Legislativo no Brasil**. Brasília: Editora da Câmara dos Deputados. 2006
- RICOEUR, P. **Percorso do Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SEARLE, J. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SENADO FEDERAL. **Regimento Interno do Senado Federal**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007
- Grandes Vultos que Honraram o Senado Federal**: Darcy Ribeiro. Brasília: Editora do Senado Federal, 2003
- História do Senado Federal. Brasília**: Editora do Senado Federal, 2004
- Grandes Vultos que Honraram o Senado Federal**: Humberto Lucena. Brasília: Editora do Senado Federal, 2006
- SILVERSTEIN, M. **Talking Politics: The Substance of Style from Abe to “W”**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.
- TAMBIAH, S. A performative approach to ritual. In: Tambiah, S. **Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective**. Cambridge: Harvard University Press, pp. 123-166, 1985.

TEIXEIRA, C.C. **A Honra da Política**: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TRAJANO FILHO, W. **Músicos e Música no meio da Travessia**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. **O Senado e seus suplentes**. São Paulo: Editora Transparência Brasil, 2009.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WEBER, M. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.

-----**Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2004a.

-----**Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004b.